

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 12 DE JUNHO DE 2013

NÚMERO 6.558

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

## PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

### PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

### PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

### PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

### PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

### DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

### PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

### PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

### PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Valmir Comin  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Aldo Schneider  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Gelson Merisio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Valmir Comin  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Gelson Merisio  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Altair Guidi  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Valmir Comin  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merisio  
Sargento Amauri Soares

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 003ª Sessão Solene realizada em 17/05/2013, em Chapecó, às 19 Horas ..... 2 Ata da 040ª Sessão Ordinária realizada em 23/05/2013 ..... 7 Ata da 041ª Sessão Ordinária realizada em 04/06/2013 ..... 14</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 25</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Aviso de Licitação ..... 27 Extratos ..... 27 Ofícios ..... 28 Portarias ..... 28 Projetos de Lei ..... 30</p>
--	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 003ª SESSÃO SOLENE

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2013,

### EM CHAPECÓ, ÀS 19 HORAS

## PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

## HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

#### SUMÁRIO

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Afirma que a Chapecoense nasceu do esforço de um grupo de atletas empenhados em fazer o futebol renascer no município e hoje representa a força do oeste catarinense.

**DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO** - Ressalta que a homenagem ao Verdão, à sua torcida, aos seus dirigentes, patrocinadores e jogadores é justa e merecida.

**VEREADORA MARCILEI ANDREA VIGNATTI** - Observa que a Chapecoense contribui de forma importante para que Chapecó se destaque no estado e no país.

**VEREADOR MÁRCIO SANDER** - Lembra que o Legislativo reconhece a importância do esporte para a cidade e ressalta o brio dos fundadores e o esforço de todos para que um sonho se tornasse realidade.

**PLÍNIO DAVID DE NÊS FILHO** - Destaca que o sucesso do clube é reflexo da garra e do jeito de ser dos cidadãos de Chapecó, que abraçam as causas nas quais acreditam.

**SANDRO LUIZ PALLAORO** - Credita o segredo da trajetória vencedora da Chapecoense ao

comprometimento da parte técnica e esportiva do clube e da paixão da sua torcida.

**PREFEITO JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI** - Justifica a importância do apoio do poder público a uma instituição que divulga e honra o nome de Chapecó.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa as autoridades a seguir nominadas:

Excelentíssimo senhor Narcizo Parisotto, deputado estadual;

(Palmas)  
Excelentíssimo senhor José Cláudio Caramori, prefeito municipal de Chapecó;

(Palmas)  
Excelentíssimo senhor Eldimar Jagnow, secretário do Desenvolvimento Regional de Chapecó, neste ato representando o governador em exercício Eduardo Pinho Moreira;

(Palmas)  
Excelentíssimo senhor Luciano José Buligon, ex-prefeito de Chapecó;

(Palmas)  
Excelentíssimo senhor Ildo Adão Antonini, vice-presidente da Câmara Municipal

de Chapecó e proponente da homenagem do Legislativo deste município;

(Palmas)  
Excelentíssima senhora Marcilei Andrea Vignatti, vereadora do município de Chapecó também proponente da homenagem da Câmara de Vereadores;

(Palmas)  
Excelentíssimo senhor Sandro Luiz Pallaoro, presidente da Associação Chapecoense de Futebol;

(Palmas)  
Excelentíssimo senhor Gelson Dalla Costa, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Chapecoense de Futebol;

(Palmas)  
Excelentíssimo senhor Plínio David de Nes Filho Maninho, empresário e colaborador histórico da Associação Chapecoense de Futebol, neste ato representando os homenageados da noite;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores deputados, a presente sessão foi convocada em homenagem à Associação Chapecoense de Futebol, pela passagem dos seus 40 anos de fundação, por solicitação dos deputados Gelson Merisio e

Narcizo Parisotto e desta deputada, tendo sido aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional, por Leo Bernardes.

(Procede-se à execução do hino.)

Gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor Paulinho da Silva, vereador do município de Chapecó;

Senhor Altair Zanella, fundador da Associação Chapecoense de Futebol;

Senhor Ivaldo Pizzinatto, Gringo, vereador do município de Chapecó;

Senhor Dalmir Pelicioli, vereador do município de Chapecó;

Senhor Dirceu Cecchin, vereador do município de Chapecó;

Senhor Roni Di Domenico, vereador do município de Chapecó;

Senhor Célio Portela, vereador do município de Chapecó;

Senhor Nacir Marchesini, vereador do município de Chapecó;

Senhor Delvino Dall Rosa, vereador do município de Chapecó;

Senhor Valmor Junior Scolari, vereador licenciado do município de Chapecó;

Senhor Clóvis Marinello, secretário de Juventude, Esporte e Lazer do município de Chapecó;

Senhor Gilson Vivian, presidente do Conselho Consultivo da Chapecoense, neste ato representando o presidente da Associação Comercial de Chapecó, Maurício Zolet;

Senhor Alvir Pelisser, fundador da Associação Chapecoense de Futebol; e

Senhor Cleber Ceccon, vereador do município de Chapecó, neste ato representando o deputado federal Pedro Uczai.

Convido o sr. deputado Narcizo Parisotto para assumir a condução dos trabalhos desta sessão para que esta deputada possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Narcizo Parisotto) - Gostaria de passar a palavra à deputada Luciane Carminatti e destacar que ela também foi proponente deste evento, permitindo que este deputado e o deputado Gelson Merisio também fossem proponentes desta sessão.

A SR. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, deputado Narcizo Parisotto, demais deputados, autoridades, senhoras e senhores, esta sessão foi convocada para homenagearmos os 40 anos da Associação Chapecoense de Futebol.

Quero agradecer e destacar a presença do nosso prefeito municipal José Cláudio Caramori e da direção da Associação Chapecoense de Futebol, na figura do presidente do Conselho Deliberativo.

Cumprimento o presidente da Câmara de Vereadores, todos os vereadores e vereadoras, os patrocinadores, os membros da torcida da Chapecoense, a imprensa que faz a cobertura dos jogos e também a todos os servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina que estão-nos ajudando nesta homenagem.

Por que homenagear a nossa Chapecoense?

Em primeiro lugar, quero destacar que são 40 anos de história. Uma história bonita, muito sofrida no começo, porque é muito difícil construir um time de futebol. Uma história que precisa ter a sua memória preservada, lembrando os quatro títulos, a emoção e a angústia dessas conquistas, valorizando o empenho e a dedicação de todos. Este é o objetivo central desta homenagem: não deixar esta data passar despercebida!

Nós construímos um processo de diálogo com a direção da Chapecoense e assim todos os homenageados são indicações suas, em respeito à atual direção. Por isso, sintam-se todos contemplados na representação desta homenagem.

Quero destacar o nosso Furacão do Oeste. O que é o Furacão do Oeste? É uma força que não quer derrubar, porque muito mais do que apenas vencer uma competição, um jogo, um campeonato, ela mostra o oeste de Santa Catarina, a nossa Chapecó, a determinação de todos: técnicos, jogadores, equipe de apoio, conselheiros, torcida, comentaristas, narradores. É a união, é a vibração, é o sentimento positivo, é o verde, é o branco, é a vida, é a paz!

Como chapecoense que sou, fico muito feliz, pois nasci nesta cidade, mas mesmo aqueles que vieram ontem para Chapecó já torcem também pela nossa Chapecoense.

Lembro-me que quando era muito pequena os jogos aconteciam nas quartas-feiras e no sábado. Meu pai tinha duas cadeiras cativas no estádio: uma para ele e outra para mim. E com o radinho de pilha no ouvido eu ia com ele aos jogos da Chapecoense.

Eu tenho 42 anos, a Chapecoense tem 40. Então, cresci vendo esse time crescer. Tenho o maior orgulho, como deputada, quando vejo Chapecó sendo reconhecida também como uma terra onde se pratica um bom futebol.

Parabéns a todos, e vida longa. E no domingo, tenho certeza, será dado o presente que Chapecó merece. Parabéns a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Narcizo Parisotto) - Devolvo a condução dos trabalhos à deputada Luciane Carminatti.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convido o sr. deputado Narcizo Parisotto, um dos autores do requerimento que ensejou a presente sessão, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Quero saudar todos os presentes e para economizar tempo, peço licença para não nominar os que compõem a mesa.

Quero dizer do prazer, da alegria, da satisfação de estar nesta sessão solene para homenagear a nossa querida Chapecoense.

Hoje fui entrevistado por vários órgãos da imprensa local e de outras cidades a respeito da homenagem desta noite à Chapecoense. Lembrei-me e fiz mais ou menos uma parábola da criação, do surgimento da Chapecoense há 40 anos. Foi mais ou menos assim: alguém teve coragem, alguém deu o primeiro passo, alguém se agigantou, alguém sonhou e o sonho se tornou aos poucos uma realidade. Hoje uma grande realidade.

Realmente se tratou de um projeto que teve os seus altos e baixos, pelas lutas, pelas dificuldades, pelos problemas enfrentados. Mas a semente plantada há 40 anos criou raízes, germinou, saiu do chão, saiu da terra, erigiu seu tronco, lançou seus galhos, suas folhas, suas flores e hoje estamos colhendo seus frutos.

Estou muito feliz porque em 2007, um mês e pouco antes de terminar o Campeonato Catarinense, na homenagem aos 34 da Chapecoense, apresentei uma proposição à Assembleia Legislativa, que foi aprovada por unanimidade, e marcamos a sessão solene. Lembro-me que muitas pessoas saíram daqui, atravessaram o estado e tiveram a oportunidade de ser homenageadas em função da nossa agremiação desportiva.

Desta vez, como a aprovação da realização desta sessão solene foi há mais de mês, logo, antes do término do campeonato, eu torci para que a Chapecoense fosse campeã, a fim de que nesta noite pudéssemos fazer uma segunda festa. E foi o que aconteceu. Espero que a festa comece hoje e continue por toda a semana.

Que Deus abençoe os nossos jogadores, a diretoria atual e aquelas que conduziram a Chapecoense ao longo desses 40 anos, pois todas ajudaram a manter vivo o nosso sonho. Que Deus abençoe também os colaboradores e os patrocinadores, para que continuem trabalhando porque o futebol é lindo, maravilhoso, mas não se faz futebol sem dinheiro e sem bons jogadores. Eu costumo dizer que com a benção de Deus o dinheiro pode ser multiplicado, porque existem times que têm muito mais dinheiro do que a Chapecoense, que têm jogadores cujo salário é maior do que o nosso time gasta com todo o seu elenco e que não jogam o futebol que o nosso Verdão está jogando.

Então, coragem, fé em Deus, fé nos jogadores, fé no técnico, na diretoria, pé na tábua! Eu me considero um pouco pé quente, porque aquela vez foi assim. Espero que agora também seja e não precisa muito, ganhar é o suficiente.

Verde, verde e verde. Que essa árvore permaneça verde, florescendo e frutificando. Parabéns também aos funcionários da Assembleia Legislativa, pois tenho que mencionar os colaboradores da Casa que estão conosco desde domingo, dia das mães, acompanhando o trajeto dos deputados nas audiências públicas. Outros chegaram hoje e permanecem aqui, longe da família, longe dos filhos, do marido, da esposa, mas estão aqui para documentar este momento que será guardado com muito carinho por todos nós.

Viva a Chapecoense!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Gostaria de convidar o deputado Reno Caramori para ocupar um lugar na mesa e desde já agradecemos sua presença.

A Câmara Municipal de Chapecó também presta homenagem à Associação Chapecoense de Futebol, tendo como proponentes os vereadores Marceli Andrea Vignatti e Ildo Adão Antonini.

A seguir, convido para fazer uso da palavra, em nome dos proponentes da Câmara de Vereadores municipal de Chapecó, a sra. vereadora Marceli Andréa Vignatti.

A SRA. VEREADORA MARCELEI ANDREA VIGNATTI - Gostaria de cumprimentar a mesa em nome do prefeito municipal José Cláudio Caramori, do presidente da Câmara Municipal, vereador Márcio Sander, e da deputada Luciane Carminatti.

Cumprimento também o presidente da Associação Chapecoense de Futebol, que recebe a homenagem no dia de hoje pelos 40 anos da entidade.

(Passa a ler.)

“Senhoras e senhores, estamos aqui para homenagear os 40 anos de trajetória da Associação Chapecoense de Futebol. Represento neste momento os vereadores de Chapecó, que por unanimidade aprovaram iniciativa de minha autoria e do vereador Ildo Antonini, para realizarmos uma solenidade de homenagem à querida Chapecoense. Compartilhamos esse momento com a Assembleia Legislativa de Santa Catarina e manifestamos nossos agradecimentos pela devida e justa homenagem ao nosso Verdão.

Destaco ainda a participação do vereador Ildo Antonini, que juntamente com Teles da Silva, Heitor Pasqualotto, Gumercindo Putti, Moacir Sfredo e de outras lideranças iniciaram a história da Chapecoense.

Em nossa cidade tínhamos como referência o Atlético Clube, o Independente e o Indústria, além de alguns times de comunidades que praticavam o esporte amador. Passados 40 anos, homenageamos a Chapecoense por um time profissional de Chapecó e do oeste de Santa Catarina, que se transformou num dos mais importantes símbolos regionais. Aqueles que tradicionalmente eram gremistas ou colorados, torcidas hegemônicas em nossa região em razão da influência do processo migratório do Rio Grande do Sul, foram aos poucos sendo contagiados por um sentimento de pertença - de pertencimento. Meus filhos já não são gremistas como o pai e a mãe e os avós, são da Chapecoense, são torcedores do Verdão. As cores que prevalecem nos seus quartos são o verde e branco.

A paixão por um time pode ser passado de geração em geração ao longo dos anos. Aqui ainda vivemos a paixão construída, vivida, simbolizada pela participação de muitas pessoas, empresas e instituições, muitas das quais não conseguimos devidamente homenagear. Convivemos com os fundadores, portanto, a história está viva e vai ganhando riqueza de detalhes para ser contada aos que virão.

A Associação Chapecoense de Futebol une a cidade, divulga a nossa cultura e orgulha nosso povo, muitas vezes esquecido e privado de políticas públicas.

Rendemos nossa homenagem, nesta noite, aos administradores municipais e legisladores pela sua contribuição; às diretorias que comandaram essa trajetória nos 40 anos; aos jogadores e colaboradores; aos torcedores organizados; aos torcedores que vão ao estádio; e à legião de torcedores anônimos que das suas casas torcem por nosso time.

Quero fazer uma menção especial às torcedoras mulheres, cada vez mais presentes no estádio e nas torcidas, agora também organizadas no Consulado Feminino, sob a batuta de Branca Rubber, aqui presente. Com a participação mais efetiva das mulheres também nos espaços de decisão do clube, haveremos de qualificar ainda mais a prospecção da Chapecoense.

Para finalizar, gostaria de deixar como mensagem o Hino da Associação Chapecoense de Futebol, escrito por Luiz Maier, que trata muito bem esse sentimento de alegria e satisfação.

Ó glorioso verde que se expande  
Entre os estados tu és sempre um esplendor

Nas alegrias e nas horas mais difíceis

Meu furacão tu és sempre um vencedor.

São tantos títulos outrora conquistados

Com bravura, muita raça e fervor  
Leva consigo o coração de uma cidade

Meu furacão tu és sempre um vencedor.

Sempre honrado nosso escudo com sua raça

És alegria nos estádios nunca só  
Na imensidão e vastidão de nosso estado

Chapecoense tu és sempre Chapecó.  
A força imensa de sua fiel torcida  
Que nos estádios tudo é lindo e nos fascina

A nossa massa, meu Verdão, mexe contigo

Tu és querido em toda Santa Catarina.'

Parabéns, Chapecoense!

Muito obrigada!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Márcio Sander, vereador e presidente da Câmara Municipal de Chapecó.

O SR. VEREADOR MÁRCIO SANDER - Cumprimento a eminente deputada Luciane Carminatti, que neste momento preside esta sessão solene; os srs. deputados Narcizo Parisotto e Reno Caramori; o sr. José Cláudio Caramori, prefeito de Chapecó; o sr. Eldimar Jagnow, secretário do Desenvolvimento Regional de Chapecó; o sr. Luciano José Buligon, nosso vice-prefeito; o vereador Ildo Adão Antonini, vice-presidente da Câmara Municipal; a vereadora Marcilei Andrea Vignatti; o sr. Sandro Luiz Pallaoro, presidente da Associação Chapecoense de Futebol; o sr. Gelson Dalla Costa, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Chapecoense de Futebol, e o sr. Plínio David de Nês Filho.

Na trajetória da Associação Chapecoense de Futebol temos o fundador, sr. Altair Zanella, o saudoso Heitor Pasqualotto, além de Lotário Immich e de tantas outras lideranças.

Aqui vejo o Felipe, neto do Sérgio, e o neto do Paludo, do *Café Paludo*, onde os técnicos se reuniram durante toda essa trajetória, acompanhado de Arthur Badalotti, da nova geração, neto do sr. José de Marco.

Prezado prefeito José Cláudio Caramori, quero aproveitar a oportunidade para dizer que temos uma indicação aprovada ainda na legislatura passada para uma homenagem ao saudoso Heitor Pasqualotto. Nesse sentido, penso que a prefeitura e a Câmara Municipal estão em débito com a família de Pasqualotto que, como tantos outros, deu uma grande contribuição.

Acho que a manifestação, a boa vontade e o comprometimento de Célio Portela, que foi presidente, do Gringo, da diretoria, do vereador Dirceu Cecchin e de tantos outros é que permitiram superar as dificuldades que se apresentaram, coisas que a imprensa esportiva, que tem um papel fundamental na vida do nosso clube, tão bem conhece. Essa união é que fez a diferença e hoje a Chapecoense representa muito bem Santa Catarina no cenário esportivo nacional.

Então, rendo as minhas homenagens a todos os presentes, em especial àqueles que já não estão conosco, mas que deixaram sua marca, deixaram sua contribuição, deixaram seu legado para que hoje todos torçamos pelo nosso verde e branco.

Um abraço a todos e obrigado pela oportunidade.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Associação Chapecoense de Futebol pela passagem dos seus 40 anos de lutas que levaram o Furacão do Oeste à elite do futebol catarinense, orgulhando seus atletas, dirigentes, torcedores e projetando o município de Chapecó para Santa Catarina e para o Brasil.

Convido a sra. deputada Luciane Carminatti e o sr. deputado Narcizo Parisotto para fazerem a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, à Associação Chapecoense de Futebol.

Convido para receber a homenagem, em nome da Associação Chapecoense de Futebol, o sr. Sandro Luiz Pallaoro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo presta homenagem às personalidades que muito contribuíram para a Associação Chapecoense de Futebol nesses 40 anos.

Convido para receber a homenagem o sr. Plínio David de Nês Filho, empresário e colaborador histórico da Associação Chapecoense de Futebol, neste ato representando o seu pai, sr. Plínio Arlindo de Nês, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Carlinhos Marcon, presidente campeão de 1996.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Edir Félix de Marco, presidente campeão de 2007.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Sandro Luiz Pallaoro, presidente campeão de 2011.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alvir Pelisser, fundador da Associação Chapecoense de Futebol.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Altair Zanella, fundador da Associação Chapecoense de Futebol.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Narcizo Parisotto e à deputada Luciane Carminatti.

Também seriam homenageados nesta noite pela Assembleia Legislativa o sr. Arthur Badalotti, presidente campeão de 1977, e o sr. João Rodrigues, secretário de estado da Agricultura e da Pesca.

A seguir, a Câmara Municipal de Chapecó presta homenagem à Associação Chapecoense de Futebol, na passagem dos seus 40 anos de fundação.

Convido o vereador Ildo Adão Antonini e a vereadora Marcilei Andrea Vignatti para fazerem a entrega da homenagem, neste ato representando a Câmara Municipal de Chapecó, ao sr. Sandro Luiz Pallaoro, que representa o Furacão do Oeste.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento teremos a entrega dos certificados aos patrocinadores de 2013.

Convido a deputada Luciane Carminatti e o deputado Narcizo Parisotto para procederem à entrega dos certificados.

Convido para receber os certificados as seguintes empresas:

Água Schin; Aurora Alimentos; Bauer Express; Britter Rodovias; Desbravador

Software; Imobiliária Nostra Casa; Inviolável, e Lojas Schumann.

(Procede-se à entrega dos certificados.)

(Palmas)

Convido o vereador Márcio Sander, presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, a vereadora Marcilei Andrea Vignatti, o vereador Ildo Adão Antonini e o presidente da Associação Chapecoense de Futebol, Sandro Luiz Pallaoro, para proceder à entrega dos certificados aos seguintes patrocinadores das placas:

Aimirim Propaganda; APTI Alimentos; Banxap - Banheiros Móveis; Battistella Veículos Pesados; Brasão Supermercados; Bread King; Bugio Agropecuária Ecofrigo; Celeiro Supermercados; Clínica Dr. Mendonça; Concrexap Concreto Usinado; Dass Sport; DM Auto; Fort Atacadista; Hospital Unimed Chapecó; Hotel Bertaso; Ludovico Tozzo - Distribuidor Atacadista; Mantomac; Mepar; Munique Assistência Técnica; Nilo Tozzo Distribuidora; Nord Electric; Pallaoro Alimentos; Posto do Guri; Prumo Construtora; Rotesma - Engenharia e Construção; Rotesma - Indústria de Pré-Fabricados de Concreto; Santa Maria Imóveis; Secea Contabilidade; Segredos Motel; Sicom - Sindicato do Comércio da Região de Chapecó; Sicredi; Super Alfa; Toner tech - Venda, Locação e Suprimentos; Tozzo Bebidas; Transportes Gral; Unochapecó; Unoesc; Vetanco; W.A. Transporte e Comércio.

(Procede-se à entrega dos certificados.)

(Palmas)

Neste momento teremos a interpretação do Hino da Associação Chapecoense de Futebol, por Leo Bernardes.

(Procede-se a interpretação do hino.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Plínio David de Nês Filho, em nome dos homenageados.

O SR. PLÍNIO DAVID DE NÊS FILHO - Sra. deputada Luciane Carminatti, proponente e dirigente desta sessão solene em homenagem aos 40 anos do nosso clube; sr. deputado Narcizo Parisotto, que colaborou na assinatura e acolheu a proposição; sr. deputado estadual Reno Caramori, de longa data amigo, a quem temos a honra de receber em nossa casa; sr. prefeito municipal, José Cláudio Caramori; sr. presidente da Câmara Municipal de Chapecó, vereador Márcio Sander, em nome de quem saúdo os demais vereadores; sr. vice-prefeito de Chapecó, Luciano José Bulligon; sr. Gelson Dalla Costa, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Chapecoense de Futebol; sr. Sandro Pallaoro, querido presidente da executiva do nosso clube; srs. homenageados, senhoras e senhores que nos dão a honra e o orgulho da sua presença nesta noite.

Ao chegar a esta casa, na noite de hoje, fui solicitado a fazer uso da palavra representando os homenageados que hoje foram agraciados com placas, diplomas, palavras e gestos carinhosos de todos os senhores.

Na realidade, tive a felicidade, o orgulho e a alegria de poder viver os momentos que antecederam a própria fundação da Associação Chapecoense de Futebol, quando na época tínhamos, nesta cidade, alguns clubes amadores que disputavam amadoristicamente com os demais clubes da nossa região o esporte bretão. Eram o Atlético Clube Chapecó, dirigido pelo meu querido pai, Plínio David de Nês, e pelo sr. Arthur Badalotti; o Independente Futebol Clube, dirigido pelo querido e inesquecível amigo Heitor Pasqualotto; o Industrial; o Guairacá Futebol Clube, dirigido pelo nosso amigo Lino, que era cunhado do

Heitor; e o Olaria. Havia mais um clube, se não me falha a memória, o Operário. Esses clubes disputavam com muita raça, com muita qualidade os campeonatos regionais. E não era uma disputa apenas dentro de campo, ela ocorria também fora do campo, porque não raras vezes víamo-nos encurralados numa situação bastante difícil para poder correr, porque a coisa pegava. Especialmente quando jogávamos com o Comercial, de Joaçaba, e contra o Hervalense. Era muito difícil! Éramos apedrejados normalmente.

Certo dia levamos conosco a Polícia Militar de Chapecó, que tinha abrangência regional, portanto, comandava também os militares da cidade de Joaçaba. Nós fomos de Kombi e como sabíamos que normalmente éramos apedrejados, especialmente depois de uma vitória, colocamos a Kombi dos militares na frente. Quando eles começaram a atirar pedras na Kombi, a Polícia saiu e aí foi uma correria. Nós, então, com a nossa Kombi, tivemos que ir desviando para não bater em ninguém.

Posteriormente, através de pessoas de grande vontade de estabelecer em Chapecó o futebol profissional, foi fundada a nossa Associação Chapecoense de Futebol.

Chapecó é uma cidade importante em todos os sentidos. Aqui há um povo que tem dentro de si um amor muito especial por tudo aquilo que aqui é feito. Chapecó abraça as causas e mesmo nas maiores dificuldades, o calor humano, o apreço, o afago do amigo faz com que a caminhada continue.

Assim, hoje vivemos um momento especial no futebol da nossa cidade, mas foram muitas e muitas dificuldades, foram muitas e muitas tristezas, foram muitos os que lutaram juntos, que estiveram presentes por muitos e muitos anos, que colaboraram e que não estão mais entre nós. Contudo, todos eles estão muito felizes por presenciarem, do seu plano maior, a homenagem que lhes é prestada na noite de hoje.

Em nome da família quero agradecer a homenagem que nos prestam e sobretudo dividir esta homenagem com todos aqueles trabalhadores que nos deram a oportunidade de poder contribuir, que foram parceiros na nossa possibilidade de contribuir.

Agradeço mais uma vez, de coração, à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, à Câmara de Vereadores de Chapecó e ao prefeito municipal.

Quero ainda fazer, muito rapidamente, uma referência a uma pessoa que há três anos tem a incumbência de dirigir o nosso clube, que é o meu querido amigo Sandro Luiz Pallaoro, e fazendo essa homenagem, quero estendê-la a todos os demais dirigentes.

A Chapecoense não tem conquistado títulos apenas dentro do campo. Tem conquistado também grandes títulos fora de campo. Refiro-me à parte administrativa, à parte financeira, ao planejamento, à preparação dos atletas, através de um programa muito bem conduzido pelo nosso Eder Popielski, na formação das categorias de base.

O governador Raimundo Colombo, através do deputado Gelson Merisio, concedeu-nos a quantia de R\$ 1 milhão para dêssemos início a essa obra. Esperamos que nos próximos anos, pela seriedade como é feito o trabalho dentro da nossa Associação Chapecoense de Futebol, possamos solicitar mais recursos para a ampliação das instalações.

Outra pessoa a quem quero referir-me nesta noite é Gelson Dalla Costa, um homem comunitário, que não só na Associação Chapecoense de Futebol, mas também em

outras áreas presta a sua colaboração à sociedade chapecoense.

É por isso que eu digo que Chapecó é feliz, porque essas pessoas se doam por uma causa.

Quero agradecer, mais uma vez, de coração, a todos vocês, a todos que aqui estão e a todos que por nós torcem.

Esperamos que no domingo possamos realmente erguer o caneco de pentacampeão. Nesse sentido eu tenho certeza de que todos os esforços foram feitos para que tal aconteça.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Neste momento fará uso da palavra o sr. Sandro Luiz Pallaoro, presidente da Associação Chapecoense de Futebol.

O SR. SANDRO LUIZ PALLAORO - Gostaria de cumprimentar a deputada Luciane Carminatti e o deputado Narcizo Parisotto pela homenagem hoje prestada à Associação Chapecoense de Futebol. Cumprimento o deputado Gelson Merisio, que não está presente, e em nome deles cumprimento todos os deputados presentes no recinto.

Gostaria de cumprimentar o nosso prefeito, José Cláudio Caramori, que além de ser prefeito é um torcedor assíduo da Associação Chapecoense de Futebol. Sempre que é solicitado, nunca mede esforços para atender a algum pedido em prol do nosso time.

Cumprimento também o vice-prefeito Luciano José Bulligon, a quem agradecemos o apoio que nos é dado.

Cumprimento o vereador Márcio Sander, presidente da Câmara Municipal, e todos os vereadores aqui presentes pela homenagem que estão prestando e por tudo que fazem pela Associação Chapecoense de Futebol, pois sempre que o apoio é pedido, nunca é negado.

Gostaria de cumprimentar também o nosso secretário, que hoje representa o governador Raimundo Colombo, que através do deputado Gelson Merisio liberou recursos para o Centro de Treinamento, que hoje abriga mais de 400 crianças nas escolinhas e 110 crianças de 11, 13, 15 anos que vão disputar o campeonato estadual de juniores este ano.

Gostaria de cumprimentar o Gelson Dalla Costa, do presidente do Conselho Deliberativo, e em seu nome cumprimentar toda diretoria e todos os conselheiros da Associação Chapecoense de Futebol.

Gostaria de agradecer as palavras dessa pessoa maravilhosa que conheci e aprendi a admirar, a qual, brincando, chamo de meu guru, que é o Maninho, que está sempre presente, principalmente nos últimos três anos de administração, nas horas boas e nas horas de dificuldades. Muito obrigado, Maninho, de coração, a você e a toda a sua família, por tudo que já fizeram pela Chapecoense e que fazem até hoje.

Gostaria também de cumprimentar todos os presentes e o maior patrimônio que a Associação Chapecoense de Futebol tem, que é o seu torcedor, porque sem torcida não se vai a lugar algum. Vários clubes que chegaram à Série A do Campeonato Brasileiro, hoje estão fora de qualquer competição nacional porque não têm torcida. Então, a torcida é essencial, é vital.

Quero agradecer aos nossos patrocinadores também, já que sem o seu patrocínio não teríamos condições de fazer todo o trabalho que está sendo feito. Agradeço ainda à imprensa de todo o estado e da cidade, que divulga as ações da Associação Chapecoense.

Muitas vezes há críticas, mas em cima das críticas também há aprendizado.

Agradeço aos ex-presidentes, que hoje foram homenageados, os nossos fundadores Alvir Pelisser e Altair Zanella, aqui presentes. Até brincamos que a culpa é deles, porque se não fossem eles a Chapecoense não existiria.

Em especial, gostaria de agradecer a pessoas importantes que me deram o alicerce necessário para que nesses três anos estejamos dirigindo a Associação Chapecoense de Futebol: minha esposa Vanusa, minha filha Daiane e meu filho Mateus, que estava presente até este momento, mas precisou sair, pois tinha outros compromissos.

Quero pedir desculpas para vocês, do fundo do coração, pois no momento em que recebi o meu prêmio esqueci-me de convidá-los para estarmos junto, porque na conquista de 2011 vocês foram muito importantes para mim. Eu amo muito vocês.

Eu, que sou patobranquense de nascimento, vim morar em Chapecó em 1994 e hoje me considero um chapecoense de coração. Fui adotado por esta cidade e tenho certeza de que ficarei para sempre aqui por tudo que a cidade fez por mim. Assim, tento retribuir sendo presidente da Associação Chapecoense de Futebol.

Muita coisa desses 40 anos de história eu só conheço dos livros e dos relatos das pessoas, mas desde 1994, quando aqui cheguei, apoio a Chapecoense de uma maneira simples, mas apoio.

No final de 2008 fui convidado pelo ex-presidente Edir Felix de Marco e por Jandir Bordignon para fazer parte da diretoria, como diretor de futebol, cargo que ocupei por dois anos. No final de 2010 assumi a presidência da Associação Chapecoense de Futebol.

Ultimamente sou muito perguntado sobre a Chapecoense e digo que o nosso time teve dois momentos: o primeiro, até 2005 e o segundo, depois de 2005. Em 2005 o clube esteve para ser fechado, mas em decorrência de uma ação do poder público, representado à época pelo prefeito João Rodrigues e pelo vice-prefeito Élio Cella, juntamente com a Associação Comercial de Chapecó, na qual se envolveram os empresários e a comunidade, a Chapecoense renasceu. A dívida, que chegava a R\$ 1,2 milhão, foi parcelada, e hoje a Chapecoense tem certidão negativa de débito, coisa que muitos clubes, tanto da Série A como da Série B, não sabem o que significa.

Em 2007 veio o título e em 2009 conquistamos o vice-campeonato. E quero, neste momento, prestar uma singela homenagem ao presidente da época, Nei Maidana, que levou a Chapecoense da Série D para a Série C do Campeonato Brasileiro. Ao final de 2010 assumi a presidência e em 2011 já veio o título pelo qual recebi a homenagem, homenagem esta que compartilho com todas as pessoas que fizeram parte daquela diretoria, com os patrocinadores, com os colaboradores e com os funcionários, pois a conquista foi de todos.

Em 2012, aí sim, veio a grande conquista. Não desmerecendo, é claro, as demais, acho que a grande conquista da Chapecoense foi conseguir uma vaga na Série B do Campeonato Brasileiro. Até hoje não caiu a ficha para muita gente sobre o que representa a Chapecoense estar entre os 40 maiores clubes do Brasil. Num país que tem mais de 300 clubes, que tem mais de cinco mil municípios, nós estarmos entre as 25 cidades que disputam as Séries A e B do Campeonato Brasileiro. Chapecó é a única cidade do interior do sul do Brasil que disputa a Série B do Campeonato Brasileiro.

Então, vejam a importância de estarmos disputando o Campeonato Brasileiro da Série B, que terá início na próxima sexta-feira, com inúmeros jogos sendo transmitidos pela TV aberta para o mundo inteiro. Nós estaremos jogando em Chapecó e no outro lado do mundo, na China, por exemplo, estarão acompanhando os jogos da Associação Chapecoense de Futebol e vendo o nome dos nossos patrocinadores estampados nas camisas dos nossos atletas.

Diariamente a imprensa do Brasil inteiro faz-me esta pergunta: qual que é o segredo da Associação Chapecoense de Futebol? O segredo está representado pelo troféu que recebemos da Câmara de Vereadores de Chapecó: o Desbravador. Chapecó sempre teve um povo desbravador, um povo aguerrido, um povo que nunca desiste. Mesmo com poucos recursos, sempre está brigando.

Hoje a nossa folha é de R\$ 320 mil. O Criciúma, que é nosso adversário, tem uma folha de R\$ 1,5 milhão, ou seja, cinco vezes mais que a nossa. Logo, não é o dinheiro o segredo do sucesso, é o nosso povo, é a dedicação, é o trabalho sério que vem sendo desenvolvido pelas administrações da Chapecoense. Todas elas tiveram sua importância. Muitas vezes, nas épocas difíceis, não havia dinheiro. Viajava-se de Kombi. Hoje se viaja de avião. Na viagem de sábado brinquei com o Gilmar Dal Pozzo dizendo que ainda quero ver os clubes viajando de avião próprio. Do jeito que as coisas estão avançando, cada clube vai ter seu próprio avião.

Hoje fui entrevistado num programa de rádio e o repórter me disse que nós tratávamos bem demais os nossos jogadores, que era muito mimo e que às vezes era preciso bater um pouquinho neles. Eu respondi que não, que o jogador de futebol é um ser humano como todos os outros, que tem problemas familiares como todo mundo, seja uma discussão com a esposa ou a doença de um filho.

Então, todo o trabalho é feito nos bastidores pelos nossos colaboradores, pelos nossos diretores. E isso faz a diferença no dia a dia do clube.

Acho, portanto, que este talvez seja o segredo da Associação Chapecoense de Futebol: o trabalho que é feito por todos.

O Maninho me disse, há dois anos, que para a Chapecoense ser mais forte era preciso regionalizá-la. Lembra, Maninho? Falou-me que a Chapecoense não poderia ser somente de Chapecó, mas da região. E é isto que está acontecendo. A região abraçou a Chapecoense. Hoje temos mais de sete mil sócios e queremos chegar a oito mil.

Então, todo esse trabalho às vezes é feito anonimamente pela tia da cozinha, pela tia que lava a roupa com carinho porque quer ver a Chapecoense campeã. E quando o jogador vai vestir a sua camisa, ela tem um cheirinho especial, assim como é especial a comida lá preparada.

O poder público também está-nos ajudando, assim como a Assembleia Legislativa, através dos nossos deputados. Eu sempre falo que existem políticos e políticos e que os recursos públicos estão aí para ser bem aplicados. Nós, graças a Deus, aplicamos bem os recursos públicos.

Eu acho que todas essas coisas fazem parte do segredo e justificam as conquistas da Associação Chapecoense de Futebol nos últimos anos.

Então, em nome de todos os diretores, de todos os colaboradores, da comissão técnica e dos atletas que, infelizmente, não puderam estar presentes porque

estão concentrados para a final, gostaria de agradecer de coração à Assembleia Legislativa. Muito obrigado também à Câmara de Vereadores do município de Chapecó, pois essas homenagens é que nos dão forças para tentarmos fazer cada vez mais pela Associação Chapecoense de Futebol, pela comunidade, e por todas as pessoas que amam o futebol, que é a maior paixão nacional.

Os políticos trocam de partido, o homem troca de mulher, a mulher troca de homem, mas ninguém troca de time de futebol.

No domingo teremos mais um grande desafio. Estamos feridos. O Índio está ferido, mas não está morto. Nada mais do que três flechadas no Tigre para nos dar o pentacampeonato. Nós acreditamos, os atletas acreditam, a comissão técnica acredita.

Logo após a derrota nós nos reunimos no vestiário e esta semana foi de trabalho, de muita dedicação, de muita seriedade. Tenho certeza de que no domingo vamos comemorar o pentacampeonato.

Para a Chapecoense nada foi fácil. Não vi nenhuma conquista da Chapecoense, nenhum título, nenhum acesso ser conseguido com facilidade. Mas é na dificuldade que se vê a determinação, a garra de um povo e a coragem de um time.

Então, tenho certeza de que no domingo vamos comemorar o pentacampeonato para retribuirmos todo o carinho, toda a dedicação dos nossos torcedores. Tenho certeza de que com 13 mil vozes incentivando até o último minuto vamos ser pentacampeões porque 13 é o meu número da sorte, deputados. Nasci no dia 13 de outubro e vamos conquistar o pentacampeonato em 2013.

As pessoas passam e o que vale é a Associação Chapecoense de Futebol, é o clube, é a torcida.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Com a palavra o prefeito municipal de Chapecó, José Cláudio Caramori.

O SR. PREFEITO JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI - Senhoras e senhores, permitam-me que, com muita alegria, em meu nome e em nome do vice-prefeito Luciano José Buligon, saudemos a deputada Luciane Carminatti, o deputado Narciso Parisotto, o deputado Reno Caramori e toda Assembleia Legislativa.

O deputado Gelson Merisio, que também foi autor da indicação que ensejou a presente sessão, ligou-me há pouco e disse-me que o seu voo atrasou cinco horas e por isso não conseguiu chegar em tempo a Chapecó, mas mandou um abraço a todos e colocou sua imensa alegria por esta homenagem.

Quero saudar os funcionários da Assembleia Legislativa, o vereador Márcio Sander, presidente da Câmara de Vereadores, a vereadora Marcilei e o vereador Antonini, estendendo esta saudação a todos os vereadores chapecoenses.

Saúdo Eldimar Jagnow, secretário do Desenvolvimento Regional de Chapecó, que neste ato representa o governo Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Meus queridos Sandro, Maninho e Gelson, ao saudá-los estendo a saudação a todos os dirigentes, ex-dirigentes, atletas, colaboradores, patrocinadores, torcedores e voluntários, que muitas vezes não aparecem, mas fazem sua parte.

Prezados amigos da imprensa, instituição também fundamental para o sucesso alcançado pela Associação Chapecoense de Futebol.

Em primeiro lugar, permitam-me, em nome do Executivo Municipal, compartilhado aqui com diversos colegas de trabalho, parabenizar a Assembleia Legislativa e a Câmara de Vereadores pela iniciativa de fazer esta homenagem justa no momento em que a Chapecoense completa 40 anos.

Em segundo lugar, quero associar-me a essa homenagem. As minhas palavras até seriam dispensáveis, porque todos os que me antecederam foram precisos nas suas colocações, porque falaram com a razão, com o coração, com a emoção. Não me atreveria a tecer maiores comentários sobre a história da Associação Chapecoense de Futebol, mas permitam-me colocar a expressão do pensamento do nosso governo a todos vocês que aqui estão, de forma muito especial e particular aos queridos amigos que compõem a grande família do nosso Verdão, principalmente os que já estão de cabelos brancos ou com poucos cabelos.

Cada um que aqui está ou que não está, mas que faz parte da história da Chapecoense, seguramente fez seu exame de consciência e lembrou-se de tudo o que fez ao longo do tempo, seja torcendo, seja vestindo a camisa, seja patrocinando, seja incentivando e muitas vezes até criticando. Pois bem, todos esses 40 anos de história são muito mais um misto da emoção e da raça de um povo do que da razão.

Então, evidentemente todos têm a sua participação no resultando que hoje colhemos, pois as conquistas foram conseguidas com bravura, com determinação, com o coração apertado, com lágrimas nos olhos, às vezes vibrando pelo gol, às vezes chorando nas derrotas.

Vamos buscar a quinta. Podemos e temos condições, sem dúvida alguma, de ser pentacampeões. Desde 2005, juntamente com João Rodrigues e Élio Cella, vimos fazendo um trabalho de recuperação e de participação do poder público municipal na vida do clube. E aí temos que fazer justiça, e agradecer, meu caro presidente, vereador Márcio Sander, a todos os vereadores de Chapecó, porque quando o Executivo Municipal repassa recursos para a Chapecoense, o faz devidamente autorizado pelo Legislativo Municipal. Portanto, os vereadores são partícipes dessa forma de incentivo que gera inúmeros benefícios para a cidade.

Mas o que representa para o município esse apoio à Chapecoense? Representa aumento do movimento econômico, representa internação de recursos na economia, representa crescimento da gastronomia, porque os restaurantes estão sempre lotados, os hotéis estão sempre cheios, o posto de combustível aumenta seu faturamento e assim por diante.

Sem demérito a qualquer outro município, o povo chapecoense é extremamente hospitaleiro, carinhoso. Até a torcida adversária recebemos com carinho, não é? Recebemos todos com o nosso jeito, o jeito do oestino, o jeito do chapecoense e dessa forma temos conseguido fazer com que a Arena Índio Condá ganhe aos poucos, com muitas dificuldades, é verdade, as condições necessárias para a realização de bons espetáculos.

Trago um abraço também do nosso ex-prefeito, deputado João Rodrigues, hoje secretário da Agricultura, que já consignou R\$ 2 milhões de suas emendas parlamentares - e gastou praticamente todas as suas fichas

nessa aposta - para a Chapecoense. Esperamos que esses recursos cheguem logo para começarmos a ala leste.

Como bem disse o presidente Sandro, não é dinheiro do prefeito, do vice-prefeito, tampouco do vereador, é dinheiro do povo, que por decisão do Executivo e com a devida autorização legislativa retorna para esse povo que vê o seu time como o grande embaixador da sua cidade, já que leva seu nome a todos os rincões deste Brasil e a outros países. Hoje quem não conhece a Chapecoense?

Então, permitam-me associar-me às homenagens, externando os meus parabéns a essa família tão unida, que quando veste a camisa verde e branca não vê bandeira político-partidária, não pensa em disputa eleitoral. Não existe lugar mais democrático do que as arquibancadas da nossa arena, porque lá, via de regra, estou junto, abraçado, vibrando, chorando, gritando com os vereadores, os prefeitos, os deputados de todos os partidos. É um grande momento de valorizarmos aquilo que temos de melhor, que são as nossas coisas. E entre as nossas melhores coisas seguramente está a Associação Chapecoense de Futebol.

Parabéns e muito obrigado pelos 40 anos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - A Presidência agradece a todos que nos deram a honra de sua presença e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Ângela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência gostaria de homenagear todas as mulheres do Brasil cumprimentando a nossa querida presidente Dilma Rousseff, considerada pela revista *Forbes* a segunda mulher mais importante do globo terrestre.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, as mulheres estão comandando o espetáculo em nível não apenas de Brasil, mas em nível de planeta.

Sr. presidente, faço uso da tribuna na manhã desta quinta-feira para falar que participei da audiência realizada ontem com o presidente da Casan, Dalírio Beber, para tratar de todos os procedimentos relacionados à Barragem do Rio do Salto, obra postergada por vários anos porque o Orçamento do governo federal, por duas vezes consecutivas, garantido no PAC, acabou não sendo destinado a essa obra por consequência dos impedimentos relativos às questões ambientais.

Mas o governo do estado vem tomando as devidas providências - e de pronto também o presidente da Casan, juntamente com o presidente da Fatma, com o qual devo conversar ainda no dia de hoje - com relação aos itens complementares das exigências relacionadas ao Ministério Público Federal, em que serão sanados todos esses itens para que, definitivamente, possa ser dado um *start* ao processo licitatório para a execução dessa obra.

Refuto como uma das obras mais importantes, uma obra estruturante que vai, com certeza, proporcionar a redenção de uma

região que ficou alijada no processo, sob as consequências da duplicação da BR-101, no trecho de Palhoça até a divisa do estado do Paraná, que realmente ocasionou uma concorrência desumana relacionada ao comparativo do sul com o norte do estado.

Evidentemente que o investidor, quando procura o mapa de desenvolvimento econômico do estado - e aqui não faltam investidores, fundo de pensão, principalmente pela crise global, sendo que o Brasil, que é um país de oportunidades, situa-se no mapa -, tem condições de ver onde há realmente infraestrutura, sistema modal, logística, mão de obra qualificada, portos, aeroportos, rodovias duplicadas, acesso para o mundo. E nesse certame evidentemente que todo investidor prefere se instalar da Grande Florianópolis para o lado norte do estado em direção ao Paraná.

Por essa razão vejo com muita expectativa esses investimentos para a duplicação do trecho sul da BR-101, mesmo que em ritmo lento. Mas ultimamente as obras estão até em ritmo mais acelerado, principalmente com relação à ponte de Santo Antônio e à ponte de Cabeçadas, em Laguna, que funciona 24 horas por dia, como também o túnel do Morro do Formigão. Isso vai dar, com certeza, um lastro muito forte de tranquilidade e segurança jurídica aos investidores para que possam se estabelecer no sul.

Vejo com muita expectativa o certame final desse arranjo para a liberação dessa tão esperada obra que vai desencadear o potencial turístico e regularizar a vazão dos níveis de água em época de cheias e de estiagem. Isso vai proporcionar água para a agricultura, para a rizicultura, para a indústria e, de maneira especial, para o abastecimento humano.

Dias atrás, houve a liberação e a concorrência da BR-285, que liga o município de Timbé do Sul até São José dos Ausentes. Uma obra que na concorrência ganhou o consórcio das empresas Setep/Sotepa e Ivaí, numa monta de R\$ 95.500 milhões. Isso vai lastrear uma expectativa, uma esperança e vai consolidar uma reivindicação de muitos anos.

Identificaram a BR-285 como o corredor para o escoamento da produção do noroeste do Rio Grande do Sul, através do porto de Imbituba e do porto que se imaginava na época da foz do Rio Araranguá, que até hoje não saiu.

Temos também já licitado todo o processo para o asfaltamento da serra de Praia Grande até Cambará do Sul, num investimento de aproximadamente R\$ 50 milhões. Já há licitação do projeto e a execução da obra da Serra do Corvo Branco, que vai de Grão-Pará até Urubici, tendo como empresa vencedora da licitação a Setep.

Para a via rápida de Criciúma há recursos na monta de R\$ 100 milhões, com as máquinas já em funcionamento, operando. A terceira etapa do anel do contorno viário de Criciúma também já está com as máquinas operando.

Há uma expectativa muito forte para que nos próximos dias seja realizada uma audiência pública para discutir o traçado da quarta etapa que vai da SC-445 até a via universitária, a Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, em aproximadamente R\$ 100 milhões.

O acesso de Treviso a Lauro Müller também já está em fase conclusiva. Nos próximos dias ocorrerá a abertura do edital das empresas que participaram do certame para a operação do aeroporto regional de Jaguaruna, certame esse que o estado está entrando através da secretaria de estado da Infraestrutura, do Deinfra, no valor de R\$ 250 mil, em um procedimento de até cinco anos, porque como o aeroporto não se autossustenta, o estado banca um valor inicial com um propósito específico e, posteriormente, passa a terceirização.

Na sequência, a partir do momento em que ele cria um rito, uma rotatividade, uma carteira de clientes, irá estabelecer, com certeza, a concessão da empresa que virá a ser a vencedora.

Acredito efetivamente que todo aquele tempo que perdemos de um sul contagiante, de um sul promissor que há 18 anos se situava no patamar de quarta economia de Santa Catarina, caindo para a 12ª posição, começa a retomar a posição dentro de uma expectativa progressiva, com certeza, pela garra e empreendedorismo do empresário do sul; o estado com todas essas ações, através da inserção do PAC, com um investimento de mais de R\$ 9 bilhões, uma quantia significativa que se estabelece para o sul; com a modernização também do porto de Imbituba, dará um lastro de segurança jurídica para os investidores acreditarem e investirem com confiança nessa região de Santa Catarina.

Por essa razão, deputado José Nei Ascari, essa integração da bancada do sul, estadual e federal com o vice-governador, com as nossas indústrias, com as CDLs, com associações e entidades de classes, com

universidades, formando uma corrente suprapartidária, desencadeia um processo na linha dos interesses comuns da nossa sociedade.

O governo está fazendo a sua parte e esperamos que os empresários possam aderir a esse chamamento, para que o sul possa voltar a patamares que em outros tempos de ouro figurava como um dos expoentes pelo PIB da indústria catarinense e nacional.

Por esta razão, sr. presidente, assomo esta tribuna com muita satisfação para enaltecer o posicionamento do sul e dizer que estamos no rumo certo.

Era isto que gostaria de dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham, nesta manhã de quinta-feira, servidores deste Poder Legislativo, quero entrar em um tema que estou adiando desde terça-feira que trata, mais uma vez, da relação Polícia Civil/ Polícia Militar.

É uma questão específica de uma cidade do estado de Santa Catarina, mas mesmo assim diz respeito a esse dilema vivido na segurança pública catarinense nos últimos anos.

Na cidade de Lages, na serra catarinense, a delegada regional, para ser mais preciso, tem tomado medidas para que os policiais militares não utilizem o espaço da delegacia ou das delegacias para realizar seus boletins no momento que antecede a entrega da pessoa detida na Polícia Civil. A pessoa detida no cometimento de crime é encaminhada, como se sabe, à delegacia de polícia.

Há alguns anos a Polícia Militar tomou a iniciativa de ela própria fazer o Boletim de Ocorrência, para ter a sua estatística e para que os órgãos de segurança e a polícia pudessem fazer um acompanhamento direto do lavramento desse Boletim de Ocorrência. E isso, curiosamente, tem sido feito pela Polícia Militar ou pelo menos por parte da Polícia Civil, como uma intromissão da Polícia Militar na esfera de serviço da Polícia Civil.

A Polícia Militar prendeu alguém no cometimento de crime e vai conduzir, nesse caso específico, à delegacia, para que seja relatada a situação à Polícia Civil e esta tome os procedimentos de polícia investigativa, de polícia judiciária.

No entanto, a Polícia Militar faz, antes, o seu Boletim de Ocorrência, o que inclusive é a lógica, a fim de colher um conjunto de informações das duas instituições e que estejam integradas em um só sistema. Serve inclusive para que os órgãos de imprensa e a sociedade possam acompanhar o crescimento do nível de violência, do nível de criminalidade em nosso estado e serve para a sociedade se posicionar.

Na delegacia de Lages, especificamente na delegacia regional, os policiais militares têm que fazer esse procedimento fora da delegacia. Imaginemos a cidade de Lages agora, no período de inverno, em alguns dias, na madrugada, em que a temperatura chega a 0°.

Vou ler aqui uma nota já antiga, do dia 23 de agosto de 2011, para não dizer que estou inventando ou exagerando.

(Passa a ler.)

“Assunto: Boletim de Ocorrência da PM, na Central de Plantão Policial de Lages.

Uma comunicação da delegada regional aos delegados da região ou da cidade de Lages.

Senhores delegados:

Tendo chegado ao nosso conhecimento a intenção da Polícia Militar de Lages de efetuar registros e preenchimento de fichas no interior da Delegacia de Polícia e/ou Central de Polícia, temos a informar que inexistem qualquer orientação superior sobre tais circunstâncias e, considerando o posicionamento adotado até a presente data, MANTEMOS (a palavra mantemos está em caixa alta) a proibição de que a Polícia Militar, através de seus agentes, realize, formalize ou preencha fichas de ocorrência sobre seus atendimentos diretamente nas dependências das Delegacias de Polícia e Central de Polícia de Lages em virtude de diversos fatores, desde falta de estrutura física até fluidez no atendimento de ocorrências.

Entretanto, não há qualquer óbice no registro de boletim de ocorrência, via SISF, dos atendimentos prestados pela Polícia Militar junto ao comissariado das unidades policiais, mediante atendimento do policial civil plantonista e deferimento do delegado de polícia responsável.

Atenciosamente,

Luciana Rodermel

Delegada Regional de Polícia

8ª DRP - Lages/SC\* [sic]

Esse documento foi lido na íntegra e, para que fique claro, a Polícia Militar não pode fazer no espaço da delegacia os seus boletins antes de entregar a pessoa detida à Polícia Civil. Só pode ser feito desde que seja pelo comissariado da Polícia Civil, com o deferimento do delegado de polícia.

Então, há aqui uma lógica, a nosso ver, que não ajuda sequer a segurança pública do nosso estado. Esse documento é de 2011, evidentemente com relatórios, situações vexatórias, inclusive, que descem a serra até as instituições de comando e de secretaria, sobem a serra, e de lá para cá também muito pouca coisa ou quase nada mudou nesse sentido.

Atualmente, os policiais militares de Lages ganharam um caixote na garagem das viaturas da Polícia Civil para fazer os boletins. Lugar da Polícia Militar é na garagem, mesmo que esteja fazendo zero grau. Evidentemente que além do servidor público, do policial militar que está trabalhando, as outras pessoas, testemunhas e a própria pessoa presa ficam também submetidas a essa situação, por óbvio, na garagem. Inclusive afeta a segurança, não apenas a saúde das pessoas e a dignidade, porque ficam lá na garagem.

Nós vemos aqui mais um episódio de como a coirmã Polícia Militar faz o papel de uma servil sua, que definitivamente faz parte de um passado triste para nós e ruim para a sociedade. Infelizmente, até mesmo algumas autoridades continuam na lógica de discriminação contra os policiais militares.

Vimos, por exemplo, em uma novela da Rede Globo, há uns dois anos, o delegado como um moço bem vestido, doutor, meio mauricinho inclusive na postura, essa era a caricatura do delegado apresentado pela novela, e o policial militar era uma pessoa simplória, na verdade um bobalhão. Assim era apresentado pela Rede Globo. Evidentemente que fizemos, como várias entidades e instituições, um protesto à Rede Globo, mas continua a velha lógica de que o PM deve trabalhar sob o comando da Polícia Militar, o

que fortalece um preconceito histórico, sendo que o modo de entender a coisa é completamente errado.

A última novela da Rede Globo, que terminou há poucos dias, mostrava de forma decente, digna e bonita, o trabalho da Polícia Federal e da Polícia Civil, mas para isso não precisou desqualificar a Polícia Militar e apresentar a Polícia Civil e a Polícia Federal, a função de delegado, de agente de Polícia Civil como uma tarefa importante, digna e merecedora de aplausos. Não precisou denegrir a Polícia Militar para fazer isso.

Diversos delegados são meus amigos, não tenho inimidade com nenhum deles, da mesma forma com todos os policiais civis, mas atitudes dessa natureza mostram que não se quer romper uma lógica e até se trabalha contra o rompimento dessa lógica quando inclusive há intenção de deixar a Polícia Militar como segundo grau no critério de ingresso. Isso também, na minha avaliação, está embutido, pois na Polícia Civil todo mundo tem nível superior e o policial militar é o guardinha da esquina que serve para cumprir ordem. E quando busca cumprir bem o seu serviço, que na minha avaliação fazer o boletim de todas as ocorrências encaminhadas à delegacia é, sim, uma obrigação legal da Polícia Militar, há essas formas de retaliação que, com certeza, humilham os policiais militares, nesse caso específico da cidade de Lages, e é uma situação que precisa ser resolvida. Repito que nas outras delegacias de Lages não ocorre assim. Ocorre na delegacia regional, que é a delegacia de plantão policial, a única que fica aberta depois das 19 h. Então, não são todos os delegados, são alguns.

Assim sendo, quero registrar que esse é um problema específico da delegacia regional de Lages, porque nas outras delegacias do referido município, nos horários em que estão abertas, o procedimento e o tratamento não são esses. Mas quando chega às 19h, a central de plantão é que fica trabalhando na sede da delegacia regional e daí, sim, o policial militar atende as vítimas, as testemunhas e os agentes os criminosos, os quais ficam lá na garagem, em cima de um caixote, fazendo os boletins, mas isso precisa ser mudado, e com urgência, pelas autoridades do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da TVAL e da Rádio AleSC Digital, o tema a ser tratado, realmente, não diz respeito à segurança, deputado Sargento Amauri Soares, e sim à insegurança. Insegurança dos nossos policiais militares na execução do seu trabalho e insegurança da nossa população. Por isso venho abordar este tema no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores.

Quero, mais uma vez, refletir e propor denunciando, sempre, a gravidade dos problemas relacionados à segurança pública no estado de Santa Catarina. Essa situação se agrava constantemente, deixando a nossa população à mercê da criminalidade.

Quando as pessoas divulgam em alto e bom som que serão criados mais presídios, que irão aumentar o número de penitenciárias é porque o número de pessoas presas no estado

aumentou significativamente, que o número de bandidos aumentou - é assim que falam dessas pessoas que cometem algum tipo de crime. Isso me assusta porque o que está faltando em nosso estado é investimento em políticas públicas.

É necessário um investimento na desintoxicação do usuário de drogas, porque já é estatístico que 80% da criminalidade são por causa do uso de drogas. São jovens, são adolescentes, são crianças, inclusive, entrando nesse mundo tão perverso e o estado não tem nenhuma política pública de prevenção.

Nós debateremos esse tema de prevenção aqui constantemente, no sentido de dar mais segurança a essas famílias, como também o da recuperação do usuário de drogas.

O governador, infelizmente, vetou o projeto de lei Pró-Egresso, de nossa autoria, mas espero que os deputados se sensibilizem quando ele voltar para a pauta de discussão neste plenário. Ele foi aprovado por unanimidade nesta Casa, mas voltaremos a debater sobre o assunto.

Então, segurança é muito mais do que construir novos presídios e penitenciárias. Segurança é fazer as políticas públicas, é a prevenção do crime, é a prevenção e a recuperação das pessoas que estão nesse caminho, infelizmente, da drogadição.

Esta semana, também na cidade de São José, mais uma vez dois criminosos atearam fogo em um ônibus deixando o motorista, as pessoas que utilizavam esse ônibus e a comunidade daquele município apavorada. Não somente a cidade de São José ficou apavorada, como toda Santa Catarina.

Esses dois criminosos tiveram a ousadia de deixar com o motorista um DVD explicando os motivos do ataque. Agora eles estão explicando o motivo de estarem ateando fogo. Conforme a informação que veio para nós através dos jornais, trata-se de gravações denunciando maus tratos familiares no presídio de Santa Catarina.

É lamentável que isso tenha acontecido mais uma vez. Por isso que o governo tem que estar atento. A Força Nacional foi embora gerando aqui um estado de insegurança que várias vezes a bancada do Partido dos Trabalhadores orientava o governador no sentido de trazer de volta a Força Nacional. Mas isso não pode deixar de ser um alerta ao governo, pois ainda estamos vivendo num estado de insegurança, deputado Maurício Eskudlark. Por isso temos que fazer uma reunião com urgência com a comissão de Segurança Pública para debater de forma mais profunda esse tema.

O sentimento de insegurança do estado explica outra reportagem, srs. parlamentares, a respeito de um tema que mereceu destaque nos noticiários de Santa Catarina, ou seja, que o estado lidera a compra de armas em nosso país. As pessoas querem fazer a sua segurança com suas próprias mãos porque não confiam no governo do estado.

Na contramão da legislação, cresce no estado a venda de pistolas, de espingardas e de revólveres. Mais do que uma estatística, o crescimento na comercialização de pistolas, revólveres e espingardas mostra uma mudança de comportamento provocada pelo aumento da sensação de insegurança que tem como causa elevado os índices de criminalidade.

Em 2012, foram vendidas em Santa Catarina 3.981 armas, o que supera em muito as vendas de 2002 anteriores à lei do estatuto, do desarmamento que dificultou a posse e o porte de armas no Brasil.

Naquela época, não havia ônibus incendiado por ordem de presos e o número de homicídios era menor. Em 2002, foram cometidos 381 assassinatos, enquanto que no ano passado foram 737 assassinatos, ocorrendo uma alta de 93,4%

Dados da Polícia Federal revelaram que no período de 1º de janeiro a 25 de abril de 2013 o estado registrou 934 compras de espingardas, pistolas e revólveres. Isso coloca Santa Catarina na liderança de armas adquiridas por civis, seguido do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Na proporção por habitantes, segundo a análise dos últimos dez anos no país, Santa Catarina ocupa o terceiro lugar, com uma arma para cada 422 pessoas. Eu queria que esse fosse o número de homens para fazer a segurança das pessoas na sua coletividade.

Repito: o sentimento de insegurança reflete diretamente nos números de cidadãos que se armam, na ilusão de garantirem, assim, a sua segurança. Estudos comprovam que possuir arma em casa aumenta o risco de morte em casos de sinistros.

Tenho sistematicamente cobrado ações e a implantação de políticas públicas que possibilitem um sistema de segurança eficiente e voltado para a prevenção. Infelizmente, o governo do estado está de costas para os problemas vivenciados pela nossa população.

Blumenau, por exemplo, não é diferente de nenhum município de Santa Catarina: muito se promete na área da segurança, mas as políticas demoram demais para ser realizadas. Em maio do ano passado - não sei se o deputado Ismael dos Santos estava lá presente -, quando estava em um palanque com o governador do estado, ele prometeu câmeras de vigilância e até hoje não foram instaladas.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Apenas para fazer justiça, quero informar que as câmeras e os recursos estão à nossa disposição, o que estão faltando são recursos da prefeitura municipal de Blumenau para a compra dos cabos. Somente isso! Acho que se cobrarmos do prefeito Napoleão Bernardes, que v.exa. ajudou a eleger no segundo turno, vamos ter uma solução para essas câmeras de vigilância.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Mas o que me deixa admirada, deputado Ismael dos Santos, é que isso ocorreu no ano passado, na gestão de João Paulo Kleinübing, que está envolvido na Operação Tapete Negro, porque se essas câmeras estivessem sido instaladas teria sido facilmente constatado que ele cometeu várias irregularidades na nossa cidade.

É certo que também temos que fazer o nosso dever de casa e cobrar do atual prefeito, mas eu estava naquele palanque e lembro muito bem da presença do governador, num sol de rachar, autorizando a compra de câmeras e dizendo que até o final do ano estariam instaladas, mas não foram.

O governador assinou também no ano passado a transferência do Batalhão da Polícia Militar para outro lugar, porque aquele local é o primeiro a ser afetado quando dá chuvas na cidade. E passem, srs. parlamentares, depois de um ano da assinatura do contrato de aluguel, na semana passada, tomamos conhecimento, pelos jornais, de que o batalhão não vai mais ser transferido, vai ficar onde está. Quer dizer, o estado, mais uma vez,

enganou a população de Blumenau. O governo assina os convênios, mas não são executadas as obras! Esse é um exemplo que dou da minha cidade, que era maravilhosa, linda, onde não havia crianças nas ruas, e v.ex.a., deputado Ismael dos Santos, sabe disso porque foi secretário da Criança e do Adolescente. Blumenau era uma cidade que investia em políticas públicas diminuindo significativamente a criminalidade, mas nesses últimos oito anos de gestão do prefeito João Paulo Kleinübing, que é do partido do governador, a cidade ficou um horror.

Então, o que estou cobrando como parlamentar é a promessa do governador, que esteve em Blumenau no ano passado assinando recursos para investimentos em segurança, de que até o final do ano isso seria executado, mas até agora estamos vivenciando a insegurança em nossa cidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, acompanhamos pela imprensa esses dados que a deputada Ana Paula Lima relatou com referência à compra de armas. Parece que a deputada não é de Blumenau! Todo mundo sabe que Santa Catarina é o estado com maior número de clubes de atiradores, de praticantes de tiro do nosso Brasil, principalmente Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau e Pomerode, sendo que as compras de armas em nosso estado, na sua grande maioria, são adquiridas para os participantes daqueles clubes. Então, são armas regularizadas. O nosso estado tem o maior registro, mas se trata de um povo cumpridor da lei. Quer dizer, as pessoas que são participantes dos clubes de tiro registram as suas armas, mas não as usam para praticar irregularidades.

Desta forma, quando soube dessa notícia não estranhei porque Santa Catarina tem essa característica, e a deputada Ana Paula Lima, que é de Blumenau, sabe que todos os praticantes dos clubes de tiro adquirem e registram suas armas. Inclusive, acompanho famílias inteiras, pais e filhos que praticam o tiro esportivo porque é uma cultura, mas sempre com muito respeito.

O governo de Santa Catarina deveria dar até um incentivo para essa prática porque foi o estado que mais regularizou suas armas.

Então, vir aqui dizer que por Santa Catarina ter o maior número de armas registradas é o estado mais inseguro é uma verdade porque as estatísticas demonstram que, ainda com as suas dificuldades, ainda é o estado mais seguro do país; é o estado que foi escolhido, nos últimos seis anos, como o destino turístico preferido pelas suas belezas naturais, pela sua segurança pública, pelos seus empresários do turismo e pela sua população. No Rio Grande do Sul, que é administrado pelo PT, a segurança pública está um caos.

Se verificarmos, veremos que o investimento do governo federal em segurança pública é ínfimo perto do que deveria investir.

Então, ao fazer a análise da segurança pública por dados é preciso analisar. O registro de armas é uma demonstração da cultura e do respeito do povo catarinense que, inclusive, votou contra o desarmamento, mas por não confiar na Justiça e no governo.

Esta semana eu li uma matéria de um procurador aposentado, ex-promotor de Justiça, de Blumenau, João José Leal, sobre a questão deste país. Pimenta da Veiga, aquele jornalista que matou a namorada, ficou 11 anos solto antes de começar a pagar a pena pelo crime que cometeu. Então, este país é um absurdo!

Ontem, assisti reportagens a respeito dos crimes que estão sendo praticados pelos menores. Eles sabem da impunidade assim como qualquer cidadão deste país. E o que acontece? Não adianta falar para as crianças. Temos que dar exemplos e ter atitudes. Se vivemos num país onde não há atitude, não se pune quem pratica uma ação errada, não se pode querer que os jovens e as crianças tivessem uma conduta certa, já que se está demonstrando que há outra conduta.

Esses dias o vice-prefeito de Palmitos foi dar uma palestra num colégio e um aluno de oito anos fez a seguinte pergunta: "Prefeito, eu queria saber por que quando somos pequenos eles dizem para fazer a coisa certa e quando nós somos grandes fazemos a coisa errada"? Então, até a criança está vendo que dizem que não se pode fazer isso, que não se pode roubar, mas ela tem o exemplo daquele que rouba, mata e ninguém faz nada.

Vivemos num país da impunidade, da irresponsabilidade e queremos que os nossos jovens façam a coisa certa. Mas assim eles não vão fazer! Por isso que temos a criminalidade aliciando os menores. E não precisa mais aliciar, pois o menor, por ter uma conduta desregrada, vai para a prática do crime porque sabe que não vai ser punido.

Antigamente, ninguém furtava um chinelo ou uma bicicleta que estava na porta da casa porque sabia que iria ter uma punição e que aquilo era um procedimento reprovável. Hoje, infelizmente, eles não furtam mais, eles praticam latrocínio! Eles preferem matar e não levar nada a deixar de roubar. Assistindo aos canais de televisão no final da tarde tomamos conhecimento de que queimaram uma dentista porque tinha somente R\$ 30,00 na sua conta corrente; de que mataram um professor - como aconteceu ontem -, covardemente, num supermercado sem levar um centavo. Puxar o gatilho hoje, matar virou uma irresponsabilidade neste país!

Se as leis não mudarem e se o menor não for responsabilizado, vamos continuar tendo esse problema que é do país e não de Santa Catarina.

O nosso estado ainda tem a melhor segurança pública, seja pelos seus profissionais, pelo seu povo, pela sua conduta, pela sua formação. Por isso que Santa Catarina compra arma, tem arma registrada, mas os crimes que ocorrem em nosso estado não são praticados com armas registradas, são praticados com armas raspadas, com armas que entraram do Paraguai porque não há vigilância do governo federal na fronteira.

Então, devido a essa baderna legalmente registrada e instalada é que ocorrem os crimes. Isso não ocorre devido às armas que as pessoas de bem têm em seu poder. Um pouco disso também é que foi desestruturada a segurança pública.

Fico triste quando ouço um colega desta Casa, deputado Sargento Amauri Soares, dizer que o policial militar se sente um guardinha na esquina. É uma missão louável! A da Polícia Militar. Cada um tem a sua missão: uma a de investigar e a outra de fazer o policiamento preventivo. Então, todas as missões são louáveis e importantes.

Mas o que o cidadão quer? Ele quer o policiamento ostensivo. Ele valoriza o policial

militar, mas, infelizmente, não o vê mais na rua porque o policial militar agora quer investigar, quer fazer TC, quer registrar BO. Então, não há mais policial na rua. Todo mundo quer ir para os gabinetes e ficar bonito.

Mais um ônibus foi queimado esta noite. A polícia agiu de forma louável. A Polícia Militar de Gaspar prendeu em flagrante um grupo que estava tentando queimar um ônibus. É isso que o povo quer: a polícia na rua. E o policial militar que está na rua, que está cumprindo a sua obrigação é reconhecido pela sociedade.

Então, cada um tem a sua missão. Ocorreu o crime, não pode ser evitado e aí cabe a Polícia Civil investigar, ir atrás de provas e levar a julgamento. Nossos presídios estão cheios por aqueles flagrantes feitos pela Polícia Militar na rua ou pelas investigações feitas pela Polícia Civil.

Srs. deputados, a delegada de Lages, sra. Luciana Rodermel, uma excelente delegada, não quer que haja uma sala dentro da delegacia porque em Lages foi feita uma denúncia ao Ministério Público e ao Poder Judiciário de que houve agressão a presos dentro da delegacia. Na apuração, ficou constatado de que havia uma sala para a Polícia Militar e que para lá ia o preso alterado. Houve energia por parte dos policiais militares para conter os presos, mas a denúncia que chegou foi de que na delegacia ocorreu agressão aos presos.

Eles não querem que haja nenhuma sala separada, mas que ao chegarem à delegacia sejam entregues e encaminhados ao presídio. Feito o flagrante e o atendimento, que o preso seja encaminhado ao presídio. Não pode ter sala lá, até porque o policial militar não tem que ficar dentro da sala. Quando a Polícia Militar quis fazer o TC, mudar a lei, a desculpa ou a justificativa era de que, vamos dizer, o comando geral da época era assim, que seria rápido. No próprio local do fato a Polícia Militar já atende, faz o BO e despacha todo mundo. Não precisa ir para a delegacia, não precisa toda essa burocracia.

Então, o ex-governador Luiz Henrique, na época, assinou um decreto dizendo que poderia fazer o TC dessa forma. Só que agora não pode mais! Dentro do batalhão há o oficial do TC, o policial do TC, mas criaram um cartório e o policial não está mais na rua.

Por causa daquela história de, para ser mais rápido, liberar o cidadão na hora, agora estão intimidando pessoas para irem ao batalhão prestar depoimento. Lamento essa desestruturação da segurança pública que está provocando um caos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, entendo a sua empolgação, pois v.ex.a. é mestre na área, delegado, vem da Polícia Civil. Quero apenas fazer um contraponto aqui, deputada Ana Paula Lima, nossa companheira de caminhada em Blumenau, porque não dá para usar dois pesos e duas medidas.

Santa Catarina é 1% do território brasileiro e temos o menor índice de criminalidade no país. Há falhas? É claro que há falhas, mas precisamos aplaudir a Proerd! A deputada Ana Paula Lima falava que um milhão de crianças catarinenses passaram por um programa como esse. Quero saber qual estado do Brasil que passou por um programa como esse!

Vamos lançar, no mês de julho, o chamamento para o edital das comunidades

terapêuticas abrindo mil vagas para dependentes químicos, coisa que existe hoje somente em Minas Gerais. É o segundo estado do país que vai implantar esse programa. Agora, vamos olhar para a segurança pública em nível nacional. Temos um país continental com apenas 19 postos da Polícia Federal, por onde entram as armas e todo o narcotráfico.

Então, deputada Ana Paula Lima, a nossa posição, a nossa palavra neste momento é de que devemos ter equilíbrio e saber que segurança é uma questão nacional também.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado.

Temos a melhor segurança do Brasil, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que tem uma bela história na instituição. Só que temos que manter a estrutura, o policial militar no ostensivo, na rua, desburocratizado, o mais livre possível para atuar, e a Polícia Civil na investigação. A coisa simples: cumprimos a lei e mudarmos, em nível federal, a legislação, para acabarmos com a impunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Srs. deputados...

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pela sua generosidade, em nome do seu partido, o PMDB.

Eu não disse que os policiais militares se sentem um guardinha da esquina. Agora, a lógica que se quer instituir contra eles é de que eles sejam apenas o guardinha da esquina.

Se o policial militar fica somente na rua fazendo o serviço operacional, quando flagra o crime leva para a delegacia, vira as costas e vai embora e só serve como testemunha daquele processo, posteriormente está dizendo sim na mesma lógica que v.exa. está defendendo que ele é apenas o guardinha da esquina, e é isso que se pretende mudar.

Era este o esclarecimento que gostaria de fazer.

Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado, v.exa. é muito generoso.

Para fazer uma correção, quero dizer que não entendi bem o que o deputado Maurício Eskudlark falou quanto as 4.000 armas vendidas no ano passado em Santa Catarina e as quase mil armas até abril deste ano. Elas são para clube de caça e tiro? Nós nem temos tantos clubes de caça e tiro que utilizam armas. Então, uma grande parte, sim, foi para as pessoas que compraram para se defender.

Esta é a minha colocação, ou seja, a de que não é arma somente para clube de caça e tiro.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Ana Paula Lima.

Vou dividir o meu tempo, deputado Antônio Aguiar, com v.exa.

Quero cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas e a imprensa.

Deputado Antônio Aguiar, quando se fala em segurança, talvez eu seja um dos mais experientes da Assembleia Legislativa para não dizer o mais velho. Na época de escola, deputado Sargento Amauri Soares e deputado Neodi Saretta, que conhece bem Concórdia, eu ia do parque de exposição até o Colégio São José, fazia quatro quilômetros a pé, pela manhã bem cedo, com alpargata na mão, pois ela gastava em poucos dias.

Estava por esses dias com o secretário César Grubba e ele dizia que há para serem investidos na segurança R\$ 450 milhões para construir cadeias, comprar equipamentos, veículos e armas. Quando é que vamos deixar de construir cadeias, deputado Antônio Aguiar, e ver esse valor investido na educação? Não estamos cortando o mal pela raiz? Não é culpa do governo do estado, ou do governo federal, ou daquele outro governo! Este foi o país que criamos!

Hoje os alunos não precisam ir a pé para a escola, mas ainda não temos condição de oferecer ensino gratuito em todos os níveis. Quando tivermos a consciência de que iremos garantir a segurança da nossa população, dando-lhe oportunidade de ensino, de conhecimento e criar uma sociedade mais justa, talvez não precisemos mais fazer tanto investimento em cadeias. Vimos todos os dias as dificuldades para garantir a segurança das pessoas: é a droga, o crime como consequência da vida que vivemos.

Srs. deputados, na terça-feira participamos de uma reunião jantar com o presidente da Ucesc, com as cooperativas e com os deputados Manoel Mota, Sandro Silva, Neodi Saretta, Serafim Venzon - o deputado Sargento Amauri Soares teve vontade de ir, mas não pode -, e todos nós pudemos ver a força do cooperativismo.

As cooperativas de Santa Catarina têm um milhão e meio de sócios e se pensarmos que cada família possa ter de três a quatro integrantes, teremos quase quatro milhões de sócios, ou seja, 1/3 da população catarinense, ligados ao cooperativismo. Os 40 deputados podem divergir em algumas coisas, mas todos reconhecem a importância do cooperativismo para o nosso estado.

Quando se fala em cooperativismo posso dizer que tenho um conhecimento maior, pois me atendo mais ao do agronegócio, mas é grande também em outros setores como na saúde, no transporte, na cooperativa dos bancos que contribuem muito para o desenvolvimento de nosso estado.

Quero, assim, agradecer ao presidente Marcos Jordan por sua palestra, aos seus dirigentes, a todos os cooperativistas que lá estavam presentes e aos deputados que puderam obter mais conhecimento sobre esse importante setor.

Falará agora ainda no horário do PMDB o deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, para concluir o tempo destinado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Em primeiro lugar, gostaria de saudar o presidente em exercício, deputado Manoel Mota, e os demais deputados e dizer da importância do debate que se está fazendo hoje, nesta Casa, sobre segurança pública.

Discute-se muito hoje o armamento ou desarmamento das pessoas. É evidente que cada um tem sua opinião, mas o governo

federal, o governo do estado tem intenção de desarmar a população. Concordamos que o desarmamento tem que ser dos bandidos, das pessoas que não são do bem, através da vigilância nas fronteiras. A pessoa do bem às vezes fica desprotegida e tem também direito de ter a sua arma e de se proteger, mas ela não sabe nem puxar o gatilho. Então, existem os clubes de tiro para que essas pessoas possam se habilitar, através do treino, a atirar.

Existe, em Santa Catarina, um grande número de clubes de tiro, mas acreditamos que o desarmamento tem que ter um prazo para dar resultado. Se o desarmamento não der resultado, teremos que partir para o outro lado da moeda, ou seja, armar as pessoas para que possam fazer a sua defesa, porque os bandidos matam as pessoas de bem e não acontece nada.

Mas quero me referir também hoje, neste pronunciamento, à cidade de Joinville e região. Estivemos participando - este deputado e os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes -, em São João do Itaperiú, da reunião da SDR de Joinville presidida pela secretária Simone, ocasião em que foi tratada a liberação de uma verba para o município de Joinville no valor de R\$ 600 mil para a compra de tomógrafo público computadorizado. Quero deixar bem claro aqui que esse tomógrafo é para ser usado para as pessoas carentes, que não têm condições de pagar uma tomografia.

É o primeiro tomógrafo público da história de Joinville. Atualmente, naquele município, existe um tomógrafo da Unimed, pelo Bradesco Seguros, nos hospitais, mas um tomógrafo para atender a população é o primeiro da história de Joinville.

Portanto, R\$ 600 mil serão destinados aquele município, recurso esse muito bem administrado pelo prefeito Udo Döhler, que está fazendo, com certeza, uma administração transparente e competente. Parabéns ao prefeito de Joinville.

Gostaria, da mesma forma, de parabenizar os vereadores, enfim, as pessoas que estão fazendo o crescimento e o desenvolvimento daquele município.

Esteve também presente naquela reunião o prefeito de Araquari, João Pedro Woitexem, que por sinal é nosso conterrâneo, deputado Maurício Eskudlark, de Canoinhas. Foi feito também um importante investimento no governo de Raimundo Colombo e Pinho Moreira ao município de Araquari para a compra de uma ambulância de R\$ 130 mil e de um aparelho de Raios X digital, no valor de R\$ 250 mil. Portanto, o município referido foi beneficiado na área da saúde.

No município de São Francisco do Sul, o prefeito Luiz Roberto de Oliveira, conhecido como Zera, informou que esta semana iniciará a construção do Centro dos Idosos, porque senão poderá correr o risco de perder a verba que está à disposição há mais de um ano e meio para esse fim. Ele falará com o sr. Celso Calcanhoto, no Centro Administrativo, para dar início a essa importante obra dos idosos da praia da Enseada, praia que há 40 anos veraneio.

Gostaria também de informar que continuam sendo realizados investimentos pelo governo estadual no planalto norte, que está olhando diferente para aquela região. E queremos uma definição também do governador a respeito das ferrovias, pois no dia 7 de junho, juntamente com os deputados de Joinville, será realizada uma audiência pública naquela região, para a qual serão proponentes os deputados Darci de Matos e este deputado.

Essa audiência pública contará com a presença do senador Luiz Henrique da Silveira e

de outros senadores, de deputados estaduais e federais e tratará a respeito do traçado do reperfilamento da ferrovia. Esse é o pedido que fazem o planalto norte e as lideranças. Esse trabalho será mais barato porque já há o leito da ferrovia, não precisa licença ambiental para isso. Será fácil para implantar a ferrovia, basta somente mudar a bitola de 1 m para 1,6 m.

Portanto, defendemos a ferrovia para o planalto norte!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas quero agradecer a visita de 25 vereadores mirins da minha cidade, Blumenau, que estão acompanhados pela coordenadora Raquel Morcelli; dos estagiários Sabrina e Jonas, que vieram conhecer o Parlamento catarinense, um projeto que tem dado certo há muito tempo em nossa cidade e que inspirou esta parlamentar a fazer o Parlamento Jovem.

Tenho certeza de que serão os próximos vereadores na cidade ou futuramente deputados estaduais, federais, que já estão no caminho da política debatendo os problemas da nossa cidade e agora conhecendo um pouco mais do nosso estado.

Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Casa registra e deseja que todos sejam bem-vindos a este Poder Legislativo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores Paulo Gabriel Kutzepa e Fernando Martin, do município de Tigrinhos, acompanhados pelo prefeito de lá, sr. Rudimar Francisco Guth, que transformou o referido município num dos mais belos do estado catarinense.

Da mesma forma, quero registrar a presença do prefeito Gilnei Antonio Guth, do município de São Miguel da Boa Vista, que também está formalizando a documentação para os recursos que o governo do estado está transferindo a esses municípios.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar a comitiva de Três Barras aqui presente e agradecer e dizer ao ex-vereador Joel, ao Dunga, ao Rildo e aos demais componentes, bem como ao vereador João Francisco Canani, que esta Casa de Leis está aberta para a comunidade de Três Barras.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Gostaria de dar boas-vindas aos vereadores e prefeitos de Blumenau que se fazem presentes nesta Casa hoje, pela manhã, especialmente aos vereadores mirins, pois tive

a oportunidade de participar como vereador da criação do Programa Vereador Mirim, inclusive com emenda de nossa autoria pedindo mandato de um ano. Acho que ainda vai permanecer essa proposta, para que haja uma maior participação de todo o município de Blumenau.

Parabéns à Câmara Mirim de Blumenau que vem dando seu exemplo como uma das pioneiras em Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar os vereadores mirins de Blumenau e dizer que devido a essa difusão grande de câmaras mirins no estado é que este deputado criou o Dia Estadual do Vereador Mirim. A lei é do dia 11 de agosto e a partir de 7 de janeiro foi promulgada, a fim de se comemorar essa grande difusão da inserção política dos nossos jovens em nosso estado.

Obrigado, sr. presidente.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apenas quero anunciar mais uma vez que hoje, às 14h, a Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência em Santa Catarina sairá em comboio daqui da Assembleia Legislativa para São Pedro de Alcântara, tendo como primeira atividade externa entender um pouco mais o que está acontecendo lá e tentar contribuir, junto com outros órgãos, como o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário catarinense e o governo do estado, no sentido de não vivermos mais uma onda de violência em Santa Catarina. No dia 27 de junho a referida Frente Parlamentar terá uma nova reunião de trabalho para discutir inclusive a visita em outros presídios em nosso estado.

Então, os parlamentares que desejarem nos acompanhar, serão todos muito bem-vindos.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, aproveitando a presença dos vereadores mirins de Blumenau nesta Casa, gostaria de cumprimentá-los e dizer que em função do Parlamento Jovem na Assembleia Legislativa recebemos continuamente escolas aqui. E uma escola de Rio das Antas propôs em meu gabinete que fosse elaborado um projeto de lei solicitando a criação da semana estadual da reciclagem. Então, formalizamos, em nome daquela escola, esse projeto que foi aprovado por esta Casa e sancionado na semana passada pelo governador, virando lei em Santa Catarina. Assim sendo, visitaremos a referida escola nos próximos dias.

Faço, então, este registro com a presença dos vereadores mirins nesta Casa, para mostrar que uma ação educativa virou lei em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador José Antônio da Silva e do suplente de vereador Vilmar Daminelli, do município de Sombrio, que estão aqui tratando de assuntos relacionados ao Hospital Dom Joaquim daquele município, no sentido de buscar recursos e apoio para aquela instituição.

Quero também cumprimentar o deputado Serafim Venzon pela realização da audiência pública amanhã na Câmara de Vereadores de Criciúma, que está sempre preocupado com o tema da infância e da adolescência. Então, estaremos em Criciúma naquela audiência, bem como na Amrec participando de um trabalho para a construção de uma barragem na comunidade de Forquilha.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero saudar, de forma carinhosa, o líder do governo, deputado Aldo Schneider, que hoje completa mais um ano de aniversário.

Quero cumprimentar também os deputados Manoel Mota, José Milton Scheffer e os srs. deputados e lembrar os deputados do sul do estado para participarem, amanhã, de uma audiência pública na Câmara de Vereadores, que tratará das penas a menores em conflito com a lei.

Estão todos convidados como prefeitos, vereadores, conselheiros tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Enfim, quero cumprimentar os prefeitos, os vereadores, os conselheiros aqui presentes e dizer que o meu gabinete está à disposição deles.

Quero ainda cumprimentar os 295 prefeitos de Santa Catarina e seus municípios que para chegarem à capital, no Centro Administrativo, na casa do governador, na Assembleia Legislativa, no Poder Judiciário, no núcleo do governo de Santa Catarina precisam enfrentar sempre uma longa fila, a perturbação do tráfego de entrada da nossa ilha que ultrapassa uma hora de espera, todos os dias. Isso perturba não somente os que moram longe, mas principalmente aqueles que vêm com horário marcado, às vezes, para ir aos hospitais. E os que vêm com ambulância conseguem ir um pouco mais rápido com a sirene ligada, mas há centenas de outros pacientes que vêm em carros normais e ficam esse tempo todo nas filas.

Imagino, sr. presidente, que daqui a pouco para entrarmos na cidade teremos que encontrar alguma forma aérea, pois mesmo que comece logo a construção do contorno vai demorar mais três ou quatro anos para ficar pronto. E o governador, os senadores tem frequentemente mobilizado todas as formas para que esse contorno seja realizado. E o ministro César Borges deu um ultimato e está fazendo pressão sobre a autopista, que detém a concessão da rodovia.

Quero destacar que essa forma de pedágio cobrado em Santa Catarina na BR-101, cujo valor varia de R\$ 1,50 a R\$ 1,70 nos diversos pontos, tem por finalidade manter, conservar e fazer pequenas melhorias na rodovia, e assim como eu, a maioria das pessoas está satisfeita com o modelo.

No sistema em que o pedágio custa R\$ 25,00, muitas vezes o carro pequeno gasta mais com o pedágio do que com o combustível e isso desagrada. Até porque pagamos uma imensidão de impostos, inclusive sobre o imposto da Cide, o da gasolina, que é cobrado justamente para conservação e construção de estradas, mas depois cobram novamente um pedágio alto demais. Em Santa Catarina, entendo que esse pedágio de valor pequeno que tem a finalidade de fazer pequenos reparos é interessante e vejo um contentamento por parte de muitas pessoas.

Agora, a questão da construção do contorno em Florianópolis é indispensável e tem que acontecer logo. Parabéns a todas essas forças políticas que estão pressionando justamente para que ele seja construído o quanto antes, porque está perturbando demasiadamente o acesso para Florianópolis, porque facilitaria muito o fluxo dos automóveis de todas as pessoas que passassem pelo contorno, sem interferir no tráfego local.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Sr. deputado Serafim Venzon, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar v.exa. pelo tema abordado e dizer, em segundo lugar, que apesar de um pouco tardia, a ação é meritória. Aliás, essa ação já tinha sido acordada há tempo, com as respectivas procuradorias de cada município, inclusive foi feito também em Palhoça, na gestão do prefeito Ronério Heiderscheidt, pois era o clamor de toda a sociedade.

Essa ação por parte da ANTT é vergonhosa, é uma omissão, porque nas inúmeras audiências que foram feitas não apenas neste Parlamento como também na Bancada Federal Catarinense, com a presença de todos os seus membros, com os senadores, com a participação do governador, do vice-governador, em momento algum esse apelo foi atendido.

Por esta razão, penso que seria muito bom que possamos postergar a cobrança do pedágio e que esse anel, de uma vez por todas, saia do papel porque no escopo do processo licitatório isso já era compromisso da empresa que ganhou a concessão.

Parabenizo v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Valmir Comin. Gostaria de cumprimentar mais uma vez as lideranças que estão fazendo essa mobilização em todo o estado justamente para que a execução dessa obra, desse anel aconteça o mais breve possível e venha atender a necessidade do nosso estado.

No mais, quero ainda saudar os funcionários e os diretores da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A, de Brusque, a empresa mais antiga da cidade e que deu o nome a inúmeras outras, mas que, dada a crise no setor têxtil, a crise global, em nível nacional, e a toda situação econômica, está praticamente fechando suas portas e deixando os funcionários em situação ruim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Gostaria apenas de registrar, sr. presidente, a

presença nesta Casa do presidente municipal do PPS de Joinville, Vanderlei Battisti, que faz um grande trabalho de estruturação do nosso partido em nossa cidade.

Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos, tendo em vista acordo de líderes, são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, assomo à tribuna para registrar que este deputado, por cinco vezes, na cidade de Palhoça, juntamente com outros companheiros, a exemplo do deputado Sargento Amauri Soares, participou das manifestações referentes à cobrança de pedágio liberado indevidamente, pois se a concessionária não concluiu a obra, não cumpriu o seu papel.

A empresa concessionária tinha assumido um compromisso com a execução do anel viário naquele local e já se passaram alguns anos e aquela obra sequer foi colocada no papel. E o ministro, inteligentemente - e quero reconhecer isso aqui -, tomou as medidas que tinham que ser tomadas desde o primeiro dia, porque não era para ter sido aberto nunca o pedágio.

Entendo que as empresas podem vir para o Brasil usufruir e ganhar dinheiro, agora não podem vir para cá para enganar a população brasileira. Santa Catarina foi enganada e todas as entidades e os prefeitos estão aí lutando para que se possa desviar - e o compromisso foi assumido - de Palhoça a Biguaçu. E as coisas vão-se arrastando e nada acontece. Agora o ministro tomou as medidas fechando aquele pedágio que nunca poderia ter sido aberto. Por quê? Porque a empresa que assinou o contrato não cumpriu o compromisso.

Então, aquele pedágio nunca deveria ter existido, mas vão ter que mudar na marra porque é uma determinação do ministro dos Transportes o fechamento do pedágio.

E como é que vai ficar o anel viário da ligação de Palhoça a Biguaçu? Vão reabrir o pedágio sem dar sinal de vida com relação àquela obra? Acho que o Parlamento catarinense tem que tomar decisões. Não podem reabrir o pedágio enquanto aquele anel também não estiver concluído, porque está dentro do projeto. Já passaram mais de três anos e acho que já deu para ganhar muitos milhões, só que cumprir zero! Não foi cumprido absolutamente nada!

Então, é preciso, sim, tomar algumas medidas duras e radicais para que empresas de outros países não venham para cá explorar a sociedade. Elas têm que vir para contribuir, gerar emprego e renda dentro de um limite legal e não para explorar. O pedágio foi aberto em Palhoça para explorar o usuário da BR-101, para tirar dinheiro indevidamente do usuário da BR-101.

Por isso temos certeza de que estávamos certos quando fechamos tantas vezes. Acho que deveríamos ter fechado mais vezes ainda. Não deveríamos ter deixado que fosse aberto em nenhum momento para forçar que tomassem medidas, fossem responsáveis e não usufruíssem da vida da sociedade e do usuário da BR-101.

Respondemos por quatro processos na Polícia Federal pelo fechamento da BR-101 quando buscávamos a ordem de serviço. Iamos fechar por tempo indeterminado e o presidente Lula disse que ela não precisava ser fechada novamente porque iria entregar a ordem de

serviço. Ele realmente a entregou em Palhoça, pertinho de onde foi criado o pedágio. A obra está quase concluída, foi uma vitória não nossa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, dando continuidade à nossa alegria momentânea, porque quando voltamos de algum pleito com decisões favoráveis à própria natureza humana extrapola a euforia, espero que isso tenha continuidade porque a polêmica do contorno de Florianópolis é bem mais complicada do que o próprio pedágio. Quem passa todos os dias pelo pedágio é complicado, mas quem passa esporadicamente tudo bem.

Mas com relação ao contorno de Florianópolis que há mais de dez anos esta Casa vem batendo, juntamente com os prefeitos da região e com as autoridades da região, quero acreditar no ministro dos Transportes Cesar Borges, porque acredito nos homens e na palavra. Quero acreditar porque quando ele bateu no peito disse: "Agora quem vai tratar do assunto sou eu"! V.Exa. estava presente, deputada, e viu quando ele bateu no peito dizendo que quem iria tratar do assunto era ele.

Por isso assomo esta tribuna para fazer este registro. Inclusive o deputado Esperidião Amin mostrou uma retórica de algumas audiências públicas que foram feitas na Assembleia quando presidia a comissão de Transporte há alguns anos e por algumas vezes foram feitas audiências públicas com a ausência da ANTT. E o deputado Valmir Comin, quando assumiu a presidência da comissão, quando fui para a Mesa, também realizou algumas audiências públicas sem a presença de algum responsável da ANTT e do DNIT.

Ontem, felizmente, estavam lá o diretor geral sr. Jorge Bastos, e a Natália. A Natália é meio raivinha, mas gosto de mulher assim. Ela, enquanto se discutia, ironizava, às vezes, dando uma risadinha e coisa e tal.

Quiseram contestar a afirmação do prefeito José Castelo Deschamps. Lamentavelmente, quando se conhece a matéria e se tende justificar alguma coisa que não aconteceu fica muito ruim para o poder público. E a Natália dava munção dizendo que a diminuição dos 18 km havia tido a concordância dos prefeitos da época na ocasião da reunião da audiência pública.

Então, não houve concordância em momento algum. A concordância sempre foi para os Km 175 a 222. Nunca houve qualquer modificação por parte dos catarinenses. Houve, sim, a tentativa por parte da ANTT, por parte da empreiteira ou da empresa exploradora, concessionária para que fosse diminuído. Ontem, inclusive, fizemos um pequeno gráfico lá, em que o prefeito de Biguaçu solicitava uma ligação da atual BR-101 com o contorno, a fim de que fosse também criado um acesso passando pela cidade. Mas não que aquele traçado seria o que foi acordado nas audiências públicas.

Houve uma pequena discussão, a imprensa estava presente, deve ter havido gravações, mas não gostei muito da atitude da Natália, que é um pouquinho assim

intransigente. Nota-se que ela tem conhecimento da matéria, mas quis também fazer uma afirmativa dando munição para o diretor geral da ANTT dizendo que o acordo havia sido com a administração dos 18 Km. Em absoluto!

Deputada, v.exa. viu a angústia dos deputados que estavam lá. Eu gostei da exposição do prefeito Marco Tebaldi, do deputado federal Esperidião Amin que, com conhecimento de causa, mostrou a realidade, munido de material das nossas audiências públicas quando presidíamos a comissão dos Transportes, ocasião em que realmente lamentávamos a ausência da ANTT e do DNIT.

Então, repito aqui, entendo que isso ficou muito bem esclarecido. Tomara que a minha euforia não se acabe logo.

Em primeiro lugar, assumindo a responsabilidade na condição do processo, dessa alça, tirando o trânsito pesado da nossa BR-101 através de um contorno que deverá perfazer 47 Km. E em segundo lugar, que a partir do dia 22 do mês que vem cessa-se a cobrança do pedágio até a construção do novo pedágio, onde foi determinado pelo próprio ministro que é na divisa com Paulo Lopes.

Então, fico contente, deputado, se isso realmente acontecer. Nós até já estamos tratando do assunto com as comissões de Transporte do Rio Grande do Sul e do Paraná, porque eles também se sentem prejudicados. Inclusive com o deputado Valdir Rossoni, presidente da Assembleia do Paraná, com o qual temos trocado muitas ideias. Esses dois estados estão sendo muito prejudicados.

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

A Sra. Deputada Dirceu Heiderscheidt - Bom-dia, sr. presidente, e bom-dia, deputado Reno Caramori.

Quero somente parabenizá-lo pela sua explanação, pois foi isso realmente que aconteceu ontem. Entendo que o fato de o ministro puxar o problema para ele nos deixou muito confiantes de que realmente teremos um final feliz para essa história, para essa novela que já é uma novela mexicana.

Desde o início essa praça de pedágio, esse contorno viário tem sido realmente um grande problema para a Grande Florianópolis.

Então, a partir deste momento esperamos uma solução para isso.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, deputada.

Nós também esperamos uma solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à Proposta de Emenda à Constituição - PEC - n. 0006/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli e outros; ao Projeto de Lei n. 0055/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, e ao Projeto de Lei n. 0203/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0089/2013, de autoria de entidade social.

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0182/2012, de autoria da secretaria de estado da Fazenda.

A comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0380/2012, de autoria de entidade social.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0034/2013, 0046/2013, 0327/2012, 0409/2011, 0424/2012, 0514/2012 e 0631/2012, todos de autoria de entidade social.

Esta Presidência defere os Requerimentos n.s.: 0561/2013, 0562/2013 e 0563/2013.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 4 de junho, terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sandro Silva - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Relata sua viagem a Brasília.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se ao meio ambiente.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Manifesta-se a respeito da necessidade da revitalização das ferrovias; aborda o Projeto de Lei n. 0186/2013.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reporta-se à questão das ferrovias, também abordada na reunião do Parlasul.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Convida para a audiência pública da comissão de Saúde, em Araranguá, para tratar de UTI neonatal.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Homenageia a terceira mostra do vinho catarinense.

**DEPUTADO SANDRO SILVA** - Registra os Jogos de Integração da Udesc.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Faz registro do encontro da Unale; defende as ferrovias catarinenses.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Registra participação em congresso na ONU, na Suíça, onde teve a oportunidade de participar da 4ª Plataforma Global de Redução de Riscos em Desastres Naturais.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Manifesta apoio ao pleito dos pescadores.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Registra investimentos do governo em todos os municípios catarinenses.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Manifesta-se contra a marcha da maconha.

**DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK** - Manifesta preocupação com as mortes no trânsito.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Reporta-se à micro e pequena empresa de Brusque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de fazer o registro da presença dos professores e alunos da Escola de Educação Básica João Silveira, de Palhoça.

Sejam bem-vindos!

Gostaria também de pedir a v.exa. uma retificação ou um esclarecimento. Tomei conhecimento pela imprensa de que haveria uma contratação de assessoria em função daquele trabalho que o deputado Romildo Titon está fazendo do Código do Meio Ambiente. Não sei exatamente do que se trata e também não posso opinar sobre o mérito. Apenas vi que, em algum lugar, teria sido mencionado de que seria da comissão de Meio Ambiente.

Peço que v.exa. esclareça ou retifique, mas certamente irá buscar informações, porque não há nenhuma solicitação da comissão de Meio Ambiente nesse sentido, aliás, esse assunto até entendo que deveria tramitar por lá, mas não está, já que v.exa. criou a comissão junto com o deputado Romildo Titon e portanto não há vinculação com a comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência agradece a honrosa visita dos estudantes e professores da Escola João Silveira, do município da Palhoça.

Peço à assessoria que providencie essas informações, inclusive acerca do que foi

divulgado para responder a v.exa. na sequência.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de registrar a presença do secretário de Turismo e Lazer, do município de São Francisco do Sul, sr. Augusto Colin, juntamente com o presidente da Associação dos Surfistas dessa cidade.

Ficamos honrados com suas presenças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra, com muita alegria, a presença do secretário que nos recebeu muito bem, juntamente com o prefeito Luizera e toda a equipe, por ocasião da Festilha de tradição açoriana. Tive oportunidade de conhecer diversos empreendimentos e sei que v.exa. tem se preocupado bastante com parcerias junto à administração municipal, comandada pelo nosso grande amigo prefeito Luizera.

Precisamos conversar mais sobre isso, porque o nosso próximo desafio, sr. deputado, e já conversamos com o presidente da Celesc, o querido amigo Cleverton Siewert, é a retirada do posteamento daquela histórica cidade, para fazer toda a fiação subterrânea, em São Francisco do Sul, um grande pleito do nosso prefeito Luiz Roberto de Oliveira e de toda a administração.

Agradeço o registro de v.exa. e as ilustres presenças nesta Casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita para falar, em primeiro lugar, a eminente deputada Ana Paula Lima. Antes, porém, quero testemunhar a v.exas. da concorrida e badalada Câmara dos Deputados, eu até saí de lá com a sensação de que o deputado Décio Lima realmente vai disputar a majoritária e que poderemos ter a nossa deputada Ana Paula Lima disputando vaga na Câmara dos Deputados, porque, deputado Dirceu Dresch e deputado Neodi Saretta, ela está num entrosamento naquela Câmara dos Deputados extraordinário, especialmente na poderosa comissão de Constituição e Justiça e na Casa Civil também, deputado Dirceu Dresch, em que tive a honra de participar.

Também agradeço, deputada Ana Paula, a v.exa., pois v.exa. foi muito solícita à intimação do deputado Esperidião Amin, mais do que o seu marido, deputado Décio Lima, que é o presidente da comissão, que participou ativamente daquela importante audiência pública em que debatemos o projeto de lei do deputado Vieira da Cunha, agora projeto de lei nacional, para o enfrentamento do *bulling*.

Quero aproveitar a presença dos estudantes de Palhoça para dizer que naquela audiência também ficamos felizes porque tivemos um grande número de estudantes presentes, já que essa questão do *bulling* afeta diretamente os nossos estudantes.

Deputada Ana Paula de Lima, de público, muito obrigado a v.exa. pelo prestígio, pela contribuição que v.exa. levou àquele debate, e leve mais uma vez ao nosso presidente da CCJ, deputado Décio Lima, que pude perceber o quanto está prestigiado na Câmara dos Deputados e que fiquei muito feliz de participar daquele evento que enriqueceu também os meus conhecimentos e as informações que tenho sobre o projeto do *bulling*.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos visitam aqui, na Casa do Povo, na Casa de Leis do estado de Santa Catarina, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, o relato que vou fazer, desta tribuna, já destacado pelo presidente da Assembleia, foi a viagem que fizemos na semana passada à capital do nosso país, Brasília, cumprindo uma extensa agenda, para os interesses do povo catarinense. E quero destacar, srs. parlamentares, três grandes e importantes reuniões que participamos. A primeira delas foi na Casa Civil, com a ministra Gleisi Hoffmann, com o vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas, também com os deputados Joares Ponticelli, Jorginho Mello, Décio Lima, Pedro Uczai, Jailson Lima, para celebrar o acordo para a abertura do sinal digital da nossa TVAL, uma luta muito antiga de diversos parlamentares. E a outra foi na comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, porque teve uma audiência pública para discutir um programa, um projeto de lei sobre o *bulling*.

Aqui, em Santa Catarina, já estamos adiantados, com um projeto de autoria do deputado Joares Ponticelli, juntamente com o apoio do Ministério Público. E temos que trazer aqueles palestrantes que estiveram lá, para a todo o momento fazermos esse debate, porque não pode ser esquecido o que está acontecendo nas nossas escolas, tanto públicas como particulares, e precisamos combater.

A agenda começou no dia 27 de maio, quando participamos de uma audiência pública com a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil. E na pauta solicitamos de uma vez por todas o posicionamento do governo federal a um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados, PL n. 2.295/2000, há 13 anos. Esse projeto de lei reduz a carga horária, a jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem para 30 horas semanais.

Nós apresentamos à ministra isso que viemos debatendo há muito tempo, durante muitos anos, com a categoria da Enfermagem, que é uma categoria que está 24 horas no atendimento hospitalar aos nossos pacientes. E apresentamos para a ministra os estudos de viabilidade para a implantação da nova jornada de trabalho da Enfermagem, com as especificações de custos e outras informações importantes, que ajudam na análise desse projeto de lei.

O estudo comprova que o impacto financeiro da redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais não é representativo nos orçamentos das instituições.

Esta Casa, anos atrás, nós, deputados e deputadas, aprovamos a redução da jornada de trabalho para a enfermagem dos hospitais públicos do estado. E também vários municípios do estado já contemplaram a jornada de trabalho reduzida.

Então, apresentamos para a ministra um estudo de viabilidade econômica, pois isso não irá onerar significativamente essas instituições. Já que defendemos a todo o momento que tem que haver maiores investimentos na Saúde.

No Brasil a Enfermagem soma cerca 1,8 milhão de profissionais, sendo no estado 46 mil trabalhadores. Representamos cerca de 60% dos trabalhadores na área da Saúde.

A ministra assumiu o compromisso de, nesta audiência pública, pois estamos trabalhando juntamente com o ministério da Saúde, a fim de tratar do assunto, agendar a

reunião com os representantes nacionais da nossa categoria, da Saúde, de Enfermagem, para que façamos esse debate. E que a câmara dos Deputados e o governo se posicionem a favor da jornada de 30 horas semanais para essa categoria.

A jornada de 30 horas é uma das principais bandeiras da Enfermagem brasileira, que ainda luta pelo piso nacional, melhores condições de trabalho, aposentadoria especial, que tínhamos de 25 anos e que infelizmente não temos mais.

Está na ordem do dia da Câmara dos Deputados a redução da jornada de trabalho. Por isso, estamos, a todo o momento, pedindo um posicionamento do governo federal.

A Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial de Saúde recomendam, inclusive, a jornada de 30 horas semanais como a mais adequada para que os profissionais de Saúde prestem uma assistência segura a todos que necessitam desses cuidados. Como enfermeira, como deputada estadual e profissional da área da Saúde tenho a plena convicção de que a redução da jornada de trabalho da Enfermagem é essencial para a garantia de uma saúde com mais qualidade da nossa população. E nós vamos acompanhar passo a passo os desdobramentos dessa luta.

Também no dia 28 de maio, ainda em Brasília, participamos, juntamente com o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, com o vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas, com o deputado Jailson Lima, o deputado Jorginho Mello, o deputado Esperidião Amin e o deputado Pedro Uczai da celebração de um convênio, a assinatura de um documento, pois hoje o sinal da TV Assembleia está disponível apenas nos canais pagos. E é uma luta antiga desta Casa, deputado Neodi Saretta e deputado Dirceu Dresch, proporcionar a toda nossa população um canal aberto dos trabalhos que temos exercido neste Parlamento. É uma forma democrática de todos os cidadãos e cidadãs catarinenses acompanharem também o trabalho do legislativo.

Também quero dizer que há anos estamos lutando pela abertura do sinal aberto da TVAL para todo estado de Santa Catarina, pois acreditamos que a nossa população tem o direito de acompanhar o trabalho do Legislativo, dos parlamentares, pois a transparência é fundamental para a convivência com a democracia.

A partir da oficialização dessa assinatura, dessa parceria com a Câmara Federal, vai iniciar o processo de licitação para a compra de um transmissor digital a ser doado da Câmara dos Deputados para o Parlamento catarinense. O equipamento será instalado ainda este ano, 2013, no Morro da Cruz, aqui, na capital de Santa Catarina, Florianópolis, iniciando pela grande região de Florianópolis a abertura do canal Assembleia em canal aberto, que poderá ser sintonizado gratuitamente. E essa ação faz, srs. parlamentares, parte do programa rede legislativa da TV Digital.

A iniciativa federal vai transmitir através do canal digital todos os canais legislativos com baixo custo, portanto, de todas as nossas câmaras de vereadores. E na prática o transmissor vai possibilitar a sintonização das TV Senado, Câmara Federal, Assembleia Legislativa e as Câmaras de Vereadores. Eles estarão disponíveis no canal 61, e o cidadão vai poder escolher qual deles quer assistir pelo seu controle remoto, gratuitamente, com a parceria firmada entre a Assembleia Legislativa e a Câmara Federal. A partir do transmissor em Florianópolis será possível oferecer gratuitamente esse sinal digital das TVs

legislativas para todo estado. E as Câmaras municipais que hoje têm a TV Câmara, sendo que no estado são 19 canais televisivos, poderão adquirir o transmissor para disponibilizarem também as sessões e os trabalhos das Câmaras municipais para todas as regiões.

Por último, como bem mencionou o deputado Joares Ponticelli, participamos também de uma audiência pública na comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, presidida pelo deputado Décio Lima, onde tem um debate sobre um projeto em nível nacional do deputado Vieira da Cunha, do Rio Grande do Sul, que institui o programa de combate ao *bullying*. E falei que o estado de Santa Catarina já se adiantou juntamente com o nosso Ministério Público e tem feito esse trabalho.

Achei interessantíssima essa proposta em nível nacional, porque temos que combater o *bullying* nas nossas escolas particulares e públicas. É inadmissível viver e conviver com isso no nosso estado. Tem que haver o respeito; temos que ter a cultura da paz; precisamos tratar isso com nossos diretores de escolas particulares e públicas, com os pais dessas crianças e alunos. E como bem falei antes, é inadmissível termos o *bullying* instalado na maioria das escolas tanto públicas quanto particulares. Não há distinção, existe mesmo, está a olhos vistos, e temos que combater isso com a cultura da paz.

Foi isso que fizemos na nossa agenda, sr. presidente, em Brasília, nas três audiências de extrema importância para o Parlamento catarinense.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra com muita alegria a presença neste Parlamento da Escola Estadual de Educação Básica Municipal, professora Alda Santos de Vargas, do município de Sombrio, numa comitiva de 44 estudantes.

Desejamos a todos, juntamente com a responsável Kátia Regina Ferreira, boas-vindas a este Parlamento.

Muito obrigado pela visita.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, saúdo todos que nos acompanham, sras. deputadas e srs. deputados, sr. presidente, quero registrar uma grande festa da Expofeira do Leite, no município Presidente Getúlio, neste último final de semana, com a participação muito grande da população daquela região, que representa esse produto tão importante na cesta básica para Santa Catarina.

Sr. presidente, quero também registrar que depois de quatro anos debatendo, deputado Moacir Sopelsa, finalmente temos aqui na Casa o Projeto de n. 0139/03, que regulamenta o pagamento por serviços ambientais.

Estamos na semana do meio ambiente. E esse foi um dos temas que este deputado, por muitas e muitas vezes, veio para esta tribuna cobrar a regulamentação, já que por dois anos tivemos orçamento destinado para o início do programa e sempre esse recurso era retirado e destinado a outras áreas.

Temos feito grandes debates pelo estado afora, para discutir isso. Talvez depois do Pronaf, do crédito da habitação, do tema legislação ambiental, do Código Florestal, esse é um dos principais temas, em termos de políticas públicas, para a nossa agricultura familiar.

Temos no estado mais de 180 mil propriedades. E praticamente essas 180 mil

são menores do que 50 hectares de terras; a grande maioria vai de 10, 12 a 13 hectares e tem uma função estratégica no cuidado ambiental.

Cada dia mais a economia do estado depende da água e do cuidado ambiental. E não é possível que se jogue a responsabilidade para as pequenas propriedades sozinhas, elas, por si só, cuidarem desse tema tão importante, que é o cuidado com o meio ambiente, principalmente com a água.

Esta semana vamos falar muito sobre a água neste país e amanhã teremos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Há que se dar atenção ao desafio das pequenas propriedades e cuidar com as regras ambientais.

No novo Código Florestal Brasileiro foram reduzidas as áreas de APP para se adequar a essa realidade das pequenas propriedades, mas não queremos somente 5m, queremos mais. Esse é o grande desafio! Queremos que os agricultores possam ajudar a preservar mais que 5m e não simplesmente cumprir a legislação, queremos uma política de remuneração para quem recupera, preserva as lagoas, os banhedos, as encostas de morros, das sangas, dos rios, das fontes.

Para a produção de leite é preciso muita água, pois um animal pode beber até 100 litros de água por dia, assim como o frango e o porco.

A horticultura, muitas delas já irrigadas, uma atividade importante no estado, necessita de muita água.

Então, valorizar remunerando quem preserva é, na minha avaliação, um grande desafio. Muitos países já adotaram esse sistema, assim como muitos municípios aqui em Santa Catarina.

Dessa forma, o Projeto de Lei n. 0139 veio para esta Casa e vários deputados hoje, pela manhã, pediram vista, porque todos querem contribuir com esse processo. Não vamos abrir mão de brigar por uma lei que deveria ser exclusiva para a pequena propriedade e que ficou apenas enquadrada como prioritária.

Entendemos que as grandes propriedades não possuem as mesmas necessidades de uma pequena propriedade de 4ha, 5ha ou 10ha. Por isso, iremos lutar com todas as nossas forças para que o pagamento dos serviços ambientais, a remuneração, seja, de fato, para a agricultura familiar em primeiro lugar.

Infelizmente, não conseguimos que a lei fosse exclusiva para a agricultura familiar, mas estaremos acompanhando isso de perto para que não se cometam injustiças com as pequenas propriedades e se beneficie as grandes propriedades, por que não dizer, os grandes latifúndios.

Sendo assim, quero registrar a satisfação, depois de quatro anos de peleja, de luta e cobrança, que esta semana estamos em função desse projeto que está tramitando.

A segunda questão que gostaria de registrar é que a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, deve assinar a portaria ministerial dando início ao Car - Cadastro Ambiental Rural -, porque uma das grandes expectativas da nossa agricultura familiar no Brasil é fazer um cadastramento apresentando um croqui, um desenho da cada propriedade. O ministério do Meio Ambiente vai fornecer para os estados conveniados uma foto de satélite atualizada para facilitar a confecção do Cadastro Ambiental Rural e o tornar prática, simplificada e sem custo para a agricultura familiar, pois esse era um grande problema, já que o agricultor tinha que contratar uma equipe para fazer esse levantamento da propriedade.

Então, essa é uma grande contribuição do governo federal, da presidente Dilma Rousseff, dos vários ministérios, para todos que se envolveram nessa luta, que vai facilitar a vida dos agricultores familiares. O nosso grande desafio dos próximos dois anos é a elaboração desse Cadastro Ambiental Rural, para que todas as propriedades possam se cadastrar dentro de um processo simplificado.

Então é isso que queremos registrar neste dia, que antecede o Dia do Meio Ambiente, e também dizer a todos que nos acompanham que estaremos amanhã e depois num amplo debate em Brasília, num conjunto de audiências, para discutir o lançamento do Plano Safra, que será lançado na próxima quinta-feira pela presidente Dilma Rousseff.

Amanhã vamos acompanhar as negociações para o fechamento do Plano Safra e deveremos ter algumas novidades importantes. Uma delas é a criação de uma entidade nacional de Assistência Técnica à Pesquisa e Extensão Rural, que será de grande importância para o nosso país.

Outra questão deve ser o novo sistema de inspeção sanitária do nosso país e também uma política nacional de inspeção para as nossas pequenas agroindústrias familiares, que é uma reivindicação também muito antiga da criação do Suasa. Na época esperava-se que se resolveria e fosse encaminhada essa política. Infelizmente isso não se resolveu ainda e continua extremamente burocrático, difícil, uma pequena agroindústria familiar se legalizar.

Então, esperamos que esse novo acordo do sistema de inspeção sanitário brasileiro possa funcionar agora.

Sr. presidente e srs. deputados, esperamos que nesta Semana do Meio Ambiente possamos ter grandes avanços nos municípios, nos estados e em nível nacional em termos de políticas para facilitar a vida dos nossos agricultores e trabalhadores brasileiros, mas, principalmente, olhando a questão de fundo, que é o cuidado com o meio ambiente, a qualidade de vida e a saúde das futuras gerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, os srs. deputados, as sras. deputadas e a comunidade catarinense.

Não podemos deixar de registrar a grande notícia esportiva para nós, que somos de Canoinhas. O nosso município sagrou-se Campeão Catarinense Juvenil de Futebol de Campo ao derrotar o Tubarão, no sábado, na cidade de Canoinhas, por 3x0.

Então, Canoinhas é campeão juvenil. Portanto, o município tem futuro depois dessa grande vitória do planalto norte, uma vitória incontestada num belo jogo em Canoinhas. Isso mostra que Canoinhas já foi campeão estadual com o saudoso Santa Cruz Esporte Clube e retorna agora campeão juvenil. Contou com o apoio do prefeito Luiz Alberto Rincoski Faria, do secretário Regional Ricardo Pereira Martin, e da comissão de esporte. Enfim, todo município apoiou esse grande evento.

Temos que relatar aqui também o apoio ao pedido da deputada Ana Paula Lima. Sem dúvida nenhuma, é meritória a jornada de 30 horas semanal às enfermeiras! Deputada Ana Paula Lima, eu, como médico, acho justa essa reivindicação e v.exa. tem o nosso apoio a todas as enfermeiras e aos enfermeiros. Acho

que é uma reivindicação importante. Tendo em vista o estresse do trabalho do dia a dia, o risco de contaminação e os problemas inerentes à profissão esse seu pleito merece, sim, ser atendido!

Na sexta-feira, em Joinville, vamos ter uma audiência pública, proposta pelos deputados Darci de Matos, Antônio Aguiar, Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, na qual vamos debater sobre a ferrovia. E na oportunidade estará presente o senador Luiz Henrique da Silveira.

Temos certeza de que o início do abandono do planalto norte foi ocasionado pelo fim da ferrovia. E pode ser que agora haja novamente o início do desenvolvimento com a revitalização dessa importante ferrovia que vem do Mato Grosso e que queremos que passe por Chapecó, Herval d'Oeste, Caçador, Porto União, Canoinha, São Bento do Sul, Joinville e vá ao porto de São Francisco do Sul.

Já mudou o trâmite no governo federal. Hoje, tive a informação que é através da ANTT. Já não é mais o trâmite antigo; portanto, temos a certeza de que o deputado Valdir Cobalchini, responsável perante o governo do estado pela agilização do trâmite dessa ferrovia, sabe que não queremos uma ferrovia nova, que queremos a revitalização já existente.

Claro que a ferrovia existente é uma ferrovia antiga, mas nem por isso é mais fácil fazer uma ferrovia que já existe do que uma que não tem licença ambiental e que vai precisar gastar muito mais, portanto, com menos condições de termos essa importante ferrovia. E quero fazer uma denúncia aqui de que o Paraná está se agilizando para que a ferrovia que vem do Mato Grosso passe pelo Paraná e vá direto ao porto de Paranaguá. Então, temos que nos comunicar, temos que estar atentos aos desdobramentos que estão acontecendo no Paraná, mesmo porque lá existe uma catarinense, a Gleisi Hoffmann, que está gerenciando pelo Paraná. Nós temos a nossa Ideli Salvatti, temos o nosso ministro do Trabalho. E com eles temos a certeza de que os senadores e deputados federais também vão interferir nessa importante jornada que é a ferrovia.

Então, convoco e convido todos os vereadores, deputados estaduais, presidentes de Câmaras, prefeitos, presidentes de entidades para que compareçam, na sexta-feira, às 16h, na cidade de Joinville, na Associação Comercial, para fazermos esse importante debate das ferrovias.

A ferrovia que queremos é a nossa ferrovia que vai pelo planalto norte e não uma ferrovia nova. Nós queremos a revitalização da que já existe. A que existe tem a bitola de um metro, e queremos que se faça a bitola de 1,60m. Mais uma bitola, portanto, na ferrovia.

Também quero me reportar, hoje, ao Projeto de Lei n. 0186.4/2013.

(Passa a ler.)

"Proíbe a utilização de materiais inflamáveis e não autoextinguíveis em recintos fechados de uso coletivo, no estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º - É proibida a utilização de material incandescente, plásticos e espumas não autoextinguíveis, especialmente espuma acústica do tipo flexível de poliuretano-poliéster, ou material equivalente, em recintos fechados de uso coletivo, público ou privado, destinados a eventos, no estado de Santa Catarina.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são considerados recintos fechados as boates, as casas de shows, as danceterias, os buffets, bares, restaurantes, teatros, cinemas,

auditórios, clubes, salões comunitários e congêneres.

§ 2º A proibição do uso dos produtos referidos no caput deste artigo deverá ser informada em banner ou placa afixada em local visível, nos recintos que trata esta Lei.

Art. 2º - O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina deverá informar, nos documentos liberatórios para o funcionamento dos recintos fechados, a proibição da utilização do material de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º - A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV ou por índice que vier a substituí-lo.

§ 1º No caso de reincidência, sem prejuízo do disposto no inciso II deste artigo, o Corpo de Bombeiros Militar poderá efetuar a interdição temporária ou definitiva do estabelecimento.

§ 2º A sanção administrativa não exime os infratores das sanções penais e civis cabíveis, em caso de danos pessoais e/ou materiais.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado."[sic]

#### JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal assegura ao Estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre a responsabilidade por dano ao consumidor e proteção à saúde (art. 24, inciso VIII e XII, respectivamente). Registre-se, ainda, que a presente proposição não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa do Executivo (artigo 50, § 2º, na Constituição Estadual).

#### Justificativa:

A Constituição Federal assegura ao Estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre a responsabilidade por dano ao consumidor e proteção à saúde (art. 24, Inciso VIII e XII, respectivamente). Registre-se, ainda, que a presente proposição não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa do Executivo (art. 50, § 2º, da Constituição Estadual).

A presente proposta nasce da necessidade de evitar que o uso de materiais, plásticos e espumas não autoextinguíveis, especialmente espuma acústica do tipo flexível de poliuretano-poliéster, ou material equivalente que submetidos ao calor intenso emitam fumaça tóxica, sejam responsáveis por acidentes, incêndios e tragédias[...]"

Comunidade catarinense, nós sabemos da importância desta lei, pelo que aconteceu no Rio Grande do Sul. Acho que a causa do incêndio ocorrido lá foi esta. Essa é uma proposta nossa para que não ocorra fatos similares no nosso estado. Essa lei vai entrar em trâmite nesta Casa.

Gostaria de saudar o campeão de futebol de campo, na categoria juvenil, do estado de Santa Catarina, fato inédito para o município de Canoinhas. Canoinhas é campeão juvenil de futebol de campo.

Parabéns ao futebol canoiense.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado, também gostaria de parabenizar Canoinhas, e não poderia deixar de registrar que pela segunda divisão do campeonato de acesso Concórdia venceu Canoinhas no domingo, mas isso faz parte do esporte.

Parabéns Canoinhas pelo título conquistado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário está destinado ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, estava conversando com o deputado Silvio Dreveck e lembrando da reunião que tivemos no Parlasul, lá no Recife, que certamente será objeto, inclusive, de uma bela oratória do deputado Silvio, aqui, nesta tribuna, rememorando aquilo que foi vivenciado no Recife, quando tivemos uma reunião muito interessante do Parlasul, que vem ao encontro dos interesses do deputado de Canoinhas, Antônio Aguiar, que muito está interessado na questão da ferrovia. E está, juntamente com os demais representantes de Joinville e região, convocando uma reunião na Acij, na sexta-feira.

Certamente, deputado Antônio Aguiar, v.exa. estará presente neste plenário, quando o deputado Silvio Dreveck irá fazer uma explanação bastante extensa sobre o que aconteceu lá. Isso irá levar v.exa. a refletir sobre essa questão da ferrovia descendo para na nossa região de Joinville.

Comentávamos até que não sabíamos se essa ferrovia, comercialmente, seria, em algum momento, viabilizada, porque estamos acompanhando todo o processo do governo federal, em nível de ferrovias, ligando o norte ao sul do país. E pelo que consta dessa geografia de ferrovias, se conseguirmos que ela se estenda por Mafra, ainda teremos uma esperança para que haja a revitalização dessa que desce para a nossa região, na Serra Dona Francisca. Agora, se desviarem o trajeto, como estão fazendo as autoridades e políticos do Paraná, para o porto de Paranaguá, certamente teremos muitas dificuldades para ver a nossa realidade acontecer. Digo isso porque pelo mapa existe um projeto em andamento que irá dar lá em Chapecó, no oeste, e de lá irá para o Rio Grande, a ferrovia norte/sul.

Houve uma movimentação muito forte de representantes de Santa Catarina, liderados pelo ex-governador Esperidião Amin, que conseguiram uma importante reunião, inclusive, com o ministro, lá em Chapecó, que viabilizou a Ferrovia do Frango que vem dar aqui, no nosso porto de Itajaí. Com essa Ferrovia do Frango ainda vimos alguma coisa em nível de Santa Catarina.

Houve, nessa reunião do Parlasul, onde estavam parlamentares também da Argentina e de outros países vizinhos, uma ciumeira do Rio Grande do Sul, por conta desse projeto da Ferrovia do Frango. Houve parlamentar lá que pediu a palavra e disse: "O que Santa Catarina está fazendo que não conseguimos fazer é mobilizar uma reunião dessas. E o governo federal já está, inclusive, com o projeto da Ferrovia do Frango. E como vamos ficar?" O técnico lá minimizou dizendo que é ainda somente um projeto, pois não quis dizer que seria uma realidade.

Esse assunto é muito pertinente em que pese haver duas vertentes, e tem aquela questão da Ferrovia do Frango que dá em Chapecó. E para viabilizar esse projeto, descendo aqui para os nossos portos, dependeria quem sabe de uma mobilização como aquela que foi feita em Chapecó, onde tivemos autoridades, em nível de Brasil, como o ministro dos Transportes, e de todos os movimentos econômicos e políticos de Santa Catarina.

Dito isso, sr. presidente, quero deixar registrado aqui o convite que recebi e que é extensivo a todos os srs. deputados, do escritor Miro Morais, que vai lançar o livro cujo título é *O Reino dos Esquecidos*, na próxima sexta-feira, das 19h30 às 22h30, no salão lateral do restaurante Lindacap, nos altos da rua Felipe Schmidt, n. 1.162.

Miro Morais, que é catarinense, agora faz parte também da Academia Catarinense de Letras, e nós, como catarinenses, temos a obrigação de prestigiá-lo, até porque é um grande escritor.

Aproveitando o restante do meu tempo, quero dizer que ao escutar a deputada Ana Paula Lima na tribuna sobre a questão das 30 horas de expediente das enfermeiras, tenho certeza de que a deputada já deve ter conhecimento do projeto de lei que dei entrada na Casa, que trata de uma série de questões relacionadas aos enfermeiros de Santa Catarina.

Assim, nem preciso pedir a sua ajuda, porque sei da sua sensibilidade em relação a esse segmento, a essa classe, e tenho a mais absoluta certeza de que v.exa. vai me ajudar e se immanar a mim no sentido de que possamos aprovar esse projeto de lei que já se encontra na Casa, que dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de Enfermagem no estado de Santa Catarina.

Agora não tenho mais tempo, mas é um assunto bastante extenso, inclusive que traz em seu bojo um grande benefício para a classe de enfermeiros de Santa Catarina, que v.exa. conhece muito melhor do que eu.

Dito isso, sr. presidente, tenho que agradecer.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Manoel Mota, queria lhe pedir dois minutos do horário do PMDB, antes de v.exa. iniciar o seu pronunciamento, até porque o deputado Padre Pedro Baldissera queria passar o horário do PMDB, mas pedi a ele que segurasse um pouquinho.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Então vou usar dois minutos.

Deputado Nilson Gonçalves, já conversei sobre isso com o deputado Neodi Saretta e com o deputado Pedro Uçai que foi um líder da reunião, em Chapecó, sobre a questão da Ferrovia do Frango. Sobre esse assunto entendo que ainda se encontra em estudo o projeto. Portanto, não se está tratando do projeto ainda.

Assim, por se tratar de estudo do projeto, teríamos que ter outras regiões contempladas, deputado Nilson Gonçalves. E quando se fala em Ferrovia do Frango, vejo Seara, Concórdia, Capinzal e Joaçaba fora do

eixo. Joaçaba até que entra porque a ferrovia pretende margear a 282. Também Piratuba e Capinzal, pois temos uma ferrovia, embora precise revitalizá-la. Mas precisamos nos mobilizar para o estudo desse projeto atender a outras regiões. Acho que é o momento de discutirmos isso, mesmo que demore acontecer, mas ela vai dar outro desenvolvimento para o estado de Santa Catarina.

Queria contribuir com o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves, mas quando fui pedir o aparte, s.exa. já havia mudando de assunto.

Então, quero dizer que precisamos repensar isso e fazer um estudo para contemplar mais regiões no estado de Santa Catarina.

Era isso.

Obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pois v.exa. fala sobre um tema importante.

Sr. presidente, pessoas que nos acompanham pela TVAl, Rádio AleSC Digital e os que vieram nos prestigiar, hoje, aqui, temos uma reunião no plenarinho sobre pesca, carteiras; então, esta é uma tarde importante na Assembleia.

Quero falar sobre um tema muito importante e já quero pedir apoio ao Parlamento antecipadamente. Quero pedir apoio, porque o tema, na minha concepção, é muito importante.

(Passa a ler.)

"Nos últimos meses a sociedade vem acompanhando ações violentas que saem dos presídios para as ruas.

É preciso preservar os direitos humanos dos presos. Mas um ponto mais importante é dar as melhores condições aos agentes penitenciários que são trabalhadores importantes e fundamentais para a segurança da sociedade.

Como deputado, peço aos demais parlamentares uma atenção especial às lutas da categoria. Isso inclui o chamamento de novos agentes penitenciários que passaram em concurso realizado no ano de 2006 e já fizeram o curso de formação para atuar nos presídios.

Também coloco o meu gabinete à disposição para auxiliar os atuais agentes em suas lutas, que são justas e importantes para a sociedade catarinense."

Hoje, em São Pedro da Alcântara, os agentes estão parados, pedindo melhores condições de trabalho. Foram 120 concursados em 2006, 40 já fizeram escola e estão preparados para essa missão. Então, por que não chamamos esses trabalhadores para ajudarem nessa missão importante e fundamental para segurança da sociedade catarinense?

Eu peço, aqui, o apoio dos nobres parlamentares, para que pelo menos esses 40 que já fizeram escola, que deixaram o seu trabalho, sejam chamados para darem mais garantia de segurança nas ruas.

Foram quantos ônibus queimados? Quantos tiros nas delegacias?

Precisamos, sim, fortalecer a categoria, para dar segurança à sociedade, que esse é objetivo maior.

Nós somos parlamentares para poder buscar o que é fundamental para a sociedade, que é a segurança.

Mas, além disso, também quero falar sobre outro tema que é importante.

Na sexta-feira, presidente da comissão de Saúde, ex-prefeito de Itajaí, deputado Volnei Morastoni, temos uma reunião importante para tratar sobre a UTI neonatal.

A UTI Neonatal é para atender às crianças prematuras, pois muitas morrem nos hospitais por não termos essa segurança. É preciso ir lá. O hospital regional é público, e temos que ter a neonatal pública, para poder atender também às pessoas pobres, que são brasileiros, filhos de Deus e comum como nós que lutamos pela sociedade e pelo povo.

É por isso que nos temos mobilizado, deputado Volnei Morastoni, para que tenhamos uma casa cheia, pois será uma discussão extraordinária. E v.exa. não mediu esforços para a comissão estar em Araranguá. E tenho certeza de que daremos passos importantes e fundamentais nessa audiência pública, porque o sul de Santa Catarina aguarda, precisa, espera uma decisão nossa. E estamos fazendo a nossa parte para podermos cumprir a nossa missão no Parlamento catarinense.

Quando falei com o presidente deputado Volnei Morastoni, ele não mediu esforços e disse que iríamos ao sul, a Araranguá. E tinha duas missões: a neonatal e o curso de Medicina na Universidade Federal criado no referido município.

Mas vai acontecer sexta-feira à noite, em Araranguá, para discutir essa questão. Hoje se pensa em buscar médicos fora do país, como Cuba. Mas será que não temos brasileiros prontos e preparados? Basta criarmos cursos de Medicina, dar condições às pessoas que não têm a sorte, o privilégio de recursos suficientes, para poder estudar e se formar.

Eu acho que vamos viver uma sexta-feira importante no vale do Araranguá. Vamos discutir a UTI neonatal, que não tem na região e muito menos pública. E vamos proporcionar uma nova esperança de que as crianças que nascem prematuras possam sobreviver, pois onde há UTI neonatal essas crianças sobrevivem. E por que não podemos, no sul de Santa Catarina, também usufruir desse direito? Podemos.

Quero convidar o meu presidente, deputado Volnei Morastoni, para que pudesse proporcionar um dia para Araranguá. Lá nós temos o prefeito Sandro Maciel, do PT, um grande amigo que tem ajudado. E v.exa. vai se sentir em casa. Assim, quero convidar todos os parlamentares para ajudar, a sociedade, para irem a Araranguá, à audiência pública, para que tenhamos força. Somos 20% dos parlamentares desta Casa e podemos dizer que não aceitamos explicação, que queremos definição, como fez o deputado Valmir Comin. Precisamos trabalhar em conjunto, pois é assim que trabalhamos.

O Brasil tem muitos recursos, é poderoso, tem muita gordura, mas também é preciso, sim, trabalhar com amor, garra, para poder fazer com que os investimentos, não é apenas pagar impostos, transformem-se em bem-estar para o povo.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu gostaria, com a permissão da minha bancada, de trazer presente, sr. presidente Nilson Gonçalves, aquilo que está acontecendo no dia de hoje no rol desta Casa, a terceira mostra de vinhos catarinense. Acho que é importante para todos nós que somos, de uma forma ou de outra, deputado Valmir Comin, apreciadores do bom vinho recuperar

um pouquinho esse processo todo, que tem desencadeado esse bonito momento trazido, pela terceira vez consecutiva, a esta Casa.

Lembro-me, no início do ano de 2006 a 2007, quando um pequeno grupo, deputado Moacir Sopelsa, de produtores e cultivadores que trabalham e fomentam a cadeia produtiva da uva, da região do vale do Rio Peixe, iniciavam uma rápida discussão sobre alguns encaminhamentos, algumas ações práticas, concretas, para fomentar toda a cadeia produtiva da uva. E na época se tem encaminhado a necessidade de fazer algo para dar publicidade a essa cultura tão importante, que agrega valor, renda e movimentação a economia do estado e a economia do nosso país, que iniciou com uma pequena feira camponesa da uva, chamada FecaUva. E é exatamente a partir dessa iniciativa que a partir de vários anos consecutivos se tem chegado àquilo que hoje estamos presenciando, participando, aqui na Assembleia Legislativa.

Tivemos muitos atores nesse processo todo. E entre eles quero destacar, além de pessoas, lideranças, agricultores que trabalham na cadeia produtiva da uva, a presença decisiva de alguns governos municipais. E aqui poderíamos destacar Tangará, Pinheiro Preto, Videira, principalmente nesse bloco do vale do Rio do Peixe. Mas além dessa gestão pública, queremos mencionar uma instituição financeira que teve a participação decisiva, a Cresol.

A Cresol, principalmente de Tangará, cooperativa de crédito, fomento de crédito, tem sido assim decisiva no envolvimento e na participação, para que pudéssemos culminar naquilo que hoje está sendo feito aqui, através da terceira mostra do vinho catarinense.

Agora é importante destacarmos que o fruto dessa caminhada toda foi a Lei n. 14.711, que estabelece o Dia do Vinho, comemorado em Santa Catarina no primeiro final de semana deste mês. Portanto, como estamos na primeira semana do mês de junho, comemoramos o Dia do Vinho com a apresentação da III Mostra do Vinho Catarinense.

E aqui queremos fazer um apelo ao governo do estado para que seja implementado o calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina pela importância dessa atividade, pelo significado para o estado de Santa Catarina, pela movimentação econômica e pela geração de renda, já que muitas famílias dependem desse incremento e dessa atividade, que é a principal atividade, a principal renda de inúmeras famílias.

Além disso, esta Casa aprovou um projeto de lei que inclui na merenda escolar o suco de uva, um derivado da uva, um produto importante e necessário para o cuidado da saúde e do desenvolvimento pessoal e integral do ser humano.

Agora é claro que temos alguns desafios pela frente que queremos destacar.

Olhamos com orgulho para o estado vizinho, o Rio Grande do Sul, que criou um fundo que arrecada 2% dos impostos oriundos da comercialização de todos os derivados da uva e que constitui o Fundo da Vitivinicultura no estado do Rio Grande do Sul.

Nós queremos que em Santa Catarina possamos avançar nesse sentido criando um fundo estadual para fomentar, subsidiar, dar sustentação a toda cadeia produtiva da uva no estado de Santa Catarina.

Então, parece-me importante buscar alternativas para fomentar ainda mais essa cultura, que está presente em várias regiões do nosso estado. Nós vamos para o sul, encontramos muitos produtores de uva; vamos

para o planalto serrano, na região de São Joaquim, da mesma forma; no vale do Rio do Peixe, também; no vale do Itajaí, oeste e extremo oeste, também há várias iniciativas.

Portanto, temos essa cultura presente em todas as regiões do estado de Santa Catarina e não tenho dúvidas de que ela pode ajudar enormemente algumas famílias que a tem como a principal renda familiar, além de movimentar toda a economia do nosso estado e contribuir enormemente no contexto nacional.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Padre Pedro Baldissera, que deve apreciar um bom vinho, gostaria de parabenizar v.exa. pelo tema abordado, a valorização do vinho, da uva catarinense.

Na nossa região temos o vale da uva Goethe com certificação, que dá uma segurança jurídica a todos os associados, aos cooperativados do planalto serrano, enfim, em todas as regiões do estado onde temos um clima propício e terras férteis.

Agora, o que é preciso realmente é que o Poder Público, através das entidades, da pesquisa e da inovação, dê segurança jurídica para esses investidores, como é feito no Chile, na Argentina, na França, na Itália e em tantos outros países, como na própria África do Sul, que produz, hoje, também vinhos de qualidade. E cito aqui também o próprio nordeste brasileiro.

Nós aqui temos um clima saudável, propício, e um povo ordeiro e trabalhador que cultiva e precisa resgatar cada vez mais essa tradição trazida dos nossos antepassados que serve como forma de agregação de valor, de renda, de emprego e de fixação do homem na propriedade rural.

Parabéns a v.exa. pelo tema abordado!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Eu gostaria de concluir o meu pronunciamento, deputado Nilson Gonçalves, citando aqui uma frase de João Trento, um dos grandes fomentadores do vinho Goeth. Diz ele que quem 100 anos um bom vinho bebeu, 100 anos viveu. Ele é um senhor cultivador da uva Goeth que está vivendo há mais de 100 anos tomando sempre um bom vinho.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença em plenário da delegação que depois, conforme o nosso requerimento, vai falar sobre a Semana Pedagógica Mater Dolorum, que vai acontecer de 12 a 14 de junho. Já está aqui o prefeito Vitor João Faccin, do município de Ouro, acompanhado da delegação, e em seguida virá o prefeito Andevir Isganzella, de Capinzal.

Estão presentes também a Gina Martins, diretora da Escola de Educação Básica Mater Dolorum; a Adriana, diretora pedagógica da escola, o Israel, coordenador do magistério; o ex-prefeito de Ouro, Sérgio Durigon, que também é professor; e a Priscila, representando o vice-prefeito de Capinzal. E depois eles farão uso da palavra.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Tão logo seja encerrada a Ordem do Dia, imediatamente daremos a oportunidade aos nossos convidados de fazerem uso da palavra na tribuna.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente interino, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados, público presente, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, eu gostaria de fazer menção a um evento que aconteceu em Joinville nesse feriadão, que foi os Jogos de Integração da Udesc que reuniu 1.500 jovens para disputar as mais diversas modalidades. Alguns desses jovens viajaram 12 horas, pois saíram de Chapecó e foram até Joinville para participar desses jogos. Na quarta-feira houve a abertura, que contou com a presença do reitor da Udesc, Antônio Heronaldo de Sousa, e do pró-Reitor, Maicon Moraes Nunes, e no domingo houve o encerramento e a premiação, sendo que os jovens estavam muito felizes por essa integração.

Realmente, a Udesc prestou um grande serviço aos seus estudantes, aos seus alunos, porque esses momentos de integração são muito valiosos e ficam registrados na memória.

Então, os nossos parabéns à Udesc que fez esse grande evento na nossa cidade. Parabéns também o CCT, Centro de Ciências Tecnológicas, nossa antiga sede, Faculdade de Engenharia de Joinville, que acolheu com uma bela estrutura todos esses 1.500 estudantes lá em Joinville.

Quero também aproveitar a oportunidade, sr. presidente, para dizer que estou protocolando nesta Casa o requerimento ao ministério da Educação e Cultura, solicitando a inclusão dos alunos de educação a distância de Santa Catarina e do Brasil também no acesso ao financiamento estudantil que o governo federal dá a todos os estudantes de ensino superior em nosso país, justamente porque hoje esses alunos não têm esse tipo de financiamento, não têm acesso a esse financiamento para poder cursar o seu nível superior.

Esses alunos já são em boa parte discriminados, porque são alunos que não puderam, na idade que se dizem correta, 17 anos, 18 anos, 20 anos de idade, ter acesso à educação. E agora de forma tardia, depois dos seus 30 anos, depois de constituir família, depois de já terem seus filhos, eles têm a oportunidade de acessar à universidade, mas com as dificuldades de não poder ter acesso ao financiamento público para concluir o seu ensino.

Por isso, estou protocolando nesta Casa esse requerimento para que os alunos do ensino a distância possam de fato ter acesso ao financiamento estudantil para todo o ensino superior, pois essas pessoas também fazem ensino superior. E essas pessoas sofrem discriminação também, sr. presidente, porque tem-se ideia de que o esforço que eles fazem para concluir a universidade é menor do que aqueles que estão todos os dias na universidade, o que não é verdade.

A minha esposa fez a faculdade de Pedagogia, pela Unasselvi, concluiu e está fazendo a sua segunda faculdade, agora pela Unopar, e todos os dias ela é obrigada a entrar no site, fazer o seu registro, assistir aos vídeos-aulas, fazer exercícios, para estar prestando conta de sua presença. Também tem aula presencial uma vez por semana. Assim acaba

tendo que estudar tanto quanto aqueles alunos presenciais. Daí, entre os seus afazeres, tem que arrumar um tempo para poder estudar.

Então pedimos para que esses alunos que se esforçam tanto quanto os alunos do ensino convencional também estejam presentes no financiamento estudantil.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas complementando o registro que fiz anteriormente da equipe que está aqui para apresentar sobre a III Semana Pedagógica Mater Dolorum, juntamente com o secretário Ricardo Grande, secretário do Desenvolvimento Regional de Joaçaba, sra. Maria Carlesso Doré, ex-prefeita de Luzerna, gerente Regional de Educação, que acompanham a delegação a que fiz menção na questão de ordem anteriormente encaminhada a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, a todos e a todas as nossas boas-vindas, em nome desta Casa.

Ainda ao horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PDT.

(Pausa)

Com a ausência dos deputados do PDT, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Sílvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, colega deputado Nilson Gonçalves, demais deputados, deputadas, primeiramente, vou registrar, deputado Padre Pedro Baldissera, o seu discurso, nesta tribuna, no dia de hoje, em relação ao nosso produto, o vinho catarinense. Parabéns pela sua manifestação, a qual assinamos com segurança, pelas palavras que v.exa. colocou a respeito desse nobre produto catarinense, que vem se destacando cada vez mais, além de dar grandes oportunidades a inúmeras famílias.

Por outro lado, sr. presidente, estivemos participando, na penúltima semana que passou, em Recife, capital pernambucana, do encontro da Unale, onde tivemos a oportunidade de estar fazendo o encontro do Parlasul, que é o Parlamento dos quatro estados do sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e Mato Grosso do Sul, com a participação, inclusive, do Mato Grosso.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. lá participou, prestígio, debateu o assunto. Também estiveram lá os deputados Dado Cherem, o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, mas além dos brasileiros, estiveram lá presentes também os nossos irmãos argentinos, das cidades de Tucuman e Catamarca, participando desse encontro.

Também tivemos a presença do engenheiro da Valec, Jair Campos Galvão, além do nosso engenheiro catarinense e mafrense, que trabalha aqui em Florianópolis há muitos anos, sediado aqui em Florianópolis, dr. Ricardo Saporiti, que representa e trabalha para a Fiesc, a qual queremos agradecer de público pela liberação do mesmo.

O assunto não poderia ser diferente nesse encontro sobre as ferrovias no Brasil, aqui já manifestado pelo deputado Antônio Aguiar que me surpreendeu hoje, que deixou de ser um deputado de Canoinhas para ser um

deputado joinvillense, e quero crer que é só de passagem, e também com a manifestação do deputado Nilson Gonçalves que acompanhou a apresentação do diretor da Valec, sobre as ferrovias no Brasil.

Para dar mais informações, tivemos uma grande oportunidade, primeiro, de conhecer os projetos, além dos projetos, algumas obras que estão em andamento, outras que estão em estudo e outras que estão nas ideias do planejamento.

Portanto, nesse novo modelo que o governo federal está fazendo, de concessões, disponibilizando 90 bilhões para a construção de ferrovias, a operação é concedida, ou será concedida, para a iniciativa privada. Para nós, para não nos estendermos ao Brasil todo, uma interligação importante, desde o Rio Grande do Sul, ou seja, vamos fazer o contrário, começando lá no Mato Grosso do Sul, mais precisamente em Maracaju, passando por Dourados, interior de São Paulo, Cascavel e fazendo a ligação com o estado de Santa Catarina, através da região de Chapecó, indo para o porto de Rio Grande.

Parte desse projeto está em obras, parte está em execução de projeto e a outra, finalizada agora com a vinda do ministro ao oeste catarinense, como o deputado Nilson Gonçalves já se manifestou. Isso está praticamente definido, depende agora da tramitação burocrática e de recursos para viabilizar, mas há estudos de viabilidade econômica, técnica e financeira de que é possível.

O outro traçado que vem de Cascavel, Maracaju sempre tivemos a certeza, até porque o projeto apresenta isso. Pelo mapa apresentado pelo diretor da Valec fica assim: vindo de Maracaju, passando por Novo Mundo, Guaíba, Toledo, Cascavel, Guarapuava, Porto União, Marclício Dias e Mafra.

O que nos surpreendeu é que há uma alteração: vindo de Maracaju a Guarapuava, passando por Engenheiro Bley e indo direto para Paranaguá. É nesse quesito que nós catarinenses, deputado Moacir Sopelsa, temos que envolver outras autoridades.

E quero aqui pedir ao deputado Antônio Aguiar para que, nesse encontro, se faça um apelo também ao senador Luiz Henrique, para que tome conhecimento, porque vamos fazer um apelo a todos os líderes de bancada para, junto ao governo federal, manter o traçado original, que é a integração com Mafra.

O que temos que entender é que qualquer empresa, para operacionalizar um sistema ferroviário, irá participar, desde que haja viabilidade de retorno. Se não fizermos essa integração com o estado de Santa Catarina, em Mafra, automaticamente não estaremos interligando nossos portos, que seria a diminuição do custo Brasil. Além de importar matéria-prima, os grãos, que vão para o oeste catarinense, nós também damos a oportunidade para trazer esses produtos do centro-oeste brasileiro, através de nossos portos, sendo de Mafra a São Francisco do Sul, de São Francisco fazendo a interligação com Itapoá, Navegantes, Itajaí e Imbituba. Temos então aí a grande probabilidade de fazer a integração do oeste com o leste catarinense.

Como eu disse: se não fizermos com que essa integração venha por Mafra, por consequência fazendo a ligação do oeste com o leste, não teremos a oportunidade de ter o sistema ferroviário integrado em Santa Catarina.

Precisamos então fazer uma moção pedindo à nossa bancada catarinense suprapartidária para que faça um apelo ao ministro e ao diretor da Valec, para que esse

traçado se mantenha original, fazendo a integração com Santa Catarina e dando viabilidade a esse projeto relevante para a diminuição do custo Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente.  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de me somar ao pronunciamento do deputado Sílvio Dreveck e também acrescentar que esse traçado que estão tentando viabilizar no Paraná é totalmente novo, pois não tem nada ali, e terão que começar do zero. E há um desvio literal dos interesses catarinenses, porque pelo novo traçado a ideia é levar os trilhos até o porto de Paranaguá, em prejuízo dos portos de Santa Catarina. Essa é que é a verdade. Então, precisamos manter o traçado original, e para isso é necessária a união de forças políticas, empresariais, de Santa Catarina, para que não aconteça o que o Rio Grande do Sul está reclamando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Concedo-lhe mais dez segundos para v.exa. concluir.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Na verdade, dez segundos não são suficientes para concluir a minha linha de raciocínio, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. fez uso do tempo regimental destinado aos apertes.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, sr. presidente. Quero registrar a presença da prefeita Ivone Mazutti de Geroni, de Calmon, do Téio, ex-prefeito de Matos Costa, e de João Batista De Geroni, ex-prefeito de Calmon, além dos vereadores do município de Penha, o Claudinei Ruduitte Pressi, o Clóvis Bergamaschi e o Isac Hamilton da Costa, que estão em visita à Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero reforçar aqui o que o deputado Antonio Aguiar colocou.

Nós propusemos, e vamos realizar na sexta-feira, às 16h, na Acij, Joinville, uma audiência pública para tratar desse assunto que o deputado Sílvio Dreveck expôs e que diz respeito à ferrovia ligando o planalto a São Francisco do Sul.

Na oportunidade quero solicitar aos deputados Nilson Gonçalves, Sílvio Dreveck e Sandro Silva que coassinem a proposição dessa audiência pública, porque são deputados da nossa região e, com certeza, estão engajados também nesse pleito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, sr. presidente! Quero aqui

cumprimentar todos os parlamentares, todos os senhores, todas as senhoras, aqueles que nos acompanham nas galerias, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital.

Primeiramente, sr. presidente, agradeço a todos os parlamentares pela oportunidade de ter representado esta Casa entre os dias 19 a 23 de maio, num congresso na ONU, na Suíça, onde tivemos a oportunidade de participar da 4ª Plataforma Global de Redução de Riscos em Desastres Naturais.

Também tive a oportunidade de como presidente da comissão de Defesa Civil participar desse congresso, com uma comitiva brasileira, quando estavam presentes três catarinenses, um deles era o senador Casildo Maldaner, onde foram discutidos vários assuntos e a preocupação sobre a questão do futuro na redução de riscos em desastres naturais.

A preocupação que se tem com a capacidade de cada comunidade se recuperar no momento de dificuldade foi a grande tônica. E a palavra mais utilizada naquele congresso, sr. presidente, foi resiliência.

A palavra resiliência vem, na verdade, da Física, e para a Física ela representa a propriedade que alguns corpos possuem de retornar a forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica.

Submetidos isso em miúdos, ou seja, traduzindo isso para o nosso Português, deputado Manoel Mota, traduzindo essa palavra para a questão da Defesa Civil, não é nada mais nada menos do que a capacidade que cada comunidade, que cada localidade possui de se recuperar de um desastre natural, que cada comunidade tem de se prevenir para o pior. Isso é resiliência na questão da Defesa Civil. Isso é o que mais foi debatido nesse congresso: a capacidade de nossas comunidades, de cada comunidade do interior se recuperar.

Lá tive a oportunidade, sr. presidente, srs. parlamentares, de observar algumas questões pontuais. Cerca de 64% da população mundial foi afetada por desastres naturais, durante os últimos 20 anos. Os desastres naturais acontecem em cerca de 90% nas comunidades em desenvolvimento, ou seja, os locais que mais têm problemas na defesa civil são os locais em desenvolvimento, não são as comunidades desenvolvidas. Por isso é importante se investir cada vez mais na questão da prevenção, em ações onde você vai acabar gastando recurso, ou melhor, investindo recurso na prevenção, porque a cada real que você aplica em prevenção você economiza cerca de R\$ 7,0 a R\$ 8,00 na recuperação. Então, esse aspecto foi tratado no congresso, ou seja, foi muito falado sobre esse assunto.

Tivemos lá a presença do coronel Umberto Viana, secretário nacional de Defesa Civil, que representou e que chefiou a delegação brasileira, mostrando o plano nacional que existe, um plano elaborado pelo governo federal, que tem a participação dos estados. E também foi citado o exemplo de Santa Catarina, onde o governador Raimundo Colombo, justamente no trabalho da prevenção, teve a iniciativa que foi aprovada por esta Casa de criar uma secretaria específica para tratar de defesa civil.

Lá tivemos a oportunidade de ver exemplos além do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, e também poder tocar no assunto de Santa Catarina, mostrando a importância da criação da secretaria da Defesa Civil e a importância não somente de uma estrutura. Porque criar uma secretaria somente por criar, sem fazer algo concreto para a comunidade, não

muda nada a vida das pessoas. Não resolve absolutamente nada. Agora, quando você tem uma secretaria de defesa civil e você tem, no caso pontual de Santa Catarina, ações para resolver o problema na questão da seca no oeste, ações para resolver a questão das cheias no vale do Itajaí, como é a questão do plano de mitigação de cheias que foi apresentado pelo governador Raimundo Colombo à presidente Dilma Rousseff, você tem ação concreta de prevenção.

Hoje, temos ações concretas em parceria do governo federal com o governo do estado, através da secretaria da Defesa Civil, fazendo ações como, por exemplo, o alteamento da barragem de Ituporanga, o alteamento da barragem de Taió, a construção de pequenas barragens, como vai ser o caso no município de Botuverá e no alto vale.

Então, esse congresso, essa plataforma global de prevenção, de discussão da questão dos riscos em desastres naturais no mundo todo, dá para observar a importância da resiliência, ou seja, da capacidade de recuperação de cada comunidade. E tive a convicção de que Santa Catarina e o Brasil estão no caminho certo. Agora, é claro, não basta apenas estar no caminho certo, você tem que investir cada vez mais nesse aspecto.

Nós tivemos a oportunidade de ver a importância e o quanto, realmente, o governo federal e Santa Catarina estão investindo e fazendo correto.

Espero que o secretário da Defesa Civil possa continuar trabalhando nesse sentido. O governador Raimundo Colombo vai continuar com o nosso apoio. E na comissão da Defesa Civil, os srs. parlamentares que fazem parte dessa comissão, vão continuar trabalhando para que possamos realmente ter essa questão da prevenção acima de tudo.

Senhor presidente, gostaria também de registrar e agradecer a participação, ontem, e a visita do governador Raimundo Colombo ao vale do Itajaí.

Todos falam em segurança pública. E temos o nosso estado com o maior pacote de investimentos na área de segurança pública na história de Santa Catarina, através do Pacto por Santa Catarina. E ontem o governador Raimundo Colombo, no vale do Itajaí, fez demonstração concreta a respeito desse assunto. Ele esteve entregando em Blumenau três viaturas e visitando os municípios de Benedito Novo, Timbó, Rio do Cedro, liberando recursos para a construção de um batalhão do Corpo de Bombeiros, em cada um desses municípios. Somente nesses três municípios são cerca de R\$ 1,6 milhão de investimentos. Somente as viaturas de Blumenau são aproximadamente R\$ 1 milhão de investimento.

Deputado, o governador foi lá também para anunciar recursos como, por exemplo, autorizar a realização de um convênio para o hospital Santa Isabel, em Blumenau, no valor de R\$ 2,7 milhões, para concluir os 20 leitos de UTI naquela unidade hospitalar. Compraram os equipamentos para que os 20 leitos de UTI possam funcionar em Blumenau, atendendo a todo o estado.

O governador esteve também em Rio dos Cedros e não apenas anunciou o Batalhão do Corpo de Bombeiros, mas também garantiu recursos de R\$ 1,3 milhão e mais R\$ 200 mil, totalizando R\$ 1,5 milhão, para infraestrutura e pavimentação naquele município, tudo através de uma ação conjunta.

E tenho certeza que esta Casa demonstra, através do Fundo de Apoio aos Municípios e também da participação efetiva tanto da presidente Dilma Rousseff como do governador Raimundo Colombo, srs. parla-

mentares, que não é briga política e partidária que constrói um posto de saúde, uma escola ou que faz a pavimentação da rua. É através da união do trabalho em conjunto dos governantes que vamos construir cada vez mais um estado melhor.

Se Santa Catarina é um estado tão bom no Brasil é pelo exemplo de dedicação que todos nós temos neste estado, pela união e o trabalho em conjunto. É através disso que o nosso estado vai continuar crescendo, e graças ao trabalho do governador Raimundo Colombo que mostra acima de tudo que está sendo um grande governador e que vai deixar muita história neste estado com o Pacto por Santa Catarina, fazendo o maior investimento na vida dos catarinenses que este estado já viu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário do PSD, com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje a sessão vai ser especial, porque temos aqui a presença das colônias de pescadores do estado de Santa Catarina, que vieram apresentar um pleito com muitas reivindicações ao Parlamento catarinense. E nós, sr. presidente, com certeza, como sempre fizemos, vamos encaminhar esses pleitos ao governo do estado e fundamentalmente ao ministério da Pesca e da Aquicultura, em Brasília.

Os pescadores são importantes para o estado em termos sociais, econômicos, culturais e turísticos. São 40 mil pescadores artesanais em Santa Catarina que trabalham com dificuldade. Eles vão todos os dias, de madrugada, mar adentro. Trabalham em área insalubre e perigosa, sendo que muitas vezes não sabem se voltarão com vida, mas com muita dignidade criam suas famílias e ajudam a nossa comunidade.

Portanto, esses pleitos que vocês estão apresentando aqui, que diz respeito à manutenção da aposentadoria dos pescadores, da liberação das carteiras com celeridade pelo ministério da Pesca e Aquicultura, à criação de um fundo pelo governo do estado para apoiar os pescadores em caso de catástrofes em Santa Catarina, à portaria que limitou a pesca somente de uma espécie e tantos outros pleitos que vocês apresentaram na reunião que fizemos, deputado Manoel Mota, há pouco, no plenarinho, serão analisados pela comissão da Pesca e Aquicultura. E o deputado Dirceu Dresch se comprometeu em fazer um agendamento com o ministro da Pesca e Aquicultura, em Brasília, para que nós possamos ir até lá tratar dos interesses dos pescadores de Santa Catarina.

E como disse o Ivo, grande líder, vocês andaram milhares de quilômetros para estarem aqui não para pedir esmolas ao Parlamento, mas, sim, para pedir aos deputados, a nós, que querem trabalhar, contribuir, praticar suas atividades com dignidade e muita honestidade, como sempre fizeram.

Portanto, a vocês o nosso respeito, carinho e apoio nas reivindicações que foram aprovadas.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero cumprimentar o Ivo, que é da federação, o gerente de pesca da secretaria da Agricultura e da Pesca, do estado de Santa Catarina.

Os pescadores que deixaram a pesca da tainha, que têm apenas 60 dias, deixaram de estar lá, produzindo, para vir pedir apoio a este Parlamento.

Quero dar boas-vindas aos pescadores e dizer que conte conosco. Vocês sabem que conhecemos o seu sofrimento. Aqui está o deputado Edison Andrino que faz parte disso e tem no seu coração o pescador.

Sejam bem-vindos. Contem conosco, pois estaremos juntos para poder cumprir os pleitos de vocês. Vamos fazer vocês serem respeitados. Vocês merecem respeito e trabalham para isso.

Por isso deixo um abraço e sejam bem-vindos neste Parlamento de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, não vou me alongar. Apenas quero me solidarizar com tudo o que foi dito, com as reivindicações dos srs. pescadores. E quero dizer que não faço parte da comissão da Pesca, mas estou solidário e à disposição para o que for necessário. Inclusive, se fizer necessária a minha presença nessa comitiva a Brasília, estarei à disposição, até porque conheço bastante e bem o trabalho de cada um dos senhores nesse segmento.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, v.exa. que já dirigiu a nossa comissão da Pesca aqui esta Casa sabe da importância deste trabalho.

Quero aqui rapidamente cumprimentar todos os pescadores da federação, através do Ivo e do Marcate que é o gerente da pesca em Santa Catarina. Quero dizer que eu como deputado federal briguei muito para criar um ministério da Pesca. Antes quem cuidava da pesca era o Ibama. Só que nós criamos o ministério da Pesca, mas o Ibama continua interferindo diretamente naquilo que é competência do ministério da Pesca.

Foi uma luta, sr. presidente. Foi uma luta muito grande para tirar esses poderes do Ibama que não queria.

O Ibama tem um papel fundamental na pesca. Mas a pesca como a agricultura é um setor de fomento. Não pode ter interferência direta como tem o Ibama na pesca. Chega de portarias na véspera da pesca. Começa a safra daqui a quatro dias, e o Ibama baixa uma portaria sem mais nem menos. Aí é uma luta danada para rever essas portarias.

Então, o ministério da Pesca foi importante, foi. Infelizmente, não fomos felizes na escolha do ministro da Pesca. Lamentavelmente não fomos.

Então, vou solicitar a v.exa. e ao presidente da comissão que quem sabe possamos fazer aqui uma audiência pública envolvendo o Ibama. As lagoas do Rio Grande do Sul matam as tainhas dentro da lagoa. Precisamos discutir com profundidade a questão da pesca em Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, também quero registrar que esta Casa colocou nas minhas mãos um grande compromisso de presidir essa importante comissão que trata desse tema tão importante que é a aquicultura, a pesca, a maricultura em nosso estado.

Assumimos aqui um grande compromisso há pouco. Recebemos os documentos e vamos estar juntos com os pescadores nesta caminhada. Estou indo para Brasília amanhã e vamos aproveitar para levar essa pauta ao governo federal.

Então, quero cumprimentar todos os presidentes de colônias, o presidente da Federação e todos os pescadores que deixaram o seu trabalho no dia de hoje e vieram aqui reivindicar. Podem contar com o nosso apoio.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Bem, gostaria de saudar todos os participantes da nossa sessão e dizer que vamos votar a nossa Ordem do Dia rapidamente, para na sequência, ouvirmos a representação dos pescadores, ao tempo que agradeço o nosso deputado Padre Pedro Baldissera pela condução dos trabalhos até aqui.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação pela admissibilidade da PEC n. 0002/2013, de origem governamental, que revoga o § 2º do art. 115 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade.

Discussão e votação pela admissibilidade da PEC n. 0011/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta e outros, que altera o § 2º do art. 109 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

(Defesa Civil)

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0541/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que obriga a redução da vazão de água em torneiras de prédios públicos e comerciais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação, e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0306/2013 e 0307/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0308/2013, 0309/2013, 0329/2013, 0330/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0310/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0311/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0312/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0313/2013 e 0314/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0315/2013 e 0316/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0317/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0318/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0319/2013, de autoria do deputado Dado Cherem; 0320/2013 e 0321/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0322/2013 e 0323/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0324/2013, 0325/2013 e 0326/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, 0327/2013 e 0328/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0565/2013 e 0575/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0566/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0567/2013 e 0578/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0568/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0569/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0570/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0571/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0572/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0573/2013 e 0574/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0576/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; 0577/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0579/2013, de autoria do deputado Dado Cherem; 0580/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0581/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0582/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Moção n. 0042/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser encaminhada à presidenta da República e às ministras da Casa Civil e de Relações Institucionais da Presidência da República, solicitando o envio de medida provisória ao Congresso Nacional, nos termos do Processo n. 05100.000085/2013-44, em tramitação no Departamento de Planejamento das Estruturas e da Força de Trabalho da Secretaria de Gestão Pública, do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o qual visa 'o fortalecimento dos órgãos setoriais e seccionais de contabilidade e de custos do Poder Executivo Federal e dá outras providências'.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0053/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre o funcionamento, os recursos e as atividades do

escritório do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, no município de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0054/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre o funcionamento, os recursos e as atividades do escritório do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a sessão será suspensa para atendermos a dois requerimentos subscritos por todos os líderes. Cada um dos requerimentos será atendido pelo tempo de até dez minutos.

Srs. deputados, estão aqui conosco a rainha e as princesas da Festa do Vinho Goethe, juntamente com o prefeito municipal de Pedras Grandes. Consulto os líderes se podemos, inicialmente, atendê-los - e eles precisam retornar ao município de Pedras Grandes - para que apenas façam o convite para a Festa do Vinho Goethe. E na sequência atenderemos aos dois requerimentos.

(As lideranças aquiescem.)

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, faço uso da tribuna, na tarde desta terça-feira, primeiramente para dizer à professora, ao prefeito que aqui fizeram uma exposição de Capinzal, da família Mater Dolorum, de que quem faz a pasta é o titular.

Está comprovado que se faz uma educação diferenciada e que é possível, quando realmente se tem pessoas com um bom propósito, imbuídas, cercadas de um sentimento e a certeza de fazer um educação de qualidade.

Por isso, parabéns pelo trabalho.

Prefeito Tonho, v.exa. esteve aqui convidando toda a população catarinense para participar da 8ª Festa do Vinho Goethe, em Pedras Grandes. E hoje está aqui com uma exposição do seletor vinho catarinense, com os mais variados tipos de uvas.

A qualificação, o aperfeiçoamento, o acompanhamento, a pesquisa e o desenvolvimento proporcionam uma uva de qualidade e um vinho de excelência. E esse vinho está aqui para ser apreciado, degustado, e hoje serve como modelo, a exemplo de outros estados, outros países como o Chile, a própria Argentina, a França, a Itália, não diferente daqui, do solo catarinense, com a peculiaridade de cada região. E com certeza e sem sombra

de dúvidas é uma das atividades que agrega valor, condição de renda, oportunidade de emprego e fixação do homem no campo. E é preciso que o poder público, como motivador e incentivador, esteja sempre à frente dessa classe produtora e essencial para a economia de Santa Catarina.

Sr. presidente, tive a oportunidade de apresentar um projeto que protocolei nesta Casa, que é o Projeto de Lei n.0185/2013, que dispõe sobre: (Passa a ler.)

“Projeto de Lei n. 0185/2013

Dispõe sobre a reserva de vagas em estacionamento de *shopping centers*, centros comerciais e hipermercados para gestantes e pessoas com crianças de colo, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica assegurada a reserva para gestantes durante todo o período gestacional e pessoas acompanhadas por crianças de colo com até dois anos, de vagas preferenciais nos estacionamentos mantidos por *shopping centers*, centros comerciais e hipermercados no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. As vagas que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

Art. 2º. A infração ao disposto nesta lei acarretará aos estabelecimentos multa diária no valor de R\$ 500,00(quinzentos reais), enquanto perdurar a infração.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata o ‘caput’ deste artigo será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90(noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões

Deputado Valmir Comin

Líder da Bancada do PP” [sic]

(Continua lendo.)

“Justificativa - O crescimento das cidades faz com que cresçam também os já preocupantes problemas de mobilidade e de acessibilidade, tanto para o trânsito de veículos quanto o de pessoas. Para muitos cidadãos, providências até a pouco relativamente simples - como o estacionamento de veículos - tornaram-se tarefas penosas, exigindo soluções rápidas e efetivas. Nesse aspecto, além da preocupação com o estacionamento dos veículos em si, é necessário que as atenções sejam focadas no próprio cidadão (ou cidadã), razão primeira e última de todos os encaminhamentos para melhorar as condições de vida na cidade.

É nesse particular que estamos propondo uma deferência especial para as gestantes como portadoras de uma nova vida, elas precisam de todo o cuidado e o respeito possíveis, inclusive nas providências mais comuns como é a questão do estacionamento.

As gestantes precisam ter garantido o seu direito de acessar os estabelecimentos comerciais, como os *shoppings* e

supermercados, sem ter que passar pela dificuldade, ou mesmo, constrangimento, de ficar procurando uma vaga.

A disponibilização de 2% das vagas do total. No mínimo, uma vaga para as gestantes é uma reivindicação justa e atende, antes de tudo, o princípio básico do respeito à pessoa e à vida.”

Entendo ser um projeto de extrema necessidade para promover justiça às gestantes que necessitem de um espaço, como é o caso dos deficientes físicos, dos idosos que, muitas vezes, encontram dificuldades de acessibilidade a esses estabelecimentos.

Gostaria de retratar aqui, sr. presidente, a vinda, hoje pela manhã, do secretário Nelson Serpa na reunião de líderes nesta Casa, trazendo a boa nova, a notícia que devemos apreciar sobre o Fundo de Amparo aos Municípios, com o montante de mais R\$ 500 milhões a fundo perdido, deputado Maurício Eskudlark, deputado José Milton Scheffer, que vêm com certeza arrefecer as administrações dando um impulso considerável na receita e nos investimentos. E através de um parâmetro e de um critério, os municípios serão providos de um valor de R\$ 700 mil a R\$ 3 milhões a fundo perdido, ou seja, o município até cinco mil habitantes recebe R\$ 700 mil e o município com mais 100 mil habitantes recebe R\$ 3 milhões, numa crescente escalonada.

Penso e acredito que esse é um acontecimento jamais visto na história de Santa Catarina, um investimento de mais de R\$ 9 bilhões em parceria com o governo federal e com o governo do estado interagindo com 295 municípios do estado de Santa Catarina beneficiados, mostrando que este governo trabalha sem distinção. Inclusive, os partidos de Oposição, os prefeitos que fazem parte da Oposição, também vão ser beneficiados, ou seja, os 295 municípios do estado de Santa Catarina, não valendo para manutenção e custeio e sim para investimento.

Por isso, vejo com muita expectativa esse grande momento. É claro que não é dinheiro de graça para o estado. O contribuinte catarinense vai pagar, vai ter que devolver isso aos cofres da união. Mas nós precisamos, da melhor forma possível, poder aplicar, potencializar, efetivamente, esse recurso, para que possamos transformar esses R\$ 9 ou 10 bilhões talvez em R\$ 100 ou 200 bilhões, traduzindo isso em ações concretas que proporcionem o desencadeamento e o fortalecimento cada vez mais da economia, da qualidade de vida do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, quero registrar com satisfação a nossa visita, pela manhã, ao desembargador Claudio Dutra, presidente do Tribunal de Justiça, onde tivemos a oportunidade de debater questões ligadas ao nosso relatório álcool e volante de Santa Catarina, em especial a questão da parceria que o TJ pactuou conosco, enviando dados referentes às condenações de motoristas alcoolizados. E também avançamos no que diz respeito à extensão da isenção prevista na Lei Complementar n. 586, dos atos notoriais e de registro para entidades filantrópicas para o estado.

A nossa gratidão em público ao desembargador Claudio Barreto Dutra, presidente do Tribunal de Justiça, por nos receber em audiência, nesta manhã.

Sr. presidente, srs. deputados, tivemos a satisfação de receber, ontem, no vale do Itajaí, a presença do sr. governador Raimundo Colombo. E quero registrar a nossa gratidão pelos investimentos, ontem, anunciados: R\$ 1 milhão para o batalhão de bombeiros daquele município, Blumenau, e a aquisição de três viaturas. Também à noite, numa belíssima palestra, tivemos encontro com comerciantes, empresários, da cidade de Indaial, prefeitos da região, e obtivemos convênio para a ponte, solicitada por aquele município. Ainda na parte da tarde, tivemos o contrato, o acordo conveniado com o Hospital Santa Isabel, para a conclusão da UTI do hospital em Blumenau, enfim, recursos desejados pela comunidade do vale do Itajaí que chegaram em boa hora.

Também quero registrar o nosso entusiasmo com o ato ocorrido nesta tarde, nesta Casa: o convênio firmado entre a Escola do Legislativo do Parlamento Catarinense e a Polícia Militar de Santa Catarina, fortalecendo esse programa fantástico que temos aplaudido, desta tribuna.

Mais de um milhão de catarinenses já passaram pelos programas do Proerd. E isso significa que em cada seis catarinenses pelo menos um já teve a oportunidade de passar por um dos cursos promovidos pelo Proerd, através da nossa Polícia Militar. E queremos aplaudir a Escola do Legislativo, através do deputado Geslon Merisio e do presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, em firmar esse convênio com a Polícia Militar, fortalecendo o projeto desse programa de prevenção às drogas em Santa Catarina.

Também, não poderia deixar de fazer mais uma vez o meu protesto. Infelizmente, neste final semana, ocorreram em algumas cidades, inclusive em Santa Catarina, a tal da marcha da maconha, que chamaria a marcha da imprudência, em especial quando pensamos nas próximas gerações. E faço questão de parafrapear aqui as palavras do articulista Paulo Alceu no jornal *A Notícia*, de hoje, que diz:

(Passa a ler.)

"O direito de se manifestar sustenta um estado democrático. Mas há limites e deveria haver bom senso. A Marcha pela Maconha não deixa de ser um grito de liberdade ao traficante, ao viciado e à criminalidade. A droga atrai todo tipo de desvios e alimenta a violência. É só buscar nos dados estatísticos e constatar que a maioria dos homicídios está ligada diretamente ao narcotráfico. O envolvimento de menores no crime tem o respaldo do tráfico, e a maconha está incluída. Não venham me dizer que não se enquadra nessa designação. É proibida, lesiva e provoca dependência, além de atrair mazelas do submundo, produzindo as mais variadas consequências que não são nem de longe para o bem."

Parabéns ao articulista Paulo Alceu pela coragem em escrever na sua coluna esse artigo. De fato, àqueles que querem a marcha da maconha pergunto: a quem interessa descriminalizá-la? Nós que trabalhamos há mais de 20 anos, deputado Maurício Eskudlark, que vem da área da Polícia Civil e sabe muito bem de que com certeza a maconha continua sendo a porta de entrada para as drogas pesadas. Basta irmos a qualquer unidade terapêutica e perguntar a qualquer interno de como ele começou a sua vida no mundo do vício da droga, hoje com o *crack*, a cocaína, o LSD. E a cada dez, oito responderão que começou pela maconha.

Legalizar a maconha no Brasil é, sem dúvida, é multiplicar as cracolândias, é

fundamentar o narcotráfico. E concluo, sr. presidente, com a frase dita recentemente na revista *Isto É*, por João Goulão, no que diz respeito ao combate e prevenção às drogas. Ele é considerado um dos melhores especialistas em droga no mundo e disse que a maconha não é mais uma droga leve. E isso foi manchete da referida revista.

João Goulão, presidente do Conselho de Administração da Agência Europeia de Informação sobre a Droga (OEDT), considera que a maconha está quimicamente mais potente e afirma que o Brasil não está preparado para a descriminalização e que a maconha não é uma droga leve, pois, hoje, tem uma concentração do seu princípio psicoativo, o DHC, muito maior do que há dez anos. Aliás, nenhuma droga pode ser considerada droga leve.

Por isso, mais uma vez o nosso repúdio e protesto. Não vejo nada de animador, democrático, nada que possa trazer bem para a sociedade brasileira a tal da marcha da maconha.

Eu sou adepto, sim, pela marcha da vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PERSIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Saúdo o presidente, deputado Pedro Baldissera.

O assunto abordado pelo deputado Ismael dos Santos me preocupa muito. Estou com mais de 30 anos de carreira na Polícia Civil. E acompanhamos os problemas de família, os problemas dos usuários de drogas, o aumento da criminalidade. E se olharmos os homicídios, os acidentes de trânsito, a grande maioria está relacionada à questão das drogas.

Li nesta semana uma extensa reportagem a respeito da descriminalização da maconha. Temos que buscar alternativas. Sempre fui frontalmente contrário a qualquer tipo de tolerância com as drogas. Nós enfrentamos muitos problemas no país, em Santa Catarina, com essa guerra diária contra as drogas, principalmente relacionada à violência que é gerada por essa questão.

Temos que encontrar uma solução. O mundo trabalha na busca dessa solução. E temos que investir. Os governos têm que investir nessa questão, encontrar saídas, procurar exemplos, e encontrar soluções.

Eu estava acompanhando na última semana umas reportagens do Rio Grande do Sul também na guerra diária nas estradas. E esse é um assunto que chama atenção.

Amanhã, vamos ter reunião da comissão de Segurança Pública, e esse será um dos assuntos. Até fizemos um projeto para junto com a comissão de Segurança Pública, a Escola do Legislativo, a nossa Assembleia Legislativa, o nosso presidente, deputado Joares Ponticelli, fazermos um trabalho com os centros de formação de condutores, as nossas antigas autoescolas, para que possamos em todo o estado de Santa Catarina, com os instrutores das autoescolas, fazer cursos, orientar os nossos jovens na questão do trânsito.

No mundo, 1,3 milhão de pessoas morrem por ano no trânsito. Até 50 milhões de pessoas ficam feridas, por ano, no trânsito. E o custo desses acidentes foram estimados entre 1% a 2% do produto interno bruto dos países. Quer dizer, de toda produção, de toda riqueza, quase ou até 2% gastamos com os nossos feridos e com os nossos mortos na guerra do trânsito.

Nos países em desenvolvimento as lesões provocadas pelos acidentes representam de 30% a 86% das hospitalizações. Hoje, os nossos hospitais têm que dar prioridade aos feridos em acidente de trânsito. É um custo muito grande financeiro, de danos que são causados às pessoas. E os países de média e baixa renda possuem as maiores taxas de mortalidade no trânsito.

O Brasil está em 5º lugar entre os países com o maior número de mortes no trânsito, ficando atrás da Índia, China, Estados Unidos e Rússia.

O problema do trânsito é muito grave em nível de mundo, mas principalmente em nível de Brasil. Várias medidas foram adotadas no estado de Santa Catarina. E todos nós reclamamos quando há a instalação de radares, de redutores de velocidade, mas as autoridades de trânsito procuram buscar uma solução.

Já há uma precariedade das nossas rodovias. Há um excesso de trânsito em rodovias que já não comportam a demanda. Temos também o exemplo da BR-470, que é uma das rodovias mais perigosas do nosso estado.

Fala-se muito das ferrovias, e torço para que saiam logo, mas esse é um projeto para daqui a 20 anos. Quantas mortes ainda ocorrerão no vale do Itajaí com a BR-470? Às vezes até fico pensando se essa estória de ferrovia não é para desviar a atenção do cidadão para as tantas promessas que nunca se concretizam?

Então, a guerra do trânsito é causada pela precariedade das rodovias, pela imprudência dos nossos motoristas, que sempre estão com pressa e estressados, e também pelo álcool. Sabemos que 40% dos acidentes de trânsito ocorrem no final de semana, na madrugada.

Precisamos de estudos e, juntamente com a comissão de Segurança Pública desta Casa, fazer um trabalho em nível de estado com os CFCs, nas escolas, para que, não havendo ainda as condições necessárias nas estradas, tenhamos a conscientização do nosso motorista.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede a um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark, gostaria apenas de reforçar o nosso relatório Álcool e Volante dizendo que em Santa Catarina mais de 10 mil motoristas são flagrados no ano passado dirigindo sob o efeito de álcool, o que de fato é uma preocupação que desafia a todos.

Mas apenas para complementar a sua preocupação em relação à BR-470, e também como a BR-282 e com a BR-280, mas pela BR-470 passam mais de 25 mil veículos diariamente, sendo que ela foi planejada para apenas 10 mil, recebemos a boa notícia, e esperamos que seja autêntica, legítima e verdadeira, de que a presidente Dilma Rousseff está vindo no próximo mês de julho a Blumenau para, de fato, autorizar o início das obras do primeiro trecho Blumenau/Indaial, a duplicação da BR-470. Que assim seja e que os anjos digam amém!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Ismael dos Santos, essa é a torcida de todos. Isso é importante e torcemos para que os anjos iluminem a cabeça dos nossos administradores e seja realmente executada essa importante obra.

Falando na vinda da presidente Dilma Rousseff para Santa Catarina para autorizar obras

na BR-470, também gostaria de dizer que após uma longa espera para a construção do nosso centro de eventos, recebemos a notícia, dada pelo governador Raimundo Colombo, que está em Brasília, juntamente com o secretário de Cultura, Esporte e Turismo, de que a presidente está liberando R\$ 50 milhões para a construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú.

Hoje, quando passamos por ali no antigo Centro de Eventos, no parque da Santur, constatamos que é deprimente aquela situação. Balneário Camboriú precisa de um centro de eventos, porque é um dos maiores municípios brasileiros, com capacidade hoteleira, com infraestrutura de restaurantes, com belezas naturais, com a sua praia, que são propícios para a realização de grandes eventos.

Então, recebemos essa boa notícia e o governo do estado deve participar com o valor de R\$ 15 milhões. O prefeito Edson Renato Dias, que foi convidado pelo governador para estar em Brasília na comunicação oficial da presidente Dilma Rousseff sobre essa liberação de verbas para o município de Balneário Camboriú.

Então, é muito importante esse investimento para o nosso município, a nossa região e o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por cinco minutos.

Desde já eu agradeço por v.exa. ter aberto mão de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e prezados

catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, queremos, no dia de hoje, fazer um destaque especial à micro e pequena empresa de Brusque.

Aliás, cito aqui a diretoria da Ampe - Associação das Micro e Pequenas Empresas de Brusque -, encabeçada pelo presidente Luiz Carlos Rosin; a vice-presidente Aparecida Leite; o secretário Mauro Schoening; a segunda-secretária Vicentina Genghini; e a diretora de Pronta Entrega Sandra Neli Werner. E em nome deles quero saudar todos os demais membros da nova diretoria e cumprimentar todos os membros que estiveram na gestão até agora e agora estão permutando com a atual diretoria.

Mas, em nome dessa diretoria executiva da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Brusque, quero saudar a micro e pequena empresa de Santa Catarina. E apesar do nome micro, passamos até trabalho. Mas se não fosse o microchip e tantas coisas micro que são importantes, certamente passaríamos mais dificuldade para falar em microempresa.

A micro e pequena empresa é composta por grandes e valorosos empresários. E, graças ao trabalho deles e ao entusiasmo desses empresários, nós podemos afirmar que 20% do Produto Interno Bruto do Brasil são geridos pela micro e pequena empresa, o que corresponde a 60% de todos os empregos. O que significa, em números, sr. presidente, apenas 56,4 milhões pessoas com carteira assinada nas micro e pequenas empresas. Portanto, apenas 40% do trabalho formal está nas grandes empresas. Vejam, então, a importância, pois 99% de todas as empresas são micro e pequenas empresas, que correspondem a 5,7 milhões empresas.

Então, esses são alguns números, e com eles quero homenagear, sr. presidente, os micro e pequenos empresários de Brusque, especificamente, que são em maior número do setor têxtil. E graças ao entusiasmo, a fé e ao fato de eles acreditarem que era possível, estão vencendo vários obstáculos. E entre esses obstáculos cito apenas dois. O primeiro é que o setor têxtil do Brasil sempre foi avaliado como moribundo entre todas as análises por todos os consultores. O setor têxtil estava fadado a sucumbir em pouco tempo frente à grande concorrência a que iriam ser submetidos, especificamente pelos países asiáticos que produzem os seus produtos por valores muito menores, dado a outros fatores, especialmente questões trabalhistas em que os salários e os direitos sociais são muitos pequenos. E isso repercute, naturalmente, no pequeno valor dos produtos que eles produzem. E naturalmente que isso está ainda produzindo uma grande concorrência com os nossos produtores. Mas graças à criatividade conseguimos agregar metas vivas e fortes.

Obrigado, sr. presidente

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 397, de 12 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

#### RESOLVE:

**DESIGNAR ROSANA BRASCA CAJUELLA**, matrícula 2020, para Coordenar os trabalhos da Comissão Mista Especial, constituída pelo Ato da Mesa nº 320, de 13 de maio de 2013, e incluir os seguintes membros:

Joel Geraldino de Almeida	Vereador do Município de Tubarão
Marcos Zumblick	Filho do artista
Lélia Pereira Nunes	Escritora
Moacir Pereira	Jornalista
Raimundo Zumblick	Filho do artista

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 398, de 12 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LEOCIR PAULO CARDOSO BORBA**, matrícula nº 7165, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de junho de 2013 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 399, de 12 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

**NOMEAR FELIPE SERAFIM DE MOURA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 400, de 12 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** a servidora **CINTIA MARA SCHÉ VIEGAS**, matrícula nº 2537, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Controle e Supervisão do Acervo, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2013 (CGP/CE - Gerência Cultural).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 401, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **LAURA BRASCA**, matrícula nº 1141, da função de Chefia de Seção - Projetos Especiais, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2013 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 402, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** o servidor **LUCIANO DE CARVALHO OLIVEIRA**, matrícula nº 1149, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Projetos Especiais, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2013 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 403, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **LUCIANO DE CARVALHO OLIVEIRA**, matrícula nº 1149, da função de Chefia de Seção - Secretaria Acadêmica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2013 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 404, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** a servidora **LAURA BRASCA**, matrícula nº 1141, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Secretaria Acadêmica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2013 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 405, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** o servidor **JUSSIE SEDREZ CHAVES**, matrícula nº 6313, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência técnica-administrativa - Núcleo de Registro Acadêmico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 5 de junho de 2013 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 406, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **SAMIR MACHADO**, matrícula nº 2198, da função de Chefe da Seção - Revisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 5 de junho de 2013 (MD - Consultoria Legislativa).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 407, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **MARIA ELIZABETH GONZAGA PACHECO**, matrícula nº 1338, da função de Assessoria técnica-administrativa - Assistência ao Plenário, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 4 de junho de 2013 (DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 408, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, **RESOLVE:**

**TORNAR SEM EFEITO** a pedido o Ato da Mesa Nº 340, de 22 de maio de 2013, que concedeu Adicional de Exercício à servidora **MARILU LIMA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1531.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 409, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**TORNAR SEM EFEITO** a pedido o Ato da Mesa Nº 343, de 22 de maio de 2013, que concedeu Adicional de Exercício à servidora **ROSANA BRASCA CAJUELLA**, matrícula nº 2020.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 410, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3289/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **ZANY ESTAELE LEITE**, matrícula nº 784, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-66 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-5; e substituição de 10% (dez por cento) do valor equivalente a Função de Confiança, nível PL/FC-3 do grupo de atividades de função de confiança, conquistado anteriormente pela Resolução nº 720/91, de 9/4/1991, mantendo incólumes os demais percentuais, totalizando 100%(cem por cento), a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria técnica-consultoria, nível PL/FC-5, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo, ficando sem efeito o Ato da Mesa nº 344, de 22 de maio de 2013.

**Republicado por Incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 411, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1131/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **EMILCE DIAS ROCHA MARIA**, matrícula nº 2137, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar da data de publicação do Ato.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 412, de 12 de junho de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1075/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **MARGARETH BALSINI GENOVEZ**, matrícula nº 1439, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar da data de publicação do Ato.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2013

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PARA O RESTAURANTE DA ALESC**

**DATA:** 25/06/2013 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 25 de junho de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 12 de junho de 2012.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

#### EXTRATO Nº 079/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 025/2013, celebrado em 29/05/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Bruthan Comercial Ltda.

OBJETO: Fornecimento estimando de até 6.500 bombonas de 20 litros de água mineral, marca Santa Rita.

VALOR GLOBAL: 27.430,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 4,22

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, que regulamenta, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Autorização para Processo Licitatório nº 052 de 25/10/2012, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem e; Edital de Pregão Presencial nº 032 de 03/12/2012.

Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Edu Mansur Godinho- Sócio Administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 080/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 027/2013, celebrado em 26/05/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Consesc & Nacional Elevadores Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para efetuar a manutenção preventiva e corretiva do sistema de transporte vertical (elevador marca Atlas) localizado no prédio onde funcionam as Coordenadorias de Saúde, Serviços Gerais, Publicação, Planejamento e Avaliação de Pessoal e Relações Internacionais.

VALOR GLOBAL: 2.640,00

VALOR MENSAL: R\$ 220,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 de 17/7/2002; Autorização para compras e serviços de pequeno valor nº 390/2013 e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Valério Jorge Gilli- Sócio Administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 081/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 014/2013 celebrado em 24/05/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Prefeitura Municipal de Chapecó

OBJETO: Aquisição de cota de participação e uso de espaço físico na XIX Edição da EFAPI (Feira Agropecuária, Industrial e Comercial), que acontecerá no Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves em Chapecó no período de 04 a 13 de outubro do corrente ano, onde será disponibilizado:

- 41,90 m<sup>2</sup> junto ao Pavilhão IV, mesanino/área fechada, para os trabalhos de secretaria e serviços de apoio para a TVAL;
- 93,43m<sup>2</sup> para instalação do Stand e espaço destinado ao público, conforme croqui parte do presente processo;
- Espaço para utilização de símbolo/logomarca institucional;
- Divulgação e distribuição de material institucional.

VALOR TOTAL: R\$ 200.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0021/2013.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.39.55 (patrocínio)

Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 082/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 020/2013, celebrado em 24/05/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Prefeitura Municipal de Chapecó

OBJETO: Aquisição de cota de participação e uso de espaço físico na XIX Edição da EFAPI (**Feira Agropecuária, Industrial e Comercial**), que acontecerá no Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves em Chapecó no período de 04 a 13 de outubro do corrente ano, onde será disponibilizado:

- 41,90 m<sup>2</sup> junto ao Pavilhão IV, mesanino/área fechada, para os trabalhos de secretaria e serviços de apoio para a TVAL;
- 93,43m<sup>2</sup> para instalação do Stand e espaço destinado ao público, conforme croqui parte do presente processo;

- Espaço para utilização de símbolo/logomarca institucional;
- Divulgação e distribuição de material institucional.

VALOR GLOBAL: 200.000,00  
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 014/2013; Autorização para Processo Licitatório nº 0021/2013; Florianópolis, 12 de junho de 2013.  
 Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC  
 Jose Claudio Caramori- Prefeito

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS****OFÍCIO Nº 217/13**

Garuva (SC), em 05 de junho de 2013  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Comunitária e Recreativa de Garuva**, referente ao exercício de 2012.

Oswaldo Manoel Vieira  
 Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 218/13**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Mafrense dos Deficientes Visuais - AMADEV**, Mafra, referente ao exercício de 2012.

Josélia Aparecida Ruthes  
 Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 219/13**

Concórdia, SC-23 de maio de 2013  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Hospital São Francisco**, de Concórdia, referente ao exercício de 2012.

Leocir Pessini  
 Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 220/13**

OF. Nº 20/2013 Capivari de Baixo/SC, 10 de Junho de 2013.  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capivari de Baixo (APAE)**, referente ao exercício de 201.

Gaspar Oliveira Antônio  
 Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 221/13**

Ofício 084/2013 Joinville, 07 de junho de 2013  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Comercial e Industrial de Joinville**, referente ao exercício de 2012.

Mario Cezar de Aguiar  
 Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 222/13**

OF. Nº 036/2013 Balneário Arroio do Silva (SC), 04/06/2013  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)**, de Balneário Arroio do Silva, referente ao exercício de 2012.

Gisela Steiner Scaini  
 Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 223/13**

OF. Nº 41/13 Anchieta, 06 de junho de 2013.  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)**, Anchieta, referente ao exercício de 2012.

Brenda Daiana Lago  
 Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1549, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ANA PAULA DA SILVA**, matrícula nº 7182, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).  
 Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1550, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANA PAULA DA SILVA**, matrícula nº 7182, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).  
 Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1551, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARIA ANGELICA DA SILVA PONCIANO**, matrícula nº 4668, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).  
 Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1552, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIA ANGELICA DA SILVA PONCIANO**, matrícula nº 4668, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).  
 Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1553, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **TELMA REGINA DA ROSA**, matrícula nº 6362, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).  
 Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1554, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR TELMA REGINA DA ROSA**, matrícula nº 6362, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1555, de 12 de junho de 2013**  
O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **TEREZINHA MEDEIROS**, matrícula nº 5776, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1556, de 12 de junho de 2013**  
O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR TEREZINHA MEDEIROS**, matrícula nº 5776, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1557, de 12 de junho de 2013**  
O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **EDUARDO POSSAN FOSCHIERA**, matrícula nº 5476, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1558, de 12 de junho de 2013**  
O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR EDUARDO POSSAN FOSCHIERA**, matrícula nº 5476, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - Itapema).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1559, de 12 de junho de 2013**  
O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **IVANA APARECIDA COSTA CAVALCANTI**, matrícula nº 7280, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de junho de 2013 (Gab Dep Carlos Chiodini).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1560, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **CHARLES GERATI**, matrícula nº 7192, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de junho de 2013 (Gab Dep Serafim Venzon).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1561, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CHARLES GERATI**, matrícula nº 7192, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de junho de 2013 (Gab Dep Serafim Venzon - Brusque).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1562, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**DESIGNAR** a servidora **JULIANA CRISTINA DA CRUZ**, matrícula nº 7228, para secretariar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, instituída pelo Decreto do Executivo nº 1.415, de 1º de março de 2013.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1563, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ALEXSANDRO CHAVES DE SOUZA**, matrícula nº 7361, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de junho de 2013 (MD - 1ª Secretaria).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1564, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ALEXSANDRO CHAVES DE SOUZA**, matrícula nº 7361, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-69, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de junho de 2013 (MD - 1ª Secretaria - Criciúma).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1565, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **FERNANDO AUGUSTO DA ROSA**, matrícula nº 7092, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de junho de 2013 (Gab Dep Silvio Dreveck).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1566, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **FELLIPE VIEIRA BENEDET**, matrícula nº 6513, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de junho de 2013 (Gab Dep Silvio Dreveck).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1567, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR FELLIPE VIEIRA BENEDET**, matrícula nº 6513, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 15 de junho de 2013 (Gab Dep Silvio Dreveck - Florianópolis).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1568, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DAISON SCHEFFER CARDOSO**, matrícula nº 5042, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Silvio Dreveck - Sombrio).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1569, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa/Relatório**, a contar de 4 de junho de 2013.

**Gab. Dep. José Nei Alberton Ascari**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
3349	LETICIA KATIA DOS SANTOS DELA ROCA	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1570, de 12 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 011/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
1039	Victor Inácio Kist	Equipe de apoio
3748	Evandro Carlos dos Santos	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	
0775	Adriana Lauth Gualberto	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 206.2/2013**

Declara de utilidade pública da Associação Catarinense dos Renais Crônicos - ACRC, com sede no município de Joinville.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Catarinense dos Renais Crônicos - ACRC, com sede no município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 12/06/13

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual da Associação Catarinense dos Renais Crônicos - ACRC, com sede no município de Joinville.

Trata-se de entidade não governamental, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e social, de fins assistenciais, que tem por finalidade propiciar, em seu âmbito de ação, e dentro de suas possibilidades e disponibilidades, assistência social e promoção gratuita à congregação de pacientes renais crônicos, doadores e transplantados renais defendendo-lhes os interesses; orientar e assistir aos familiares dos futuros doadores e receptores renais, preparando-os psicologicamente para a operação a ser realizada; assistir aos enfermos; obter recursos indispensáveis a seus tratamentos; colaborar para o desenvolvimento da ciência dialítica e dos transplantes no Estado de Santa Catarina.

Desenvolver programas para criar Banco de Rins e equipe de orientação e assistência social, interdisciplinar, nas áreas de psicologia, psiquiatria, serviço social e similar, bem como produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

Deputado Nilson Gonçalves

2º Vice-Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 207.3/2013**

Dispõe sobre a presença do segundo professor nas salas de aula de ensino básico regular das escolas públicas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º As escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado de Santa Catarina ficam obrigadas a manter a presença do segundo professor nas salas de aula que tiverem alunos com diagnóstico de:

I - deficiência múltipla associada à deficiência mental;

II - deficiência mental que apresente dependência em atividades de vida prática;

III - deficiência associada a transtorno psiquiátrico;

IV - sérios comprometimentos motores e dependência de vida prática;

V - transtorno invasivo do desenvolvimento com sintomatologia exacerbada;

VI - transtorno de déficit de atenção com hiperatividade/impulsividade com sintomatologia exacerbada;

VII - deficiência visual;

IX - deficiência auditiva; e

X - deficiência motora.

Art. 2º Para fins desta lei, entende-se como segundo professor o profissional da área de educação especial que acompanha e atua em conjunto com o professor titular em sala de aula, a fim de atender aos alunos com deficiência matriculados nas etapas e modalidade da educação básica regular das escolas públicas do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Nas séries iniciais do ensino fundamental, cabe ao segundo professor, devidamente habilitado em educação especial, as funções de:

I - co-reger a classe com o professor titular;

II - contribuir, em função de seu conhecimento específico, com a proposição de procedimentos diferenciados para qualificar a prática pedagógica; e

III - acompanhar o processo de aprendizagem dos educandos de forma igualitária.

§ 2º Nas séries finais do ensino fundamental, cabe ao segundo professor, devidamente habilitado em educação especial, apoiar, em função de seu conhecimento específico, o professor regente no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Art. 3º Constituem deveres e atribuições do segundo professor:

I - planejar e executar, em conjunto com o professor titular, as atividades pedagógicas;

II - propor adequações curriculares nas atividades pedagógicas;

III - participar do conselho de classe;

IV - tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente;

V - participar com o professor titular das orientações e assessorias prestadas pelo Serviço de Atendimento Educacional Especializado - SAEDE e Secretaria de Estado da Educação;

VI - participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação, mediante projetos previamente aprovados pela Secretaria de Estado da Educação e Fundação Catarinense de Educação Especial;

VII - sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;

VIII - cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno; e

IX - participar de capacitações na área de educação.

Art. 4º O segundo professor deverá ser contratado mediante processo seletivo público, o qual preverá remuneração adequada e equiparada ao professor titular inscrito no Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual da Secretaria de Estado da Educação - SED, de acordo com a carga horária exercida e grau de profissionalização técnica que possua.

Art. 5º Para a contratação, posse e nomeação do segundo professor deverá ser exigida devida habilitação adequada em educação especial e seus desdobramentos.

Art. 6º Ao segundo professor será garantida a capacitação e formação continuada com atividades complementares, como cursos, palestras e seminários, oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação, de acordo com as necessidades e inovações que serão levadas ao seu conhecimento.

Parágrafo único. Para o fornecimento dos cursos de capacitação e formação continuadas, a Secretaria de Estado da Educação poderá realizar convênios com entidades particulares ou demais instituições públicas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 8º O segundo professor não poderá ser designado ou assumir outra função na escola que não seja aquela para a qual foi contratado.

Art. 9º O segundo professor não deve assumir integralmente o(s) aluno(s) da educação especial, sendo a escola responsável por todos os seus alunos, nos diferentes contextos educacionais.

Art. 10. No caso de não haver mais alunos com deficiência na escola em que o segundo professor encontra-se lotado, este poderá ser cedido para outra instituição da rede pública de ensino estadual ou municipal em que exista demanda não atendida ou para a Fundação Catarinense de Educação Especial, que o encaminhará para uma unidade de aprendizado especializada no ensino especial.

Parágrafo único. O segundo professor deve retornar à entidade a qual está lotado assim que a mesma matricular alunos que necessitem de educação especial.

Art. 11. Ao segundo professor, além dos direitos sociais e fundamentais garantidos pela Constituição Federal e pelas leis

infraconstitucionais, aplica-se a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, bem como o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

Art. 12. É concedida ao segundo professor a gratificação de produtividade prevista na Lei Complementar nº 592, de 20 de março de 2013.

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 12/06/13

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo garantir a presença do segundo professor nas salas de aula de ensino básico regular das escolas públicas do Estado de Santa Catarina, haja vista a necessidade de oferecer condições de aprendizado e possibilitar a inclusão das pessoas com deficiência no dia a dia da escola regular.

Nesse sentido, a escola é um canal de mudanças, logo, a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino pode ser um começo para outras transformações, não somente de pensamentos, mas também de atitudes, já que possibilita a inserção dessas pessoas no meio social.

Ademais, a palavra "incluir" significa abranger, compreender, somar, e é nisso que devemos pensar quando se fala em inclusão de pessoas com deficiência, é trazer para perto, dar a ela o direito de ter experiências, de ter acesso às mesmas informações, aos mesmos meios, é aceitar o diferente e também aprender com ele.

Assim, esta proposição visa qualificar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, matriculados nas escolas da rede regular de ensino, com a garantia de um acompanhamento mais minucioso de um segundo mestre no aprendizado repassado da mesma forma a todos os alunos das escolas estaduais regulares, qual seja o segundo professor.

Nesse contexto, é notória a necessidade dessa figura dentro das salas de aulas com o intuito de possibilitar o aprendizado proveitoso e a vivência dos alunos com deficiência em uma escola de ensino regular, o que efetivaria a inclusão social destas pessoas, pois, afinal, "ser diferente também é ser normal".

Pelas razões expostas, solicito aos nobres Colegas Parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputada Luciane Carminatti

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 208.4/2013

Dispõe sobre a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, e estabelece outras providências.

Art. 1º As maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de Santa Catarina, ficam obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente.

§ 1º Para os efeitos desta Lei e em conformidade com a qualificação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), código 3221-35, doulas são acompanhantes de parto escolhidas livremente pelas gestantes e parturientes que visam prestar suporte contínuo à gestante no ciclo gravídico puerperal, favorecendo a evolução do parto e bem-estar da gestante, com certificação ocupacional em curso para essa finalidade.

§ 2º A presença das doulas não se confunde com a presença do acompanhante instituído pela Lei federal nº 11.108, de 07 de abril de 2005.

Art. 2º As doulas, para o regular exercício da profissão, estão autorizadas a entrar nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado, com seus respectivos instrumentos de trabalho, condizentes com as normas de segurança e ambiente hospitalar.

Parágrafo único. Os instrumentos de trabalho das doulas compreendem:

I - bolas de fisioterapia;

II - massageadores;

III - bolsa de água quente;

IV - óleos para massagens;

V - banqueta auxiliar para parto; e

VI - demais materiais considerados indispensáveis na assistência do período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

Art. 3º É vedada às doulas a realização de procedimentos médicos ou clínicos, como aferir pressão, avaliação da progressão do trabalho de parto, monitoração de batimentos cardíacos fetais,

administração de medicamentos, entre outros, mesmo que estejam legalmente aptas a fazê-los.

Art. 4º O não cumprimento do disposto no *caput* do art. 1º desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira ocorrência;

II - se estabelecimento privado, multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, até o limite de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo; e

III - se órgão público, o afastamento do dirigente e aplicação das penalidades previstas na legislação.

Parágrafo único. Competirá ao órgão gestor da saúde da localidade em que estiver situado o estabelecimento a aplicação das penalidades de que trata este artigo, conforme estabelecer a legislação própria, que disporá, ainda, sobre a aplicação dos recursos delas decorrentes.

Artigo 5º Os sindicatos, associações, órgãos de classe dos médicos, enfermeiros e entidades similares de serviços de saúde do Estado deverão adotar, de imediato, as providências necessárias ao seu cumprimento.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado, no prazo de 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Darci de Matos  
Deputada Ângela Albino

Lido no Expediente  
Sessão de 13/06/13

#### JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei estabelece que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de Santa Catarina, ficam obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicite todas pela parturiente.

A palavra doula vem do grego e significa "mulher que serve". São mulheres capacitadas para dar apoio continuado a outras mulheres (e aos seus companheiros e/ou outros familiares) proporcionando conforto físico, apoio emocional e suporte cognitivo antes, durante e após o nascimento de seus filhos.

Tem-se demonstrado, através de diversos estudos que com o acompanhamento de doula o parto evolui com maior tranquilidade, rapidez e com menos dor e complicações, tanto maternas como fetais, reduzindo significativamente os índices de cesárea, partos instrumentalizados, uso de analgésicos e ocitocina durante o trabalho de parto e parto. Torna-se assim, o parto uma experiência gratificante, fortalecedora e favorecedora da vinculação mãe-bebê, aumentando inclusive a chance de sucesso na amamentação.

As vantagens também ocorrem para o Sistema de Saúde, que além de oferecer um serviço de maior qualidade, tem uma significativa redução nos custos, dada a diminuição das intervenções médicas e do tempo de internação das mães e dos bebês.

O apoio físico e empático contínuo oferecido por uma única pessoa durante o trabalho de parto traz muitos benefícios, incluindo um trabalho de parto mais curto, um volume significativamente menor de medicações e analgesia epidural, menos escores de Apgar abaixo de 7 e menos partos operatórios. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. OMS. Maternidade segura. Assistência ao parto normal: um guia prático. Genebra: OMS, 1996).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde de vários países entre eles o Brasil (portaria 28, de maio de 2003), reconhecem e incentivam a presença da doula durante o trabalho de parto, parto e pós-parto.

A doula atua também como agente inibidor da violência obstétrica e propagador de práticas não invasivas e humanizadoras da assistência ao parto.

Em face de sua relevância, esperamos contar com o imprescindível apoio das Senhoras Deputadas e Senhores Deputados para a aprovação do presente Projeto de lei.

Deputado Darci de Matos  
Deputada Ângela Albino

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 209.5/2013

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Vila Nova e Bairro Industrial Sul, com sede no município de Rio Negrinho.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Vila Nova e Bairro Industrial Sul, com sede no município de São Joaquim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputado Dirceu Dresch

Lido no Expediente  
Sessão de 13/06/13

#### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

A Associação de Moradores do Bairro Vila Nova e Bairro Industrial Sul, com sede e foro na cidade de Rio Negrinho, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída por um número ilimitado de sócios sem distinção de nacionalidade, religião, sexo, cor ou raça.

Tem como objetivo buscar melhorias a serem implantadas em benefício dos habitantes de Rio Negrinho, e nos bairros aqui identificados. Promover atividades sociais, esportivas e culturais, apoiar e desenvolver ações que visem à educação, o alcance social, esportivo, artístico, cultural e beneficente que sirvam ao interesse da coletividade. Toda atividade voltada para o atendimento e orientação direcionada para crianças, adolescentes, homens, mulheres e idosos, oportunizando melhorias da qualidade de vida do cidadão.

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual almejada por esta entidade a tornará apta a usufruir dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover os fins e objetivos propostos.

Considerando a relevância dos serviços prestados pela Associação de Moradores do Bairro Vila Nova e Bairro Industrial Sul à sociedade catarinense, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em  
Deputado Dirceu Dresch

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 210.9/2013

Altera a Lei nº 5.989, de 14 de dezembro de 1981, que declara de utilidade pública o Colégio Auxiliadora - 1º e 2º Graus, de Campos Novos.

Art. 1º A Lei nº 5.989, de 14 de dezembro de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o Instituto Auxiliadora, de Campos Novos.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Auxiliadora, com sede no município de Campos Novos.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente  
Sessão de 13/06/13

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 5.989, de 14 de dezembro de 1981, em razão da mudança da denominação da entidade, demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Mauro Nadal

\*\*\* X X X \*\*\*